

A FILOSOFIA DA LINGUAGEM EM CASSIRER

POR

LUIZ GERALDO ALVES

*Dissertação apresentada ao Curso de  
Pós-Graduação da Faculdade de  
Filosofia da Universidade Federal  
de Minas Gerais.*

Belo Horizonte, Julho de 1980

JOSE HENRIQUE SANTOS  
-Professor Orientador -

FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CURSO DE MESTRADO

Aos catorze (14) dias do mês de outubro  
do ano de mil novecentos e oitenta (1980), pe-  
rante a Comissão Examinadora constituída dos professores \_\_\_\_\_  
José Henrique Santos (Orientador), Henrique Claudio de Lima  
Vaz. Pe. e Guido de Almeida,  
o (a) Sr.(a) LUIZ GERALDO ALVES,  
aluno (a) do Curso de Mestrado em Filosofia,  
submeteu-se à ~~prova escrita~~ <sup>Concurso</sup> de Defesa de Dissertação, de  
acôrdo com os dispositivos regimentais, obtendo o seguinte re-  
sultado:

COMISSÃO EXAMINADORA (Assinaturas)	NOTA
1º Examinador <i>Dulcevali Sal</i>	80 (oitenta)
2º Examinador <i>Henrique Claudio</i>	80 (oitenta)
Presidente <i>Guido de Almeida</i>	80 (oitenta)
MÉDIA FINAL <u>APROVADO</u>	80 (oitenta)

Do que, para constar, se lavrou a presente ata, /  
assinada pelo Secretário ~~da Faculdade~~ <sup>do Curso</sup>, que também a data.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 1980.

*Luiz Estelita de Albuquerque Tenente*  
- Secretário - Mestrado em Filosofia



Na medida em que a linguagem se põe em movimento, e emerge o universal. HEGEL. In: *A Fenomenologia do Espírito*.

Ao Professor José Henrique Santos,  
o reconhecimento.

A Cleurice, esposa e estimuladora,  
a doação de amor.

## SUMÁRIO

	Pág.
PRÉVIO PROPÓSITO .....	01
À GUISA DE PRÓLOGO .....	32
INTRODUÇÃO: A LINGUAGEM NA ÓRBITA DA FILOSOFIA .....	37
1. Qualidade e Modalidade das Formas .....	42
2. Função Originária da Representação .....	43
3. Unidade Objetiva .....	44
CAPÍTULO I - O PROBLEMA DA LINGUAGEM NA FILOSOFIA .....	50
CAPÍTULO II - FENOMENOLOGIA DAS FORMAS SIMBÓLICAS .....	87
A. A Linguagem na Fase da Expressão Sensível .....	87
B. A Linguagem na Fase da Expressão Intuitiva .....	97
1. A Expressão do Espaço e das Relações Espaciais .....	97
2. A Representação do Tempo .....	103
3. O Desenvolvimento Lingüístico do Conceito de Número.....	108
4. A Linguagem e a Esfera da Intuição Interna - As Fases do Conceito do Eu .....	120
C. A Linguagem como Expressão do Pensamento Conceitual .....	141
D. A Linguagem como Expressão das Formas Puras de Relação .....	167
CONCLUSÃO .....	185
BIBLIOGRAFIA .....	189

## PRÉVIO PROPÓSITO

Todo esforço intelectual obedece a uma determinação. Esta determinação, porém, com liberdade se direciona. Alternativas de trabalho, válidas e importantes, podem se impor ao exame cuidadoso. Podem se impor como estudo. Desta forma, determina-se um objeto e a ele deve se ater. A presença do espírito inventivo não se acanha nesta tarefa. Ele se apresenta como força de intuição que permite exaurir a correlação de momentos reflexivos que se desdobraram na análise de um tema. Outra vez, apresenta-se como força de ilação que canaliza, dentro de uma literatura já de expressão, veios diferentes de análise, enriquecendo a visada do tema. Ou descobrindo uma nova força de comando, ou um traço revelador do seu esclarecimento. A determinação de um estudo, entretanto, impõe sua limitação. Sobretudo, quando se elegeu,

na especificação da finalidade, a fronteira-limite de sua análise. O propósito se definiu para a Filosofia da Linguagem. A limitação de meu estudo acadêmico não me permitia um longo vôo. A abordagem recente, inaugurada pelo neopositivismo, não me oferecia uma senda segura, por falta de pressupostos. Era-me conveniente a busca de uma base que presentificasse a Linguagem no fulgor do Ser, pois correspondia inteiramente ao processo de minha formação filosófica. Realizado este vôo, poderia confiantemente me enveredar pela reflexão mais contemporânea da Filosofia da Linguagem. Recolho, hoje, apenas um fruto primeiro. Encontro-me em seu horizonte. Disponho-me a persegui-lo. Na tradição filosófica, quis conhecer o seu impulso originário. E, historicamente, como se perpetuou este impulso. Ele me deixa no meio do caminho. Oferece-me, porém, um itinerário. E me permite, sem a perda do instante da origem, enveredar entre os rumos da moderna reflexão da Linguagem. No momento, me é suficiente tal intento.

A obra de Cassirer foi o meu achado. Na verdade, respondia ao meu apelo. A *Filosofia das Formas Simbólicas* no seu primeiro tomo, é um estudo exaustivo do processo da Linguagem. O autor não me era estranho. No tema, Linguagem e Mito, uma contribuição ao problema dos nomes dos deuses, estabeleceu-se o meu primeiro contato com o vigor de seu pensamento. O problema da Linguagem se desponta. Contudo, fixa-se numa primeira manifestação do Espírito. Não cruza os limites da Razão. O significado da Linguagem, como se encontra na crítica de Sócrates, descrita em *Fedro*, se perde no

fáustico. Veste-se da Magia. Identifica-se com o *Ser*. O *Ser* não se objetiva. Não intercorre a distância. Não se efetiva o estranhamento. O discurso da Linguagem, como manifestação do Espírito, apenas principiava. A Palavra, dialeticamente, inaugura uma mediação. O aqui e o agora, em seu apontamento, se transparecem pela mediação da Palavra. A experiência do Espírito se põe no seu curso. Este momento de presença no Mito, reconhecidamente rico, não era uma resposta à minha intenção. Tampouco, cobria inteiramente o cuidado do meu conhecer. Encontrava-se alguém do que pretendia. Manifestava-se apenas uma forma. Não me forneceria a fonte axial do problema da Linguagem, como expressão automanifestante do Espírito. Mais: não me permitiria reconhecer o impulso originário que deu entrada à Linguagem no pensamento filosófico. E, a partir deste impulso, poderia entrever o seu processo na linha de reflexão da filosofia. No tomo primeiro da *Filosofia das Formas Simbólicas*, dedicado à Linguagem, encontrei verdadeiramente a resposta ao que se me impunha. Nesta obra, a Linguagem se radica no distintivamente humano. E se faz o cuidado com que o homem devolve ao mundo sua experiência e sua reflexão. Delineava-se perfeitamente, familiar à minha formação acadêmica. Dediquei-me ao seu estudo. E não me impus, inicialmente, uma finalidade.

A leitura, e cuidadosa, fez emergir as primeiras hipóteses de trabalho. Então, despontava-se uma finalidade. A consideração da Linguagem, como ciência do Espírito, permitia uma análise do processo da Consciência, em descritti



va fenomenológica, diante dos objetos. E inaugura uma subsunção às formas simbólicas. Os efeitos histórico-culturais não se fazem ausentes. Ao contrário, presentificam-se no partejamento de seu mundo significativo, presente nas modalidades das Formas. Entretanto não mereceu o meu cuidado a análise linguístico-gramatical que se acompanhou, como justificativa formal, do exame crítico das formas. A minha preocupação se restringiu ao campo do estritamente filosófico. Em *A Filosofia das Formas Simbólicas*, Cassirer objetiva uma metodologia, fundamentada e discursiva, da Linguagem na esfera da Ciência do Espírito. Ele se reconhece numa tarefa fenomenológica. Entretanto, mantém-se fiel à sua formação kantiana. A sua unidade reside na atividade simbolizante do homem. É uma fenomenologia do conhecimento. Destaca-se sempre a espontaneidade enformadora da atividade humana. Não se desliza para uma metafísica. Nesse sentido, estima valorar os momentos expressivos e judicar a forma de conhecimento, na descritiva fenomenológica das Formas Simbólicas. Nessa direção, o impulso originário da filosofia, quer como determinante do juízo da expressão pré-lógica, quer como prolongamento do processo expressivo da Linguagem, se põe a descoberto. A Linguagem, como ciência do Espírito, deve estabelecer uma relação profunda e incisiva da identidade e da não-identidade entre o eu e o não eu. Mais: deve cuidar das determinidades dialéticas que desafiam o momento da universalidade concreta e positiva. Na unidade simbolizante - a Consciência - há uma polimorfia de partes que se opera dialeticamente. A análise das Formas Simbólicas po

deria decantar os momentos particulares da Linguagem, em seu processo. O exame, portanto, das Formas Simbólicas exprimiria em vigor o desenvolvimento processual da Linguagem. E espelharia a iniciativa do homem, em seu caráter significante. E se encerraria no Discurso. Embora a Linguagem se tematiza em passado-próximo, na intencionalidade do *logos* filosófico, os resíduos se encontram na origem do cuidado do Homem de se dizer e de revelar o mundo de sua experiência. De ensaiar um conhecimento, pela via da *palavra* e do *discurso*.

Percebida, de início, uma linha divisória correspondente à necessidade de meu estudo, não precisei armar-me de uma metodologia que se impusesse formas de relações extrapolantes. Estas formas de relações poderiam se impor em tempo posterior, quando já encontrasse um embasamento seguro. Este embasamento esperava encontrar definido para mim no estudo sério da obra de Cassirer. A Linguagem, como expressão do homem, em seu eminente caráter de significante, realizando uma configuração característica de *um mundo*, objetivada em conhecimento, pareceu-me o caminho a ser oferecido nesta dissertação. Sem me perder nos critérios lingüístico - gramaticais, específicos da ciência da Lingüística, me propus a recriar para mim o norte de seu pensamento. Não encontrei, no momento, outra solução. Conhecendo o meu limite e ao mesmo tempo minha necessidade de me apropriar das formas da Linguagem, na ordem da reflexão filosófica, só me sobrou uma familiaridade com o estudo de Cassirer. Realizo, portanto, nesta dissertação, uma análise da Linguagem em Cassirer. E, na sua

esteira, sobrou-me desvendar os processos do conhecimento. Na verdade, processos do pensamento, na recorrência ao signo. Inaugurando a mediação. Forjando os esquemas.

Minha Dissertação de Mestrado - cuja originalidade se reduz à ordenação, em vista ao interpretativo - versa sobre o problema da Linguagem em Cassirer. E, com certa pretensão, procuro enfatizar suas linhas mestras: a Linguagem, como atividade enformadora da espontaneidade do Espírito e como processo de conhecimento. Não me animou afastar-me de seus títulos, porque sua seqüência respondia ao meu prévio propósito. E, porque desvendaria o vigor de seu cuidado sobre o processo da Linguagem. Dos títulos, ocupou-me a força de compreensão que me permitia conhecer a diretiva da Linguagem. Deles, porém, guardaria simplesmente o que cai sobre o *Logos* Filosófico. A ordenação aponta apenas o meu entendimento. É ele, realmente, que ofereço ao juízo de meu trabalho. E, sobre ele, é que espero elucidar.

Em uma primeira abordagem, Cassirer aproxima os momentos originários da reflexão sobre a filosofia e sobre a Linguagem. A reflexão filosófica se desenvolveu em torno da intuição do *ser*. Não obstante a sua rendição a "Mitos do *Ser*", momentos particularizados, guia-se substancialmente para a universalidade. E nela se guarda. A viragem moderna, *subjectum*, não dilui o momento da universalidade; apenas se encontra na forma da estrutura do conhecer. A Linguagem, por sua vez, elegeu o conceito de *Forma*. Conheceu, também, sua rendição, mas permaneceu fiel ao seu intento. *Res,*

*Cogitatio e Spiritus* filiam-se ao momento intencional da universalidade. O caminho é o conceito do *símbolo*. O símbolo adquire a fixidez de uma fórmula universal, subsumindo o dado da experiência. O dado se submete a uma ordem legal. A atividade pura do Espírito, criador do sistema de símbolos, pretende-se a uma objetividade. E reclama de si uma universalidade. A Consciência é o momento de sua unidade. Presente ao fluxo, a Consciência garante a unidade. Lembrança, fixação, aplicação se fazem presentes à Consciência. A Filosofia da Linguagem de Von Humboldt, sempre em tela, tematiza esta consideração. O Signo é a matéria de toda formação da Linguagem. Faz-se ponte entre o subjetivo e o objetivo. É um som emitido que se articula e se forma no interior. Apreende o objeto, tanto quanto se apreende a si mesmo e o seu ato de criar. O momento da universalidade se confia à Consciência. Funda relações. Significa. Não se prende ao fático. Não resulta puramente de impressões individuais. Estrutura-se, ao contrário, como determinação legal. Cada relação individual, sem prejuízo de sua particularidade, pertence a uma totalidade de sentido. Kant já precisava este fato - "a consciência é algo; algo mais completamente deve ser e tem que ser". A função e sua separação não se desligam do conteúdo da consciência. É um limite fluente. As determinações espaciais se unificam em uma representação - *multorum in uno expressio* de Leibniz. Há sempre uma interação. Em tudo, está presente a síntese constitutiva do eu. *Inspectio mentis*, de Descartes. A Síntese do Entendimento, de Kant. A simbolização, assim, se delinea no instante inicial da Consci-

ência. Em cada sinal lingüístico aparece um conteúdo espiritual que transcende ao imediato dado, embora convertido em forma do sensível. A Palavra da Linguagem é um mero indicador. O *Ser*, entretanto, não resume o positivo da realidade. É preciso inserir-se nas formas da *vida*. A moderna filosofia se em - prestou a tarefa de superar esta antítese. O conceito de *vida* foi a resposta. Aliás, Platão, na VI Carta, já se indagava so bre a fugidia errância da *Palavra*. A tarefa da linguagem, a - credita Cassirer, deve se impor a si a descritiva do proces - so formativo da Linguagem. E cuidar do exame das *Formas Simbô* licas.

Cassirer, na *Filosofia das Formas Simbólicas*, se detém na análise do percalço da Palavra, como forma expressi - va da realidade. A agudez de sua reflexão adquire um vigor que, na consideração da filosofia, concentra a aventura da *Palavra*. Ao mesmo tempo, examina a fonte originária da Lingua gem. Assim:

a. Os momentos da origem do *Ser* e da *Lingua* - gem coincidem. Introduzem-se na primeira forma de refle - xão consciente. A Linguagem se mantém como pressuposto. É uma condição. Através dela, a filosofia enraiza sua investigação. *Ser* e *Sentido* remetem-se à livre atividade do Espírito. A dis - solução da particularidade, presente no *Mito* e na especulação religiosa, não estranha o universal. A Palavra sacramenta uma Ordem. Faz-se força onipresente, expressiva e significativa . Não se opera, contudo, um estranhamento. A especulação grega,

com o *logos*, no início, não desprende da Linguagem do Mito. I miscui-se de suas propriedades. Centra-se no mistério da Palavra. É um todo vivente. É um condutor do Universo, em Heráclito. Impõe-se a si mesma uma legalidade. Não é um capricho. A Lei do Cosmos se envolve da Linguagem. O Sentido é a forma de penetrar no Todo. A contradição modela a percepção do Todo. É, eminentemente, fluência. Não há pobreza da Linguagem. A semelhança não é típica. Descoberta e velamento predicam do *Ser*. A força dialética, aos poucos, perde-se no discurso. A Linguagem assume um caráter indicativo. Funda-se em conceitos. A semelhança, agora, é típica. Consubstancializa-se a Linguagem. A aventura sofística não se torna capaz de relativizar a Linguagem. Sócrates garante a univocidade da Palavra. Assim, Sócrates alicerça uma tradição. A identidade e unidade do conceito somente predicam o *Ser*. A Palavra é mediadora. Platão não recua desta linha. Ao contrário, é mais radical. A Linguagem é o ponto de partida do conhecimento. Ela se esgota nesta função. Entretanto, é fugaz. Preserva, porém, um nexu. Palavra e Idéia se dizem. É uma representação. No Sistema da Lógica, como se encontra em Aristóteles, identificam-se formas lógicas e formas lingüísticas. As Categorias representam relações universais do *Ser*. São determinações ontológicas do real. O modelo lingüístico suporta o discurso filosófico. O Renascimento, porém, estrutura uma outra base. O denotativo, como força estilística, substitui o caráter conotativo. A gramática não responde mais ao teor da investigação. O modelo, agora, é o da Matemática. Em Descartes, o sistema de

signos se concentra em poucos conteúdos. Contudo, suficientes para engendrar, mediante leis universais, a unidade do Saber. O ideal da língua universal torna-se uma esperança. Leibniz reintegra o problema da Linguagem no conceito da Lógica geral. A Língua universal conquista um novo aprofundamento. Subsumida na análise algébrica, a "Característica se diz Realis". A sensibilidade se dissolve nas idéias distintas do Entendimento. O pensamento conserva algo da imaginação. O Ser é determinado metafisicamente pelo conhecimento. A Palavra se constitui apenas um envolvimento do sentido, incorpora-se na teia da Razão que destina Sentidos. O Empirismo filosófico, em contrapartida, se detém na facticidade. Estabelece um rumo diferente do Racionalismo. A Linguagem é um fato. É um simples meio. Recusa o ideal lógico. Para Locke, as palavras são idéias sensíveis. Não se apartam dos sentidos. Nessa direção, sistematiza-se a questão da Linguagem. O sentido psicológico-subjetivo separa-se do lógico-objetivo. A forma empírica ultima-se em Berkeley. Em Locke, bem ou mal, salva-se o universal, ao menos como tendência. As palavras se generalizam como puros sinais. E, como puros sinais, validam-se no reino das idéias. Entretanto, vazias. Em Berkeley, deve-se despir da objetividade fundante da Palavra. Útil, na verdade, mas é apenas um espelho encantado. O saber só existe nas relações. Está presente sempre o caráter psicológico. E se impõe como verdade - a verdade se encontra na palavra, no dizer de Hobbes. Berkeley reconhece a espontaneidade do espírito - não são só signos das coisas e dos processos objetivos, mas também representações do

espírito. Da estreita concepção empírico-psicológica emerge a visão criativa. O conceito do gênio se converte em porta - dor lingüístico e eidético. E anima toda uma discussão teórica. Presente, sobretudo, na análise da Forma. O real se determina, não pela materialidade do som, mas pela proporção interna. Guarda-se como unidade formal. A Transcendentalidade do eu reúne o criador ao espírito universal. A concepção estético-metafísica não demora se valer do rigor da ciência.

b. As teorias sobre a Linguagem enfatizam seu caráter natural. A emoção é o seu lugar de origem. As diferenças étnico-espirituais explicam suas variações. Epicuro e Lucrécio a ela se filiam. Vico, no século XVII, sustenta a origem emotiva da Linguagem. As palavras primitivas são de raízes monossilábicas. E, reproduzem, onomatopaicamente, ou de surpresa imediata, som objetivo da natureza. Fichhe, bem mais tarde, desenvolve agudamente o mesmo raciocínio. Por mais bizarra que possa parecer esta teoria, contém o embrião de uma visada total da Linguagem. A Linguagem se refere à dinâmica da fala. E esta se envolve da dinâmica do sentimento. No século XVIII, Vico recebe o endosso de Rousseau. Entretanto, é Georg Hamann que mais se aproxima de sua metafísica simbólica. Dele, toma a poesia como a língua materna do gênero humano. A linguagem é a mãe da Razão e da revelação. E se guarda no segredo da exteriorização e ocultamento. Perde-se entre o revelado e o irrevelado. Herder, autor mais amadurecido, re -



compõe a reflexão de Hamann na tentativa de encontrar uma nova solução para a questão da Linguagem. Com Herder, a linguagem experimenta uma transformação decisiva. Há um momento da reflexão presente no ato da Linguagem. É um juízo da alma que preenche o efêmero estímulo sensível. E se espelha no conceito claro e na própria representação. Schlegel transmuta o conceito racionalista da Forma Reflexiva de Herder e da Ilustração em conceito romântico da Forma Orgânica. Este último conceito quebra a barreira entre Natureza e Espírito. Os extremos se reclamam na interpretação da totalidade. Ultima-se uma unidade orgânica e vital. Em Von Humboldt, há uma vibração estética que se denuncia sempre. Entretanto, sua intencionalidade não renuncia ao fenômeno da Linguagem. Na ordenação de seu pensamento, a Linguagem se presentifica como Sistema. Como postulado de Sistema, a Linguagem é um eco da universalidade da natureza humana e se faz presente nas antíteses de princípio. Individualidade e universalidade, objetividade e subjetividade se interagem. O indivíduo não se afasta de seu solo universal. É cidadão de uma pátria. Nele, reflete o domínio de sua raça, na força da Linguagem. Contudo, a Linguagem é sobretudo uma atividade. A articulação do som se encaminha livremente para expressar um pensamento. A sistematização dos sons é sempre uma queda. A palavra, porém, joga-se em possibilidade de recursos na linguagem e no discurso. Encontra-se no sistema de relações. Funda-se na cópula, em sua ordenação estrutural. Na estrutura da Linguagem, acorda-se de sentidos. O conceito romântico-orgânico, mais tarde, se desvirtua no concei-

to de Organismo. Dissolve-se no esquema científico-natural. Ra  
dica-se no fático, no monismo. Realiza-se pela comunidade de  
 leis. O conceito de Lei Natural permeabiliza o campo das leis  
 lingüísticas. Impõe-se o critério redutor. A direção neograma  
 ticista domina a reflexão científico-lingüística na metade do  
 século XIX. O ideal positivista corporifica-se. Com Vossler ,  
 emerge uma crítica a esta postura lingüística. Aproxima-se de  
 Von Humboldt. A Linguagem é uma atividade; jamais uma obra. A  
 Linguagem se imantiza pelos atos espirituais, deles se origi-  
 na. Não se reduz, porém, ao caráter psicológico puro. Faz, tod  
 avia, apelo à espontaneidade estruturadora do espírito. Realç  
 a-se o primado do sentido. A Estilística se revaloriza. Cro-  
 ce se põe neste lineamento. A Linguagem se justifica no Sistem  
 a. E se identifica como um caso particular da Estética. Nela  
 se compreende a Filosofia das Formas Simbólicas. É imperiosa  
 a sua descrição.

A Linguagem permanece fiel, todavia, à modalid  
 dade do ato de conhecimento e da edificação do conhecimento.

Na descritiva processual das Formas Simbóli -  
 cas, volta-se para o comportamento metodológico. As Formas, em  
 sua singularidade, representam uma originalidade de estruturaç  
 ão do mundo. E se validam nessa expressão. Obedecem a princíp  
 ios congênitos. E, como tal, rejeitam qualquer forma de dua-  
 lismo. O dualismo é resultante da introjecção de elementos es-  
 tranhos a seu modelo próprio. Fere substancialmente a diferenç  
 a interna da espontaneidade espiritual. A Linguagem, de si ,  
 recusa qualquer dualismo. Ela se realiza em unidade. Presentim

fica-se à Consciência como forma cerrada. Entretanto, goza na sua pura espontaneidade. Articula-se livremente e, com liberdade, ensaia seu momento expressional.

Na fase de expressão sensível, o movimento expressivo se posta na fronteira entre o imediato e o mediato. O impulso sensível ainda é inibidor. Não repousa no objeto. Não se entranha no objeto. Tampouco, se auto-satisfaz. Contudo, promove uma Consciência. Fática, porém. Experiencial e imediata. Não realiza o trânsito para o ideal. Não se suporta no nível teórico. A Linguagem do homem, porém, já articula uma débil sinalização. Não se reduz ao puro indicativo. Introduz-se no imitativo. Não expressa simplesmente o apanho. Sinaliza, de alguma forma. A Linguagem da criança, nesse sentido, é reveladora. Configura uma Linguagem. Implica em uma posse. Representa uma tomada do objeto. Põe-se no reino da Linguagem. A Linguagem, na referência de Platão, em *Teeteto*, condiz com esta materialidade. A Linguagem mímica é sempre imitativa. Não só reproduz a impressão externa, como retrata a sua natureza. São signos das coisas. Regula-se pela imitação. A ristóteles percebia a imitação nas palavras da Linguagem. Entretanto, vincula-se à Poiesis. Portanto, é uma atividade criadora. Um projeto espiritual. É um caminho aberto à representação. A função representativa se atualiza com o som. O gesto se conecta com a palavra. As mãos se conjugam com o intelecto. A Linguagem puramente mímica não supõe esta plasticidade. Articulada com o som, ganha nova e decisiva proporção. Ativa-se extraordinariamente. Grimm via, nessa conjunção, a origem da

Linguagem. Desta forma, é sugestivo o desenho da Linguagem. O estado senso-afetivo, ao transformar a expressão mímica, objetiva o seu fim. Carrega-se nela. Fixa um conteúdo. Ainda é inarticulada. Resulta de expressões. Articulada em som, universaliza-se. Ordena-se em Linguagem. Configura-se em Conhecimento. Entretanto, não se esquiva de questões fundamentais. Estas questões ocuparam a mente dos filósofos. A similitude entre o mundo da criação e o da realidade se converte na intencionalidade do discurso filosófico. E conhece um divisor de águas. Entretanto, só recebe consistência quando se afasta da imediatez pura. E se percebe no significativo. A diferença, e não a identidade, é o objetivo da designação linguística. Nela se opera a síntese do diverso. O som que simplesmente aproxima é um "outro". O som se incorpora como linguagem na significação. A idéia vive na morada do som. Esta percepção de contigüidade seduziu os filósofos da Linguagem. E compele o espírito a caminhar da formação concreta do designar à função universalmente válida da significação. Nessa função, a Linguagem perde seu envolvimento sensível. Penetra na força do Símbolo. E, virtude desse outro ser, converte-se em novo conteúdo espiritual.

Na fase da expressão intuitiva, a Linguagem referencia-se ao todo espaço-temporal. E, com intuição externa, volta-se para o mundo objetivo. A sensação é que se experimenta. A sensação, entretanto, não é um fato da experiência imediata. Ela não se oferece em si e antes de toda conformação. Kant, na crítica do conhecimento, reconhece esta

verdade. E a ela se aplica. Os conceitos, sem intuição, são vazios. É nas formas da intuição que se patenteia a síntese espiritual, presente na Linguagem. E estas formas da intuição implicam uma referência ao todo espaço-temporal. Alinham-se entre a justaposição e a sucessão. É sempre um produto da abstração.

A intuição especial é a morada privilegiada, da expressão sensível e espiritual. As expressões tidas como universais ressaltam este papel decisivo. A aplicação dos conceitos puros do Entendimento às intuições sensíveis postula o esquematismo. O esquema kantiano não se confunde com a imagem. É produto da imaginação pura *a priori*. Ele se diz de relações espaciais. Esta relação se faz presente na formação da Linguagem. Os termos encontram suas raízes na impressão sensível. Esta, por sua vez, se define na intuição. E contém as expressões puras de relação. A Linguagem só se dá ao nível do conceito. Entretanto, o primeiro elemento surge na configuração fonética dos termos espaciais. A estruturação da realidade e da determinação dos objetos não é indiferente à posição dos objetos no espaço. A diferenciação do objeto posicionado funda a diferenciação de conteúdo. A crítica do conhecimento reconhece que a posição espacial é condição prévia e necessária para a objetivação. É a idéia modular do sistema kantiano. O interno e o externo descansam na postulação de um objeto empírico. Só cobram consciência em algo duradouro no espaço. A função do espaço, por isso, é um meio. Na Linguagem, o espaço serve também de meio para expr

mir a categoria objetiva, inclusa na recorrência do artigo. Este processo se confirma no destaque da função da pessoa que fala, ou de órgão objetivado do corpo próprio. O espaço, portanto, é constitutivo do conteúdo da intuição. Sem dúvida, a Linguagem pode exprimir relações puramente intelectuais. Não consegue, porém, esconder a função espacial. E se encontra sempre presente nas designações de situação e de movimento.

A representação do tempo, não obstante coordenada com a designação espacial, é sempre fonte de investigação da epistemologia. Na Linguagem, sofre de outra forma de estruturação. O agora e o depois são simultâneos à Consciência. O ser de uma determinação significa o não-ser de outra. É mais configurativo do pensamento analítico-sintético. Aqui, o limite é fluido. A autonomia pura não se garante. Não é sensível às diferenças específicas entre espaço e tempo. As línguas desenvolvidas cunharam suas próprias expressões. A consciência, assim mesmo, permanece dentro da intuição espacial. Somente o tempo imediato possui uma extensão determinada. A consciência do conhecimento científico estrutura a articulação entre o agora e o não-agora. Entretanto, sabe-se fora da pura sensação. É uma obra do Entendimento. Particularmente, da dedução causal. Kant, nas analogias da experiência, fundamenta as condições para estabelecer as diferentes relações temporais. O sentimento do tempo se guia por etapas para se chegar ao conceito de tempo. É um conceito ordenador abstrato. São diferenças qualitativas. O verbo é o seu

constitutivo formal. Entretanto, o tempo não integra um todo substancial. É, ao contrário, um todo funcional. O movimento não se fragmenta. O sujeito garante sua unidade temporal. Procede-se da unidade causal.

Na Linguagem, o tempo se configura como grandeza quantitativa, nos numerais. São sistemas artificiais de signos. Reflexivos, porém. A Linguagem reputa a si mesma sua preparação. O círculo da intuição externa se completa com o número. Paradoxalmente, essa projeta-se fora do círculo. Escapa das formas tangíveis. Afasta-se do dado imediato. Estrutura-se a forma intelectual. Objetiva-se o ser do número. Invade-se a área da construção. Percorre-se o encaminhamento construído da Matemática. Entretanto, a forma relacional é, sem dúvida, uma meta da Linguagem. Não se sente à vontade para elaborar o seu desenvolvimento processual. Torna-se objeto da análise lógica. Todavia, pode fornecer o seu entendimento na determinação dos elementos enumeráveis. Nesse sentido, tange o mundo da intuição sensível. O Corpo e seus membros constituem o modelo. O contar significa o apontar determinadas diferenças. Os elementos numerais se fizeram meros elementos manuais, mímicos e/ou corporais. A presença do objeto era necesária. A arte de contar desfila dessa forma. O primitivo, assim, não possui o número. Possui, sim, os membros do corpo. A sucessão é uma condição prévia de um conteúdo objetivado. E resulta da prisão ao dado imediato. As unidades se distinguem por suas características sensíveis. São unidades coisificadas. São padrões dados como coisas. Há apenas uma forma numérica e

individualizada. A Linguagem não estranhou esse momento. O coletivo, aderente à espécie, ensaiou-se como representação. O singular, de forma preferencial, demonstra a aderência à coisa. O conceito do número se prende ao conceito de conjunto. A consciência de uma totalidade é que guia a Linguagem na formação do coletivo. O número se apóia na intuição do espaço para apreender a coexistência coletiva. E requer a intuição do tempo para fixar uma ordem distributiva. No ritmo da ação, no exercício do trabalho coletivo, é que a consciência percebe a ordem da distribuição. É preciso, porém, aprofundar um pouco mais para se perceber, fora da esfera objetiva, a formação das distinções numéricas. Elas se encontram nas antíteses entre um e muitos. Portanto, há indícios do esquema da subjetividade. Latente, embora, mas efetivamente presente, na configuração numérica. E inaugura uma separação. E implica numa contraposição. Individualiza-se. E desenvolve-se a ordem numérica, uniforme e homogênea. A dualidade é dada na natureza. Extrai-se do fato sensível. Resulta da pura intuição das coisas. E se encontra na paridade dos membros do corpo. O plural é a soma de elementos similares. Entretanto, é possível distinguir o constitutivo próprio da ação individualizada e a sua função determinada no exercício da atividade humana. Contudo, uma diferença genérica. A formação qualitativa ainda prevalece sobre sua formação quantitativa. E se guarda ainda do processo formal da abstração.

A Linguagem se orientou para descrever as categorias do mundo objetivo. Entretanto, nessa função, resul -



tou em revolver sobre o mundo do *eu*. A configuração do objetivo se encontrou, nas expressões da Linguagem, diferenciada. Denunciou a presença da subjetividade ao colher a impressão do mundo objetivo. E revelou rasgos imprecisos do mundo interior.

A Linguagem dispõe de meios independentes e próprios para revelar a existência subjetiva. Estes se enraizam nela de forma original. Não se pode prender a uma concepção estreita da gramática e cuidar apenas dos critérios lógico-gramaticais. A personalidade não é uma invenção recente. O originário, no ato do discurso, é a personalidade de quem fala. Como escapar, na descrição do objetivo, de sua impressão interior?! De seu modo de se sensibilizar pelo dado da experiência?! E de sua forma de responder à intuição sensível?! Entretanto, não se cuida de emprestar a Consciência do *eu* a formação gramatical dos termos de sua designação. Subsiste apenas como Consciência na descritiva do mundo objetivo. O conceito do *eu* não se liga tão-somente ao pronome. Liga-se ao nome e ao verbo. Nesse último expressa as mais sutis distinções. Descreve os matizes variados do sentimento. Compartimenta o objetivo e o subjetivo, no desenvolvimento de sua atividade, no processo de sua modalidade de ação. Os verbos são palavras vivas. A expressão do *eu* e da individualidade se apóia também na designação nominal. Na própria imagem revelada da expressão objetiva. E dela não se liberta. A intuição do corpo-próprio é bem uma amostragem. Por isso, não raro, a descrição objetiva se acompanha do possessivo. Ou

mesmo, do desdobramento que se funde a certos termos. E se especifica no valor reflexivo das palavras, como alma e pessoa. Ou, ainda, de recursos das vozes verbais. Ou, mais: da duplicação.

O aparecimento das formas pronominais, porém, é uma questão mais complexa. A princípio, o possessivo parece ser a forma intermediária entre o objetivo e o subjetivo. É livre-trânsito do ser no *eu*. O *eu* não se intui imediatamente. Intui-se, sim, na imagem do objeto que se apropria, a transitividade em que o sujeito e o objeto se dão imediatamente à Consciência. Responsabiliza-se pela permanência possessiva. A intuição do corpo-próprio identifica-se com ato da objetivação. Aliás, é a sua própria objetivação. De forma indivisível. E, sobretudo, da diferença. Nesse sentido, retarda-se a intuição do *eu puro*. Da sua Transcendentalidade e de seu princípio originário. Do seu caráter unitário.

A Ciência e a Filosofia da Linguagem se inquietam sobre o seu momento originário. As palavras originam-se da expressão nominal ou da designação verbal?! A questão parece inócua. Constitui-se uma questão metodológica. O pronunciar-se por uma ou outra, caminha no escuro. A coisa em si não se dá antes ou depois da mudança. Justamente, simultânea a ela. E vale inversamente. Recusa-se a prioridade. A Linguagem se põe como veículo do processo de Entendimento entre o *eu* e o Mundo. Existe e opera, configurando-se a si mesmo. A rigidez representa mais um embaraço que uma solução. O desenvolvimento dos pronomes pessoais não resulta em

uma solução. O ser atual, caracterizado pelo verbo na representação gramatical, não se exprime em si mesmo. Expressa-se como um ser com uma determinada modalidade, num tempo e pessoa determinados. E se concebe com certos atributos.

Na fase da expressão do pensamento conceitual, há uma conexão profunda entre Lógica e Linguagem, que se fundem numa unidade inseparável. A análise lógica do conceito se converte no exame das palavras e nomes. O nominalismo, entretanto, confunde esta unidade e a transforma numa questão unívoca. O conceito se dissolve na forma da palavra. A verdade se impõe pela determinação lingüística, pela conexão dos signos. A Linguagem, na proposição, é que revela o verdadeiro e o falso. A validade do conceito se remete à palavra. O sentido imanente do conceito não se objetiva. É pura questão de função. Determina-se na estrutura da linguagem.

A solução nominalista é uma falsa solução, porém. Perde-se num círculo vicioso. A Linguagem, de fato, em sua estrutura, diz do conceito, contudo não prescinde deste. A doutrina tradicional do conceito funda-se na abstração. Emerge como uma nota comum dos objetos. E, porque possui determinadas notas, divide-se em classes, em espécies e gêneros. Aqui reside o problema mais difícil da formação da Linguagem! As notas se dão anteriormente à formação da Linguagem, ou se proporcionam só e através da Linguagem? A teoria clássica da abstração se inclina decisivamente pela primeira. Nesse sentido, merece uma crítica de Sigwart. Primeiro, o caráter redutor só ganha substância no Juízo. Este, verdadeiramente, é uma

representação. Segundo, só a forma lingüística dá propriedade ao conceito. Do contrário, como fugir ao fluxo heracliteano! A Lógica encontra o lugar de nascimento do conceito na delimitação do conteúdo significativo da palavra.

A tarefa da Lógica, todavia, não é generalizar a representação. Ao contrário, é particularizá-la. Do conceito se exige a universalidade. Entretanto não é um fim em si mesma. É um veículo. O conceito deve se determinar como conteúdo. E, ao depois, se submeter aos cortes. As incisões, no ato da Linguagem, correm por conta da consciência. Mas o seu rendimento é a conformação das impressões em representações. Em Lotze é visível esta conexão. Não se liberta, todavia, da tradição lógica. O ato do pensamento não consiste no enlace de representações. Antes de se converter em material lógico, deve se submeter a uma conformação. A criação de palavras é a forma de objetivação do pensamento, de fixação de seu conteúdo, de identificação dela mesma. Este primeiro universal é distinto dos conceitos genéricos da Lógica. E obriga a efetuar uma série de operações mentais de enlace. Nesse, não se esclarece em que consiste este primeiro universal. Entretanto a nossa sensação sempre capta um matiz determinado, com determinada intensidade. O primeiro universal, sobremaneira genérico, é extremamente abstrato. E, de si, não ajuda a determinar a validade das representações. O azul genérico, fora das tonalidades e da intensidade, dadas na experiência, não se representa. Constitui-se um problema lógico, puramente.

Na Linguagem, o primeiro universal do Lotze poderia ser uma chave para esclarecer a forma originária da conceituação. A Lógica tradicional acredita que o conceito deva ser universal. E o seu rendimento se encontra nas representações universais. Entretanto há uma forma que se evidencia na relação. E outra que emerge de uma representação intuitiva independente. Corre-se o risco de, ao considerar a relação como fundamento lógico de conceito, se deter na representação intuitiva como mero acidente psicológico do conceito. É bem verdade que Lotze não se perde nessa defecção. Entretanto acentua enfaticamente a validade da universalidade primária. A relação de subsunção da Lógica tradicional, que permite a conexão entre o universal e o particular, não se aplica aos primeiros universais de Lotze. O azul e o amarelo, por exemplo, não se comportam como particulares a respeito da cor. Concebem-se como totalidade. A Linguagem, porém, necessita de outro tipo de conceitualização puramente qualitativa. E ela se faz a partir do gênero. Ao Espírito cabe destacá-la como um todo concreto e indiferenciado. Particularizado, portanto. Esta nova marca é condição necessária de sua designação linguística.

A Filosofia da Linguagem criou o conceito de forma interna. A forma interna é uma lei específica de cada língua. É um conceito uniforme de labor do espírito para fazer do som articulado uma expressão de idéias. E capta a expressão toda. Entretanto, como se encontra em Humboldt, não é unívoca. Ou se faz presente na morfologia, ou na semântica.

O ponto de vista semântico, para Humboldt, é decisivo. A palavra não é uma simples cópia dos objetos. Denuncia um trabalho do espírito. E este não se erradica do espírito de sua gente. As palavras de línguas diferentes não são sinônimas.

Não obstante trata-se da mesma intuição sensível (lua, em grego, a mensuradora; em latim, a cintilante.). Nesse sentido, a análise filosófica jamais pode pretender captar a especificidade subjetiva que se guarda na expressão.

A conceitualização lingüística se distingue da forma lógica. Na primeira, a análise do conteúdo não goza de um papel decisivo. A linguagem é um *panteon*. Na segunda, a análise do conteúdo é que importa.

Na Linguagem, o dinamismo já se processa nos meros sons sensíveis da excitação. E extravasa ao puro momento da interjeição. Exprime uma intencionalidade. Antecipa o instante consciente da reprodução. A Linguagem da criança evidencia este fato. Objetiva-se. A Linguagem, em seu todo, perpassa um sentido igual em seu processo evolutivo. Geiger e Noiré preocuparam-se com sua descritiva. Os sons originários da Linguagem emergiram da intuição subjetiva da atividade humana. O fonema só se planificou para expressar o mundo das coisas na medida em que foi se configurando gradativamente a partir da atividade humana. E se articulou na comunicação das consciências. Para Noiré, a forma social do trabalho engendrou a função social da Linguagem. E se fez um meio de entendimento. Do contrário, não haveria uma ponte entre o mundo da representação de um sujeito para outro sujeito. Per

maneceria agastado no limite individual de uma consciência. A Linguagem é, assim, fruto da ação comunal do homem.

A demonstração empírica, em que se apóia a tese Noiré, pode ser facilmente refutada. A forma original das raízes da Linguagem é tão problemática como a do seu período originário. A Linguagem do ofício, como afirma Usener, só progrediu quando se fechou o círculo da excitação momentânea, dos "deuses especiais" e dos nomes. E nasce de uma seleção. Nessa, há sem dúvida a presença da vida interior. Não resulta passivamente das impressões sensíveis. A abstração não ocupa o primeiro termo da formação lingüística conceitual. Nesse processo, a formação da linguagem se estreita com o pensamento e a representação míticas. À semelhança do mito, a Linguagem parte da experiência e da forma da atividade pessoal. Entretanto, diferente dele, dá à realidade uma nova forma que se contrapõe à mera subjetividade da sensação. O processo de vivificação e determinação se fundem.

Não basta se prender a este esquema teórico. É preciso, ainda, salientar os seus detalhes. Acompanhar o itinerário de uma atividade qualitativa para uma atitude generalizadora. Perceber a passagem do sensível-concreto no genérico-universal. Nas línguas do primitivo, deve se ater à intuição das coisas. E diferenciar suas propriedades. Ao mesmo tempo, se ater às particularidades do acontecimento. Aqui, as relações espaciais se evidenciam. A atividade individualizadora se impõe sobre a atitude organizadora. A Linguagem só alcança a universalidade genérica ao se ligar às denomina -

ções. Nesse sentido, deixa de se conformar a determinadas esferas da intuição. O afã de estabelecer a conexão entre o som e a significação, coordenando os conceitos com os sons correspondentes, indica o passo da classificação. Grupos distintos formam uma unidade. E revela uma circulação com outras palavras. É uma atitude mental. E objetiva uma associação de representações.

O problema do conceito só se funda quando se transforma em um problema lógico. A unidade provisória e presuntiva da palavra se ordena para uma forma definitiva do conceito lógico: a indução que se encontra na expressão de Sócrates: *ti esti*.

A tarefa de descobrir as distintas formas de conceituação e classificação que operam em cada língua e em seus motivos espirituais escapa ao campo e à possibilidade metódica da Filosofia da Linguagem. É uma empresa, e difícil, da Lingüística Geral. Entretanto, constitui o momento essencial do desvelamento da forma interna, peculiar de cada língua. Na classificação, não se impõem critérios objetivos. Está inteiramente carregada de distinções subjetivas. Estas captam-se na sensibilidade imediata. Não se determinam por atos de percepção e juízo. Envolvem-se de atos emotivos e de vontade. A Linguagem nunca segue inteiramente impressões e representações. Interpõe-se uma ação própria. Posiciona-se, elegendendo e distinguindo, dirigindo e criando. Entretanto possui uma tendência à permanência, uma consequência e necessidades lógicas. E, não raro, se estende à Totalidade. A Lin -



guagem, com seu apego e ligação ao mundo do sensível e do imaginativo, revela uma forte tendência para o lógico-universal. E, a partir desta ligação, se liberta progressivamente em direção a uma espiritualidade de forma, pura e independente.

A Linguagem, como expressão das formas puras de relação, repousa no juízo lógico. As diversas fases da expressão lingüística só se isolam na reflexão. E não se dão à Consciência como independentes. Mais, como existências isoladas. Ao contrário, elas se englobam. Há um caminho que as une. Este caminho, epistemologicamente, é o juízo lógico. O elemento da correlação é a proposição. E é ela que configura a Linguagem. De fato, a proposição é o fator originário da Linguagem. Este momento constitui o fundamento último da Filosofia da Linguagem. É o discurso que faz desprender as palavras, e faz a origem de todo pensamento e da fala. A análise psicológico-empírica se detém no mesmo princípio - o primado da proposição. A história da Linguagem conduz ao mesmo resultado. A separação da palavra do conjunto oracional é de origem recente. Entretanto a Linguagem não estranha a definição de Aristóteles: o todo é anterior às partes. A Linguagem se apresenta como unidade formada. A esta unidade se despona na oração.

As Línguas isolantes são aparentemente escapam a esta expectativa. Elas se querem informes. A palavra parece ganhar independência. Porta uma materialidade significativa. Consubstancializa-se. Entretanto manifesta um poder

de forma. A ordem prefigura uma forma. Estabelece a conexão sintática. E se sacramenta por uma disposição interior. Nas línguas de flexão, o equilíbrio é estável. A forma restitui o ser das coisas.

A Linguagem não pode, portanto, repousar na formação das palavras. A direção fundamental e a sua lei se captam nas relações que aparecem na construção da oração. A oração, como um todo, é o verdadeiro portador do sentido linguístico. É nela que se ressaltam os matizes lógicos do sentido e se oferece a possibilidade de articulação. Entretanto pode se efetuar de muitos modos. A síntese ou a análise podem ocupar um lugar privilegiado. Contudo expressa-se sempre a unidade funcional do sentido. Nesse sentido, as línguas de flexão apresentam-se como modelo da criação linguística. Nelas se encontram os órgãos desenvolvidos do pensamento relacional. E, nelas, sempre opera o poder de articulação no discurso. A parataxe constitui a regra fundamental para a construção da oração. A Linguagem infantil se vê dominada por este princípio. A justaposição funda o nexos mais primitivo da articulação oracional. A subordinação — pedras de um arco, na expressão grega — estabelece uma disposição mais rica. Aqui, funda-se mais claramente o pensamento relacional.

Somente no uso da cópula, encontra a determinação linguística a síntese lógica. Kant, na *Crítica da Razão Pura*, se dirige para esta fundamentação. O juízo significa a unidade da ação. O predicado refere-se ao sujeito e com

ele se enlaça em um significado global. Encontram-se em unidade. O juízo é, assim, o modo de reduzir conhecimentos dados à unidade objetiva da apercepção. E é este o objetivo da cópula. Referenciam-se as percepções com a apercepção originária e com a unidade necessária das mesmas. Para Kant, é estreita a relação entre o sentido objetivo do juízo e a forma lingüística do enunciado predicativo. Na evolução da Linguagem, só gradativamente se chega à abstração do Ser puro, que se expressa na cópula. A Linguagem se perdeu inicialmente na intuição da existência substancial. Aliás, há línguas que não conhecem a cópula. A justaposição, disposta internamente, é o momento da relação. Entretanto, a relação se acha presente.

Na evolução da Linguagem, existe ainda uma diferença entre a expressão mais compreensiva da mera existência e a do ser como expressão da síntese predicativa. Em Parmênides, o predicado se funde com o absoluto. Em Platão, em *O Sofista*, a distinção se verifica. Funda-se efetivamente a natureza lógica dos conceitos puros da relação. E arquiou a toda a filosofia anterior. Não dissipou, por completo, a antítese que entranha o conceito de ser. Apenas a definiu. A Antítese — essência e existência — se converteu no problema fundamental da filosofia medieval. O idealismo crítico ainda se envolveu de ambigüidade. Fichte se encontrou dentro desta ambigüidade e se encolheu no simples fato do lógico. O pensamento filosófico se debate entre estas duas explicações do conceito de Ser. O pensamento lingüístico, ao con-

trário, os vê unidos e entrelaçados. E, aos poucos, consegue extrair o sentido puro da cópula e exprimir o ser predicativo.

A expressão relacional, na cópula, põe de manifesto a orientação fundamental da Linguagem — o trânsito livre entre o sensível e inteligível. A expressão espiritual não poderia desenrolar-se, se não tivesse originariamente, contida nele, em e a partir do sensível.

## À GUIZA DE PRÓLOGO

Cassirer, ao longo de seu trabalho filosófico, já se detivera na análise investigadora da fundamentação metódica do conhecimento científico. Esta análise reporta-se a um tratamento da Linguagem. Entretanto ela se detém no esquema científico-natural e se reduz aos pressupostos gerais do conhecimento científico do mundo. Se tal análise garante sobejamente uma fundamentação metódica da estrutura do pensamento da Ciência, onde a natureza se determina em seus elementos constitutivos e se delineaia ao conhecimento em sua condicionalidade como função relacional, não fornece, porém, uma mesma segurança de fundamentação metódica ao se referenciar às Ciências do Espírito. Seu horizonte filosófico se abre para outra forma de ambição. E se credita capaz de conduzir seus primeiros resultados de investigação a um campo mais disperso e mais amplo do proceder científico. Este processo engendraria novos elementos de pressuposição, contu-

do suficientes para garantir uma mesma segurança de fundamentação metódica. Este processo deveria contar com a Categoria da Subjetividade. A Categoria da Subjetividade se esconde geralmente numa *precompreensão* que se particulariza em momentos e cumpre uma tarefa específica de *conceituar* e *judicar* a forma própria do conhecimento. Para tal objetivo, dever-se-ia impor o cuidado de analisar as formas de expressão que se acompanham da manifestação do Espírito e desenhar, ao longo da investigação, uma fundamentação metódica que se extrai em cada momento de sua expressão. Seria, portanto, necessário inventariar as *Formas Simbólicas*. Mais: descobrir seu estatuto próprio. A morfologia do Espírito, decisivamente descrita, poderia iluminar a trajetória do método que se articularia nas Ciências do Espírito. E desvendaria, em sua particularidade, a tessitura de sua lei própria. Assim, a teoria geral das formas de expressão se justificaria no desenvolvimento processual da forma lingüística. E, em sua análise, se evidenciaria to to frescor da experiência e da reflexão que identificaram um modo de tratar e de especular a realidade. E se exprimiram num *discurso*.

A *Língua*, todavia, se tematiza filosoficamente em passado-próximo. Precisamente, no limiar do século XIX. Humboldt, em carta a Wolf, vê o cuidado e achado da língua como explicativa do conhecimento da realidade. Não somente em grau de profundidade, como reveladora da diversidade extasiante da natureza. Esta pretensão, tão pertinente a Humboldt, não mereceu a sanção do investigador lingüístico que

resultou na filosofia da Linguagem, no século XIX. Ao contrário, se pôs a questionar o típico da tradição filosófica. E só lhe permitiu um enquadramento na esfera do nitidamente psicológico. Reduziu-se assim aos problemas da gênese e/ou suas leis psicológicas. O ideal de uma gramática absolutamente universal que, por formulações diferentes, induziu às raias da intenção as pretensões dos empiristas e racionalistas, entre o século XVII e XVIII, se desloca, no momento da lingüística comparada, para o vigor do *Sistema*. As individualidades, no condão do mesmo e do outro, as representações e as gamas da sonoridade subsumem aos critérios formais. Michel Foucault, apaixonadamente, descreve este processo de inflexão histórica. Os grandes tratados sobre a Linguagem, emergentes no século XIX, fugindo à intencionalidade de seus autores - de Wundt a Steinthal - não conseguiram imprimir uma fundamentação rigorosa que não se reduzisse às categorias da psicologia. Marty escolhe outro roteiro. Envereda-se pela descritiva do *significado*. E, nesta direção, seu intento de uma "gramática universal e filosofia da linguagem" vêm à luz nos meandros dos conceitos psicológicos. E, nesse sentido, merece a crítica dos círculos da investigação lingüística, sobretudo de Vossler. Do ponto de vista filosófico, recebe também a crítica de Husserl. O positivismo lingüístico se guarda como dogma. O idealismo filosófico, ao censurar o positivismo erigido em dogma, não redescobriu a via de autonomia que se revelou em Humboldt. A linguagem continuou a percorrer sua *vía crucis* sem se resguardar numa fundamentação teórica que se aproximasse da nitidez de especificação e de tratamento indicativa da re-

flexão filosófica. Ou se refugia na expressão estética, como em Croce, se imanentiza nos elementos e princípios da Lógica, na analítica das proposições, como no Círculo de Viena.

A análise da Linguagem, ao se obedecer o estritamente filosófico, deveria assim encontrar seu próprio vigor metódico. Isto não significaria que deva obscurecer toda contribuição, como fontes auxiliares, desenvolvida no exame acurado da lingüística. É tarefa da filosofia empreender o levantamento das formas de leitura sobre o dado fenomenal e desvelá-lo em sua pertinência com o *ser*, na unidade especificadora de seu discurso. Não precisaria, portanto, omitir os esforços concentrados que, desde o trabalho de Humboldt, se puseram nesta mira. Não obstante este trabalho, não significaria em uma adoção simplista de seu ponto de vista idealista. Mercê de um material empírico-científico, sem dúvida rico e difuso pela sua multiplicidade, não se agastaria em se deixar conduzir por um dilema metódico. Na verdade, este risco poderia estar presente. E caberia ao filósofo se preservar dele - entre o inventário disseminado e a especificidade de seu tratamento científico. Para não surpreender nesta encruzilhada, sua função específica dever-se-ia escudar no vasto material empírico que nada perdesse de sua generalidade, mas que o agrupasse em suas manifestações particulares, típicas de uma inflexão, como dado mesmo de sua própria investigação empírica, suportada na legitimação de seu discurso. Nesse sentido, teria diante de si um panorama de amplitude não só do campo descontraído da lingüística, por isso e-



lástico, como também de sua forma estrutural em cada modalidade particularizada, fundada em reflexão e dada historicamente. E não seria missão fácil de ter diante de si, como plenamente absorvida, uma literatura especializada que se abre permanentemente em leque e que desafia o alento entusiasta do estudioso.

A Cassirer, ao lado deste reconhecimento, pareceu que os elementos particulares se aclaravam reciprocamente. Enxertavam-se espontaneamente. Ele se propôs, em sua obra, esclarecer a força de seus elos.

E, na sua trajetória, perfilhamos o seu cuidado. Pacientemente.

## INTRODUÇÃO - A LINGUAGEM NA ÓRBITA DA FILOSOFIA

A reflexão filosófica se inaugura com o conceito do *ser*. Desponta à consciência como unidade originária em meio à caótica dispersão e diversidade dos entes. Entretanto segue perdida na esfera dos entes. Heidegger percebe sua perdição. E, no fato, direciona sua questão filosófica. Em sua história, vive portanto o movimento pendular entre o abandono do momento originário e a tentativa de seu centramento. O começo originário e o fundamento último de to do *ser* é exprimir-se. A expressão, porém, como resposta, não se radicaliza em intencionalidade como o ato da questão. O que se observa é a idealização principal que assume um caráter irreversível de postulação. Faz-se um princípio puramente racional de dedução e fundamentação. Esvazia-se em um concreto particularizado. O número de Pitágoras e o átomo de Demócrito retratam sobejamento o itinerário obscuro de sua rendição ao particular. A primeira tentativa de reivindicação de

uma expressão unitária, ancorada no universal, nasce em Platão. Na verdade, a teoria das idéias já se encontra imanente nos momentos explicativos anteriores. Em Platão, contudo, sa be-se o que este princípio é e significa. Ele se joga nessa consciência. Os pré-socráticos elegeram um ponto de partida. Dispuseram-se no estrito da postulação. E se reduziram a "Mitos do ser". Platão, ao contrário, se põe na perspectiva do Conceito. Não se impregna da facticidade. Localiza-se na fonte de eidos. E, dela, em disposição sistemático-teleológica, se entrega ao discurso participativo da Verdade. Entreabre-se ao Pensamento. Nem, ao seu lado. Tampouco, sobre o Ser. Simplesmente, o ser.

O Idealismo, em todo seu processo, parece repetir a mesma trajetória. Aqui, porém, o ente se torna subjectum. Fã-lo seu esteio, a grande navegação, de que fala Hegel, na encosta da autoconsciência. O conceito de Ser é eminentemente fluência. A unidade do Ser não se guarda como autoprincípio. Preserva-se apenas como teleo. E se joga à procura de relações. A Ciência garante sua legitimação. E se reconhece como construção. Germina em símbolos intelectuais, criador. A teoria reprodutiva do conhecimento se perde em ingenuidade. O conhecimento físico-matemático radicaliza este tipo de construção. A teoria einsteiniana da relatividade rejeita o a priori; a ciência é uma criação do espírito humano mediante idéias e conceitos livremente inventados. Na revolução do pensamento, objetiva-se primeiro a Lei do Conhecimen-

to, como seu lugar natal. A unidade agora se garante pela unidade do substrato (Kant).

A moderna filosofia da Linguagem elege o conceito da forma lingüística. Esta forma, todavia, não se resume a fenômenos particulares de seu campo. Inclui, na verdade, a lei de sua estruturação. A lei é o seu momento necessário. É o constitutivo da existência do individual enquanto conteúdo. No transcurso de sua história, permanece consciente da tarefa. Entretanto, a pretensão nem sempre se positiva. A Sofística, por exemplo, inaugura uma crítica cética da Linguagem. Dispersa-se a validade absoluta que entranhou o momento da filosofia. A universalidade do conceito, em sua onicompreensividade, dos sistemas metafísicos pode ceder o seu lugar ao *Cogitatio*, mesmo ao Espírito, em sua dialética odisséia; permanece a intenção, porém.

O caminho encontrado é o conceito de *Símbolo*. Este conceito foi postulado por Heinrich Hertz. E se emprestou da física. Não se prende ao imediato; ao contrário, intenciona apenas desvendar o nexo de relações necessárias. Os conceitos são puras ideações. Impõe-se para subsumir a experiência e submetê-la a uma ordem legal. O mundo físico encerra-se sobre si mesmo. E sua linguagem se articula como cifração. Galileu se apercebe dessa realidade. O cálculo diferencial fixa seu lugar lógico. Leibniz, na análise do Infinito, encontra consonância do universal com a função notificadora. A estrutura da ciência moderna não se desvincula da lógica dos símbolos. Eles não se postulam como um mero envolvimento. Ao

contrário, adquirem a fixidez de uma fórmula universal. A Linguagem se reduz a um Sistema de signos fonéticos. É a manifestação do Espírito que encerra o conteúdo do Espírito.

A Gramática Geral, nesses termos, ganha foros de verdade, no sistema idealista. Frente ao mundo sensível, o mundo inteligível. Na medida que delimita as fronteiras, supera a oposição. Inconciliável e excludente, porém.

O processo de formação da Linguagem possui a virtude de mostrar, sob o caos das impressões imediatas, a penetração de um pensamento maduro que as organiza, de uma expressão lingüística que as conota em articulação eidética. E se aparenta ao trabalho logicamente determinado da ciência. A atividade pura do Espírito, criador do sistema de símbolos, se pretende a uma objetividade. E reclama de si uma universalidade. Imagine-se a primeira manifestação da linguagem e do Mito, em que a coisa e o signo se fundem magicamente. O signo postula a prova de objetividade, "porque se determina e dele se extrai algo permanente". A Consciência assegura a unidade e a força. Perdida sua força, dissolve-se a sua potencialidade. O fluxo, porém, de seu conteúdo qualitativo assegura à Consciência a possibilidade de novo vestimento do mundo da sensação. E engendra um novo grau de reflexão. A Consciência move-se num processo, onde se manifesta uma unidade encerrada em si mesma e permanente. A separação categorial entre o *eu* e o *não eu* se radicaliza apenas como função do pensamento teórico. Entretanto as condições em que se realiza este processo só se definem pelo alcance do próprio conhecimento.

O objetivo da experiência se constitui pelos elementos permanentes e necessários. E se guardam no rigor do método.

A Filosofia da Linguagem do Von Humboldt tematiza esta consideração. O *Signo Fonético* é a matéria de toda formação da Linguagem. Faz-se ponto entre o subjetivo e o objetivo, porque neles se combinam os seus elementos. É um som emitido que se articula e se forma no interior. Contudo é escutado. Integra-se, portanto, na realidade sensível. É, sem dúvida, uma energia interna que se traduz e se objetiva externamente. Provém dos lábios, mas retorna ao ouvido. O Homem se vê envolvido de sons que contam, para o seu dizer, sobre o mundo dos objetos. A concepção crítico-idealista da Linguagem, válida para toda simbolização, apreende o objeto, tanto quanto se apreende a si mesmo e o seu criar. À primeira vista, aparentam momentos antitéticos. Nas formas primitivas, a Linguagem se predicou ou como excitação afetiva, ou como simples som onomatopaico. Consagrou-se nesse ritmo pendular. Expressiu-se como internalidade. Perdeu-se na objetivação de estímulos sonoros. Entretanto portou-se longe da expressão essencial da Linguagem. Não se percebeu uma mediação. Não se apresentou como simples espelho refletor; ao contrário, se articulou entre o sentimento e sua forma. Intercorrendo-se. Expressando-se.

O momento da universalidade se confia à Consciência. E ela, de si, funda relações. Estabelece sentidos. E, isso, importa numa mudança qualitativa. É fácil observar relativamente ao som físico, diferenciável como tal - altura, gravidade, intensidade, qualidade -, que se expressa em fonemas.

As *unidades* sensíveis se enxertam no todo da Consciência, recebendo dela seu sentido qualitativo. A unidade da Consciência experimenta uma série de relações fundamentais. E se manifesta como modalidades originárias. Ou se prende a uma justaposição, como se dá na forma de espaço, ou a uma sucessão, na forma do tempo, atributivamente ou de forma causal. O sensualismo, por sua vez, padece preso ao conteúdo imediato das impressões individuais. É o que se retém da teoria psicológica de Hume. E, como Sistema, recusa o momento do Universal. A Linguagem se projeta no fático. Percebe-se como resultado. A tradição filosófica, desde *O Sofista de Platão*, não admite este acantonamento ao fático. E permanece fiel em sua história. As soluções crítica e metafísico-especulativa, reclamando o universal, enveredam por esteiras diferentes, quer em razão do conceito, quer do sistema lógico. Todavia fixa-se no Universal.

Três fatores poderiam realçar o papel da Consciência, como presença de unidade e força expressiva, internalizando o mundo caótico das impressões sensíveis e organizando sua estrutura formal de discurso.

1. QUALIDADE E MODALIDADE DAS FORMAS - uma relação de independência - um ao lado do outro, esquema da simultaneidade, um depois do outro, esquema de sucessão - não infere a exclusão de outro contexto formal, que se estabelece pela experimentação de nova lei estrutura. Cada relação individual, sem prejuízo de sua particularidade, pertence simultaneamente a uma totalidade de sentido que possui sua lei formal e a uma determinada es

trutura de conhecer que a particulariza. Kant já precisava este fato quando tematizava a causalidade. - "a consciência é algo; algo mais completamente deve ser e tem que ser". Por não se socorrer desta verdade, a metafísica dogmática se vê num dilema insolúvel: radicalizar o conceito fundamental de existência absoluta ou reconhecer a contingência das relações. Paradoxalmente, é a este contingente que o conhecimento tem acesso e pode apreender em suas formas. A essência, suporte das particularidades, se perde no vazio da mera abstração. E o todo da realidade se resume a um momento da mera determinabilidade. O trânsito do ser absoluto ao da Consciência, viragem moderna da subjetividade, marcou definitivamente a exigência metódica das determinabilidades, pois cada função e sua separação não se desligam do conteúdo da Consciência. O que é dado imediatamente à Consciência, refere-se a um instante especial, a um agora determinado. Entretanto, um limite fluente. Existe apenas no ato mesmo da separação. Jamais como rígida existência substancial.

2. FUNÇÃO ORIGINÁRIA DA REPRESENTAÇÃO - a apreensão de um todo espacial, não obstante uma ordem própria, pressupõe a criação de sérios temporais. Interagem segundo uma regra própria. O *multorum in uno expressio* de Leibniz: Só se intuem determinadas formas espaciais se se unifica em uma representação, dispersas ou decompostas. Berkeley comparava o desenvolvimento da percepção espacial com o da Linguagem. Naquela não há uma re -



produção de modelo do espaço absoluto. Na Linguagem, há uma interação de fatores sensíveis e conceituais, plenificados em conteúdo esdético significativo. Qualquer tipo de representação se atualiza na coordenação. E se abre a indefinidas direções.

3. UNIDADE OBJETIVA - a soma de atributos no todo de algo permanente apenas indica a unidade na justaposição e na sucessão, sem se dissolver nela. Determinadas configurações espaciais se fixam para que se constitua o conceito de algo como portador permanente de atributos variados. Acrescenta-se à intuição da simultaneidade e da sucessão um pronto e novo fator, com significação independente. A análise empirista do conhecimento tem, reiteradamente, impugnada essa independência. Reduz a uma unidade externa. E tenta mostrar que o conteúdo e a forma do objeto se esgotam na soma de suas propriedades. O mesmo vício fundamental se radicaliza na análise do conceito e do conhecimento do *eu*. Quando Hume explica o *eu*, como centro de percepções, a explicação se anula porque não supõe a síntese constitutiva do *eu*. Prende-se, tão somente, a uma ligação extensiva ao Todo. São meras qualidades objetivas. Assim, o doce e o branco na representação do açúcar. A teoria racionalista do conhecimento, em contrapartida, imputa a si a tarefa de salvar e demonstrar a independência. Seu mérito histórico está em garantir uma visão nova da Consciência e um novo conceito do objeto do conhecimento. Em Descartes, a unidade do objetivo só

se apreende na auto-reflexão do Espírito *inspectio mentis*. Esta tese fundamental é a mais aguda antítese da teoria empirista da associação. Sem embargo, não se suprime a tensão interna entre matéria e forma. A unidade dos conteúdos se põe também de fora. São puramente imagens. Meras facticidades. A unidade objetiva se torna simplesmente unidade formal. O dualismo metafísico de Descartes se enraiza em seu dualismo metódico. Em Kant, a antítese entre sensibilidade e pensamento mostra sua velha e incólume força, embora aqui apareça a possibilidade de estar unificada a uma raiz comum. A contraposição é obra da abstração; a unidade da matéria e forma da consciência, porém, constitui precisamente o fenômeno originariamente certo e conhecido do qual tem que partir toda análise da consciência. Toda existência na Consciência consiste e se estriba em transcender-se a si mesma em tais direções heterogêneas da síntese. Comporta-se como integração. Assim se entende a expressão de Kant — "como se algo fosse, tivera que ser algo mais, completamente distinto dela".

É preciso, agora, remontar à simbolização natural, delineada no instante inicial da Consciência. Sua força nada significaria se não tivesse sua raiz no processo da Consciência. O fato de algo ser portador de significação só se compreende pela função copresente de significar, que se acompanha de aplicação a cada caso individual. O conteúdo particular da consciência se encontra na malha de múltiplas relações. E essa se abre em leque de largas referências. Assim, a Consciência revive sua dupla modalidade: sujeição ao sensí

vel e libertação do sensível. Em cada sinal lingüístico, aparece sempre um conteúdo espiritual que transcende ao sensível, embora convertido em forma do sensível. É uma configuração independente, porém. Portanto, uma atividade da Consciência. E, como tal, utiliza-se do mediador expressivo. A simbolização patenteia o caráter fundamental da Consciência. E presentifica o caráter residual da Consciência junto às coisas. Não obstante, o signo simbólico surge no ato da significação. E se esgota na função de significar. Encontra-se em seu poder. Pode evocá-lo repetidamente. E adquire para Consciência um novo hábito. Sua reprodução espiritual se liga diretamente ao ato da produção lingüística. A tarefa da Linguagem se conforma em estabelecer certas determinações e fazê-las inteligíveis. E, não, evocá-las do Entendimento. A atividade da Consciência em nada parece com o material de onde originara. É uma criação para dar conta do Ser, uma trajetória, às vezes múltipla e una, para se impor a unidade significativa.

Nessa direção, tornam-se compreensíveis os sistemas de signos. Mais: o trabalho da Consciência face a eles. Eles dizem ilimitadamente da realidade intuitiva. Seu valor se realça da supressão da imediateidade, se distancia da reprodução mecânica e se atualiza em fatores formais e relacionais. O sistema científico retrata essa tendência. A fórmula química, sem que denuncie o diretamente observado, articula um complexo de relações. O signo serve assim de mediador. Sustenta-se na significação. Exporta-se sem massa sensível própria. Expõe-se em seu movimento relacional. O signo é a dire -

ção desse movimento. A palavra da linguagem, em sua ordem, é um mero indicador. E dele se extrai uma força extraordinária, para a dinâmica da representação e do pensamento. Essa dinâmica se regula pelo signo. O projeto de Leibniz da *characteristica generalis* incorpora a propriedade de representar e o veio das determinações lógicas. Assim, abre caminho para o não-dado. Confirma-se, aqui, o poder sintético da Consciência "cada concentração que logra de seu conteúdo a impulsiona a a largar seus limites". A história da ciência oferece provas dessa proposição. Retoma os passos realizados e se abre em perspectivas sempre novas.

Na função simbólica da Consciência, encontra-se a antítese entre o dado e o fundado. A consciência se presentifica na forma de determinado acontecer. E, nosso acontecer, destacam-se domínios de formas. Entretanto, esses domínios são produtos de momentos processuais da Consciência. Configuram-se como "em si", mas adquirem existência "para-nós" em seu curso. Não se trata da precedência ou sucessão do sensível, mas da revelação e manifestação de funções fundamentais do Espírito, em sua odisséia junto ao sensível. Assim se compreendem as configurações que se encontram nas formas do conhecer (mítico, artístico, científico). Qualquer separação originária entre o inteligível e o sensível, entre a idéia e fenômeno, aqui desaparece. Caminhos não perfilhados pelo empirismo abstratos. Certamente, ainda se fala preso a um mundo de imagens, mas não de imagens reprodutoras das coisas e, sim, realizadas na criação autônoma do Espírito. A suprema ver

dade objetiva que se revela ao Espírito é a forma de sua atividade. Entretanto, o conceito da realidade não pode enclavar-se na mera forma abstrata do Ser, mas se dissolve na multiplicidade e plenitude das formas da Vida. Nesse sentido, cada nova forma simbólica significa uma síntese do mundo e do Espírito, como queria Goethe, que assegure verdadeiramente a unidade originária de ambos.

A moderna filosofia, em seu impulso originário, se emprestou a tarefa de superar essa antítese. E encontrou a totalidade de seus problemas, não na unidade do *ser*, mas no conceito da *vida*. A antítese entre subjetividade e objetividade, como se configurou à ontologia clássica, pareceu suavizada e o caminho de sua conciliação definitivamente aberto. E dela emergiu uma antítese ainda mais radical no âmbito da *vida*. A verdade da Vida pareceu estar encerrada em sua pura imediateidade. E a sua compreensão e apreensão ameaçavam inesoravelmente a supressão dessa imediateidade, se se atém ao conceito dogmático do *ser*. Mesmo, se se atém ao conceito de Vida. A Vida se apreende na intuição pura. A representação, de si, não se faz suficiente, pois não devolve o momento originário. Platão, em a Sétima carta, ao relacionar a idéia com o seu signo, levanta a problemática. Ela é revivida em Leibniz e Kant. E, de fato, preside a tensão entre *Vida* e *Linguagem*.

A tarefa da Filosofia da Linguagem consiste em eliminar esse véu. Deve, portanto, penetrar na esfera mediadora do mero significar e designar. A Filosofia, entre -

tanto, pode obstar sua intenção, porque radicada na força do conceito e na luz do pensamento discursivo. Sem esmorecer, deve impor o seu caminho: descrever seu processo formativo. A negação das formas simbólicas, longe de apreender a Vida, destruiria a forma espiritual na qual se demonstra estar unida. Se logra apreender e aclarar essas ordenações, haverá cumprimento, em sentido novo, com sua tarefa de demonstrar, em face da pluralidade de manifestações do Espírito, a unidade de sua essência. A multiplicidade de produtos do Espírito não prejudica a unidade de seu produzir. Ao contrário, confirma sobremaneira.

## CAPÍTULO I - O PROBLEMA DA LINGUAGEM NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

A pergunta sobre a origem e essência da Linguagem corresponde, praticamente, ao instante da pergunta sobre a origem e essência do Ser. Linguagem e Ser, Palavra e Sentido se introduzem na primeira forma de reflexão consciente. São momentos inseparáveis. Dizem-se de uma mesma unidade. A Linguagem é um pressuposto, mesmo uma condição, da atitude reflexiva. Por ela, a Filosofia enraiza sua investigação. A tomada de consciência do Espírito emerge justamente quando se vê como realidade efetiva. A Linguagem circunscreve o homem quando propõe intencionalmente a se dizer e a dizer o mundo. Quando se patenteia como objeto, Quando se lança a objetivar o mundo. E se garante em certeza e necessidade. Nesse nível de reflexão, o Ser e a Significação das palavras remetem à livre atividade do Espírito. Não é uma designação e denominação, um símbolo do Ser; confunde-se com ele. A linguagem mítica, antecipa-

dora da Filosofia, indiferencia a palavra e a coisa. A essên-  
cia do Ser, magicamente, se contém no nome. Quem se apodera do  
nome e o sabe utilizar domina seu objeto. Adquire poder so -  
bre ele. Palavra e Coisa se encontram relacionados de forma  
causal. Substancialidade e causalidade se fecham sobre si mes-  
mas.

A supressão das particularidades, presente na  
concepção mítico-mágica, engendra uma conseqüência signifi-  
cativa no móvel da Linguagem. Esta conhece a mesma trajetô -  
ria do Mito na expressão da unidade. E desagua na universalidade.  
Impõe-se como forma cognoscitiva que não estranha nenhu-  
ma outra forma de conhecimento. Engloba um todo. Reclama - se  
como *teoria*. A intuição da força particular, contida na pala-  
vra isolada, desemboca na potência universal que possui a pa-  
lavra enquanto tal. E a fala. A especulação religiosa reforça  
essa identificação. E se apresenta como característica unifor-  
me. A Palavra sacramenta uma Ordem. Dignifica-se em Poder. Faz  
se força onipresente. Sustenta e alimenta tudo. E se converte  
em potência indestrutível. Eterniza-se.

Na especulação grega, o conceito de *Logos* não  
consegue, em seu momento inicial, se desprender da Linguagem  
do Mito. Imiscui-se de suas propriedades. Centra-se no misté-  
rio da Palavra. Em Heráclito, percebe-se uma abertura de ori-  
ginalidade. É o condutor do Universo. Entretanto, impõe-se a  
si mesmo uma legalidade. Expressão de si mesmo. Unidade e In-  
violabilidade presidem ao seu modo de *ser*. Não se submete a



um acontecer imprevisível, como fato caprichoso. Ao contrário, submete-se a uma regra universal que une todo ser e a acontecer a uma justa medida. A lei do Cosmos se deixa penetrar de Linguagem. A Sabedoria é uma: conhecer o sentido. Desmitifica-se o complexo de forças mágico-míticas. O Sentido é a forma de penetrar no Todo. Ele não se fragmenta em particularidades; é um Todo Vivente. A Linguagem se abre a essa dimensão. Se se perde na expressão isolada não se detém a corrente do devir. Cada significação só ganha plenitude se unida ao seu contrário. Cada sentido no seu contra-sentido. A síntese se assemelha à harmonia do Universo e se expressa como harmonia contraditória. A lei fundamental do universo se apresenta sempre em forma acrescentada, intensificada. A oposição, a contradição, é o modo próprio de falar da Totalidade. Não há limites rígidos. Tudo se faz fluido. Não há, assim, pobreza na Linguagem. Só quando ousa se colocar em nova relação, e indefinidamente, pode perseguir o real. Nesse sentido, pode se converter em guia e pauta do conhecimento. Há sempre uma postura de antífrase. A semelhança não é típica desta Linguagem. Paradoxalmente, cada conteúdo linguístico é, ao mesmo tempo, descoberta e velamento da verdade do Ser. Significativo e indicativo. A Linguagem se decifra em imagens e metáforas.

A força dialética da Linguagem, que se desenvolveu em Heráclito, aos poucos se enfraquece. A unidade contraditória entre a Palavra e o Ser experimenta agora um tratamento discursivo. Desenvolve-se independentemente. A concretude dilacerada do Ser que a Linguagem procura zelosamen-

te detectar perde-se em abstrações. A Linguagem assume um caráter indicativo. Fecha-se sobre ela mesma. Funda-se em conceitos. Mais: torna-se objeto favorito dos debates públicos. Indaga-se sobre a correspondência entre Palavra e Coisa. A Linguagem se joga entre a estrutura do ser e a arbitrariedade escultural dos Linguistas. E abre caminho a posições céticas. Paulatinamente, consubstancializa-se a Linguagem.

A Sofística manipulou, à vontade, a Linguagem. Serviu-se dela. E a articulou para sustentar suas teses. A relatividade de conhecimento se demonstrou pela liberdade criadora da Linguagem. O Homem se fez assim a medida de todas as coisas. A palavra se encontrou entre a objetividade e a subjetividade. Entre o Homem e as Coisas. O pensamento puro, supostamente universal, é uma mera pretensão. A palavra, de si, é ambígua. Reenvia ao movimento do Espírito. E reclama o recurso da heurística. Entretanto, sua reflexão sobre a Linguagem, na propriedade de multivocidade e arbitrariedade, não esconde, no tempo, uma reação violenta.

Esta reação se inaugurou em Sócrates. A univocidade da palavra ganha de novo um relevo significativo. E se garante como postulado. A identidade e unidade do conceito são fundamentais para se dizer do Ser. A univocidade é sempre mediadora. E, como mediação, funda sua verdade. Na sua fluidez, mostra-se sempre como *lidos*. Fundamenta o discurso. Radicaliza o pensamento. Platão não recua dessa linha. E firma posição diante da Linguagem. Discípulo de Cratilo, recusa a tradição sofística em nome do caráter positivo que pro

vêm da dialética de Heráclito. Torna-se, porém, mais radical. A palavra, individualmente, mediatiza seu conceito. Ela possui seu lugar. Adquire um valor indiscutível. Entretanto não se escuda na extrema ingenuidade da designação natural. Põe-se em articulação. E, entre oposições, eleva-se ao reino das idéias. É antes um estímulo. Não obstante guarda-se como mediação. Na Carta VII, Platão oferece uma radical fundamentação dos resultados de Cratilo submete-os ao rigor do método e os pesa numa sistematização rigorosa. Nessa Carta, distingue quatro níveis de conhecimento. Entretanto, o conhecimento só se completa quando percorre todos os níveis. Os níveis inferiores se referem ao nome, à definição lingüística dos objetos e à sua reprodução imagística. Referem-se à sua apreensão, no espaço do efêmero e da mutabilidade. O Nome, na verdade, sinaliza um objeto. Este objeto, quando se encarece uma explicação, recebe uma nova determinação. Sua reprodução numa imagem presentifica de fato um objeto. Assim, por exemplo, a essência do círculo pode ser apreendida pela simples emissão do nome. Quando se pronuncia o nome, a compreensão se desloca para o objeto referenciado. Quando se insere um conteúdo explicativo — a figura cujos pontos se tornam equidistantes do centro — identifica-se o objeto em presença. Quando se põe diante de sua nota figurativa, seu modelo, apreende-se sua denotação. Entretanto, nome e imagem, tangencialmente, se divorciam da visão racional. São, na verdade, seus pressupostos. Fazem-se sua condição. No entanto, a visão racional transcende a estes aspectos meramente sensíveis. E, mais, os

engloba. Na Carta VII, intenciona determinar e delimitar o valor metodológico do conhecimento. Reconhece a Linguagem como ponto de partida. Ela se esgota nessa função. Sua existência é efêmera e mutável, como o é a representação sensível. Capta menos a idéia que a sua imagem. Contudo preserva um nexó entre a palavra e a idéia. Joga-se numa referência. Determina uma orientação. A Linguagem é meramente uma representação. É uma exposição de sentidos. Na esfera da existência, objeto da reflexão filosófica, não há em rigor uma expressão adequada. As coisas não encontram uma correspondência absoluta nos signos. Em Fédon, o caminho do pensamento filosófico se concentra no *logos*. O Conceito é sua terra natal. Nele expressa-se o nexó entre realidade e aparência. E o conceito de *participação* encerra a unidade entre as idéias puras. Nesse conceito, Platão espera responder originalmente ao momento dialético que assume a reflexão de Heráclito. Nele contêm-se a identidade e não-identidade. Encontram-se sempre em relação. Entretanto, guardam-se em sua identidade. A Linguagem, aqui, é o momento da representação.

A História da Lógica, como problema do conhecimento, mostra que os limites traçados por Platão, entre o conceito e o signo, não resistem a uma continuidade. A primeira sistematização da Lógica é o primeiro passo de sua solução. Aristóteles, na análise das *Categorias*, indica a aproximação das formas lógicas com as formas lingüísticas. As Categorias representam as relações universais do *ser*. Significam os gêneros da predicação. São determinações ontológicas

do real. Emergem com ele, ou se dizem dele. O modelo lingüístico serviu como seu próprio modelo. A substância assume um caráter de substantivo; a qualidade, do ajetivo; a quantidade, do advérbio. A expressão lógica e gramatical se condicionam.

Na Idade Moderna, paradoxalmente, reação à Lógica Aristotélica, se sustenta na garantia da Linguagem. Lorenzo Valla, Ludovico Vives e Petrus Ramus tentaram ridicularizar a filosofia escolástico-aristotélica. Em princípio, a reação se mantém dentro das investigações lingüísticas. A Filologia do Renascimento, alargando o campo da Lingüística, reclamou uma nova teoria do conhecimento. A Estilística se impõe sobre a Gramática. A Silogística é acerbamente criticada. Aproximando-se do ideal clássico, há mais abertura para o intento platônico. Entretanto, enquanto se orienta decididamente para as ciências fáticas, o modelo parece ser o da Matemática. A Gramática, em si, não responde ao teor da investigação.

Em Descartes, a fundamentação do novo ideal cognoscitivo recebe uma primeira luz. O ideal da unidade do saber se prende a um achado de poucos signos. Estes deveriam ser suficientes para engendrar os conteúdos intelegíveis diversos, mediante determinadas leis universais. O ideal da língua universal torna-se uma esperança. Descartes se alimenta desta intenção. Seu intento contamina certos espíritos; entre estes, Delgarno e Wilkins.

Leibniz, entretanto, reintegra o problema da Linguagem no conceito da Lógica geral. E acredita que seja o pressuposto de toda filosofia e do conhecimento teórico. A

Língua Universal conquista um novo aprofundamento. Contudo está ciente da dificuldade. Acredita, todavia, diante de novo instrumental. A *característica* se diz *realis*. Direciona-se para expor os verdadeiros nexos das coisas. E se estrutura a partir da combinatória e da análise matemática. A decomposição em idéias primitivas obedece aos princípios da análise algébrica. A Linguagem universal do conhecimento depende do próprio conhecimento. A Linguagem, porém, não necessita esperar o acabamento da filosofia. Desenvolvem-se, linguagem e filosofia, paralela e correlativamente. Expressa-se, assim, a experiência metódica que se reteve na análise do Infinito. Só na consideração da Linguagem, como meio de conhecimento, o racionalismo de Leibniz alcança sua expressão maior. Da mesma forma, o nexos entre pensamento e sensibilidade é pensado sob nova luz. A sensibilidade se dissolve nas idéias distintas do Entendimento. Em contrapartida, o pensamento conserva algo da imaginação. E se coloca na órbita da metafísica - o Ser é determinado pelo Conhecimento. As mônadas, entidades verdadeiras e substanciais, se representam pelo grau de claridade e distinção. É um saber inadequado. Contenta-se com seus signos. A *característica* universal não se depura da contingência. Sempre portadora de sentidos, porém, e se quer universal. Na análise da Linguagem, não se prende a seu fato originário, a língua adâmica, mas a seu conceito ideal que constitui a meta da objetividade e validade universal. Só, nesse momento, a Linguagem testemunha a unidade da razão que, como postulado necessário, está na base de toda compreensão filosófica de um Ser es

piritual particular. A Palavra não se constitui apenas um envolvimento de sentido. Ela se incorpora no veio da Razão que destina sentidos.

O Empirismo Filosófico, por sua vez, enceta um caminho inteiramente diferente. Sua preocupação se detém na facticidade pura e desconcertante. A *Linguagem* se traduz como um *Fato*. E opera como meio de conhecimento. Nesse sentido, recusa uma referência ao ideal lógico. Guarda-se da atitude metafísica. E objetiva fundamentalmente detectar a constituição e função psicológica do conhecimento. Locke, de imediato, não intencionava, em sua crítica ao *Entendimento*, desenvolver uma crítica da Linguagem. A preocupação só se concretiza quando se percebe a dependência da questão dos conceitos à origem das denominações. A Linguagem começa a merecer um cuidado de relevância. À semelhança de Leibniz, não obstante por itinerário reflexivo outro, Locke retém a Linguagem na objetivação prática de seu ponto de vista sobre a realidade. No Livro III, do *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, faz observar a dependência das *palavras* com as *idéias sensíveis*. E mesmo as idéias de noções e ações, que parecem distantes de qualquer impressão sensível, se originam dos sentidos. Transferem-se deles para portar uma significação mais abstrata. E se formam para referir a idéias que não se encontram sob o conhecimento de nossos sentidos. Imaginar, apreender, aderir, conceber, são noções de tal tipo. Entretanto, extraem-se de operações das coisas sensíveis. E aplicam-se a certos modos de pensar. Espírito, por exemplo, em seu significado original, é respiração. Não se

duvida que, se se pudesse proceder em investigação às fontes, se descobriria, em todas as línguas, sua derivação dos sentidos. E, para qualificar certas operações, obrigou-se a em - prestar palavras que sugerem uma atividade sensorial. E, por esse meio, fazer com que os outros concebiam facilmente es - tas operações, porque também as experimentam. A conveniênc - cia engendrou um consenso.

Nessa direção se sistematiza a questão da Lin guagem no Empirismo. A análise da Linguagem não é um fim em si mesmo. É um instrumental para a análise das idéias. As de - nominações lingüísticas não se orientam para expressar as coi - sas. São puras representações do espírito. Esta justificação já se encontra em Hobbes. E, nesse instante, acredita ter içã do a filosofia da Linguagem do domínio dogmático da metafísi - ca. Os nomes são signos dos conceitos; e não dos objetos. Ma - téria ou Forma das coisas? — mera questiúncula metafísica. Locke se apóia nessa decisão. Na unidade das palavras está a - penas presente o modo subjetivo, como ordenador de suas idéias simples. Não há modelo. Tampouco , quiddidade real das coisas. Livre e caprichosamente, o espírito pode acentuar um ou outro conteúdo representativo. Unificar este ou aquele grupo de ele - mentos simples procede do arbítrio. Particularizam-se as clas - ses de conceitos e significações lingüísticas. A teoria da definição se relativiza. E encontra outro suporte que o ex - traído do racionalismo. Revolve-se sobre o sujeito.

Esta visão parece regressar à forma leibnizia na da análise e postulado de um alfabeto do pensamento univer



sal. Em ambos, encontra-se a mudança de significação. Entretanto a palavra se reveste de sentido diferente. Em Leibniz, retém-se o sentido lógico-objetivo. No Empirismo, o sentido psicológico-subjetivo. No primeiro, parece revivescer o conceito platônico. No segundo, o conceito da pura experiência psicológica. Em Leibniz e no racionalismo, o ser ideal dos conceitos e o ser real das coisas se enlaçam numa correlação. Há uma harmonia preestabelecida entre o ideal e real, entre o universal e fático. No Empirismo, esta harmonia se dissolve. A linguagem, como expressão dos conceitos, na tradição empirista, se ultima em Berkeley. Em Locke, bem ou mal, se salva o universal. Pelo menos, como tendência. Ajusta-se à universalidade da palavra, numa espécie de relatividade e tolerância. No capítulo III, do mesmo Livro III, de *Ensaio sobre o entendimento*, afirma a particularidade das coisas. As palavras se generalizam como puros sinais. Separam-se das circunstâncias de tempo e espaço. E de outras idéias que possam determiná-las para esta ou aquela existência particular. O universal, aqui, só se predica no reino das idéias. No reino das coisas não possui existência verdadeira. Entretanto, um universal vazio de conteúdo. Toda realidade é determinada, concreta e individualmente. Para intuí-la deve se desembaraçar da enganosa universalidade da palavra. Berkeley acentua o radicalismo dessa afirmação. Para Berkeley, a reforma da filosofia deve se estruturar primeiro sobre a base de uma crítica da Linguagem. Deve dissipar a ilusão que se apossou do espírito humano sobre a objetividade fundante da palavra. Ela é útil, na verdade. No entanto muito se

obscureceu pelo uso abusivo das palavras. Mais, pelo discurso em que foi comunicado. Se a palavra se impõe ao Entendimento, deve se ater à simplicidade. E, com isso, evitar as controvérsias puramente verbais, desenredar-se da sutileza das idéias abstratas e, mormente, limitar-se às próprias idéias despidas das palavras. É fácil se propor a esse ideal, quando se sabe que só se tem idéias particulares. Sobretudo, quando se sabe que os nomes nem sempre significam idéias. Deve-se, portanto, separar da vestidura e acúmulo da palavra que muito contribui para cegar o juízo e dividir a atenção. É o bastante afastar a cortina das palavras para alcançar "a bela árvore do conhecimento".

Esta crítica radical da Linguagem, indiretamente, contém uma crítica ao ideal cognoscitivo do próprio Empirismo. De Locke a Berkeley, relativamente à Linguagem, opera-se uma inversão. Em Locke, confirma-se a concepção fundamental do conhecimento na Linguagem - nada se encontra no Entendimento sem estar antes nos sentidos. Em Berkeley, não há lugar para a função da palavra no sistema empirista. A linguagem é apenas um espelho encantado que apenas permite reconhecer as verdadeiras formas do Ser, como falsificação ou distorsão. Esvazia-se o conteúdo significativo da linguagem. Em Hobbes, ao contrário, não só se atribui à linguagem a verdade, mas toda a verdade - *veritas in dicto, non in re consistet*.

As coisas permanecem como singularidades reais. Entretanto, não podem constituir-se em Saber. O Saber se estriba nas relações, em produzir deduções, Aspira sempre a ser co-

nhecimento filosófico, isto é, conhecimento necessário do universal. O órgão e o instrumento de que se serve é a palavra. A força dedutiva se extrai pela livre produção do espírito. Ela não se dá nas sensações. Verdade e falsidade são atributos do discurso. Tão somente. Sem o discurso, não haveria controle sobre os atributos. Não se poderia distinguir entre o verdadeiro e o falso. Tampouco, contrapô-los. De acordo com esta concepção nominalista, presente em Hobbes, a Linguagem só é fonte de erro na medida em que se torna condição do conhecimento. Por isso, fonte de toda validade universal e de toda verdade.

Na crítica berkeleyana da Linguagem, mesmo do próprio conhecimento, afugenta o universal. Erradica-se o método do Racionalismo. Contraditoriamente, o sistema de Berkeley, não obedece a um rigor de consistência. Há uma involução. Inverte-se. Retrocede. Libera-se, aos poucos, à força do *logos*. O signo desponta subrepticamente como positividade. Em *Siris*, a viragem se completa. A Linguagem ocupa decididamente um lugar central. Os laços psicológico sensualistas evanescem. O ideal platônico se realça.

No começo, discutia-se o valor da linguagem em suas razões psicológicas. A metafísica berkeleyana, em sua forma definitiva, converte a realidade em linguagem. Sua posição sensualista se transforma em simbolista. A realidade é a linguagem dos signos em que um espírito finito onicompreensivo se manifesta ao nosso espírito finito.

Entre a Metafísica e a Linguagem, em resultado final, desponta clarificada a Linguagem.

Na história do Empirismo, o resultado final do sistema berkeleyano é um fato isolado. Seu curso processual, porém, caminha em outra direção. Com sempre maior clareza, predomina o caráter psicológico. O aspecto lógico é inteiramente abandonado. Este se fixa em sua rigidez metódica. E não perde o horizonte da linguagem universal. No Empirismo, triunfa o exame concreto da Linguagem. Perde-se no horizonte do factual. E se volta para peculiaridade das linguagens individuais. Encaminha-se para o empírico. Bacon, em *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, articula a gramática universal com a filológico-estética. Não intenciona descobrir uma teia de relação necessária entre a palavra e o objeto. Acredita que tal descoberta redundaria em incertezas. A elasticidade das palavras e o exame da investigação etmológica desacreditariam tal tarefa. No manejo das línguas, cultas ou populares, o domínio real se encontra na articulação de suas peculiaridades. No estudo comparativo das línguas, não só é possível definir um perfil lingüístico, como também traçar uma imagem característica de cada povo. Este trabalho se desenvolve na análise comparativa que faz da língua grega, latina e hebraica. O Empirismo filosófico persegue este itinerário. E ele se faz mais consciente quando penetra as particularidades dos conceitos em cada uma das línguas. Os conceitos da Linguagem não são só signos das coisas e processos objetivos, mas também das representações do espírito. Devem refletir esses dois modos. "A primeira particularidade, afirma Locke," que observei é que as idéias abstratas, ou as essências de várias espécies de modos

mistos são feitas pelo Entendimento". No que concerne a impressões simples, o espírito se comporta passivamente. Limita-se a receber na forma em que se dá no exterior. E não é necessário perguntar pelo modelo real de sua fusão. O espírito procede arbitrariamente.

O sistema empirista reconhece, portanto, a espontaneidade do espírito. Não obstante, condicionada e indiretamente. A teoria reprodutora do conhecimento repercute de fato sobre a concepção da Linguagem. Se a Linguagem, em conceitos mistos, não é o reflexo do existente sensível, mas a imagem reflexa das operações do espírito, este reflexo se leva a cabo de forma múltipla e heterogênea. Se o conteúdo e a expressão do conceito não dependem do sensível, mas da livre forma de sua combinação, cada novo conceito representa fundamentalmente uma nova criação. Praticamente, torna-se intraduzível. É uma ilusão a gramática universal. E ganha expressão a Estética. Disto está consciente Locke. Diderot, na Carta sobre os surdo-mudos, faz sua observação de Locke. E arrola exemplos significativos. Arregimenta toda possibilidade da expressão lingüística. Mais, empenha-se originalmente em diferenciar, na força de seu estilo. E transita livremente da liberdade estilística à individualidade da forma lingüística. Destaca-se a univocidade do gênio poético. Ganha corpo sua radical intraduzibilidade. Expressa-se a teoria da subjetividade estética. O exame da Linguagem se põe em contato com o tema central do século XVII e XVIII - a subjetividade. Da estreita concepção empírico-psicológica emerge a visão criativa e irreduzível da

individualidade. O conceito do gênio se converte em portador, lingüístico e eidético. E anima toda discussão teórica. Na Inglaterra, o tema se garante na análise da *Forma* do processo espiritual. Toda conformação externa do existente real sensível extrai sua força em determinadas proporções internas. A forma não se cria a partir da matéria. Ao contrário, é imutável. E, nesse sentido, permanece. É uma unidade puramente formal. Ideal, portanto. Estas proporções internas são representadas pelo artista. O artista é um criador. Os autores desta proposição se ligam ao círculo platônico. E se recolhem na escola de Cambridge. Entretanto, o eu individual, responsável pela forma que imprime à matéria, sempre diversa, tem atrás de si o eu *transcendental*. O gênio individual se encontra com o espírito universal.

Em relação à Linguagem, esta concepção estético-metafísica envolve a tradição do platonismo inglês. Hermes Harris, não obstante possa desapercibidamente induzir ao erro, ao se acreditar num endosso às cauções racionalistas e à Gramática geral de Port-Royal, conserva nitidamente o ideal da Forma Interna. Sua recorrência à Lógica Geral e Psicologia Geral nada diz das tendências da corrente sensualista. Sua lógica faz apelo à idéia universal. Sua psicologia não se refere a elementos. Escuda-se numa estrutura formal. E radicaliza o primado universal da forma. As formas sensíveis se traduzem pelas formas inteligíveis puras. Sustenta ainda o conceito de gênio. A língua se preserva em seu espírito próprio. A

individualidade conserva seu princípio peculiar de conformação. As idéias se transformam no gênio de sua língua. Esta idéia vai se tornar dominante na consideração filosófica.

Hamman, em 1768, aconselha a Herder a leitura de Hermes Harris. Dentro do propósito crítico de Herder, é de leitura imprescindível. Herder, por sua vez, em *Selvas Críticas*, refuta Lessing, utilizando-se da teoria estética de H. Harris, e de sua teoria da linguagem. E se acredita diante de um caminho seguro. A distinção aristotélica entre *êrgon* e *e-nêrgeia*, referida por Harris, encontra sua particular utilidade. E se encontra ainda presente na teoria da linguagem. É claro sem a sistematização de Von Humboldt. Como a *Arte*, a Linguagem não se concebe como uma mera obra do espírito. Contudo é uma energia que procede do espírito. Reafirma-se, de novo, o conceito de gênio. Perdura a tendência de retroagir ao processo originário de criação. Nele, as raízes e direções se fazem presentes. O problema da formação da linguagem se resolve no problema de sua invenção. Há um propósito consciente de invenção e estruturação de signos. A Ilustração Francesa estabelecia uma comparação direta entre o desenvolvimento progressivo da linguagem com a construção metódica da ciência, particularmente da Matemática. Condillac via uma continuidade de processo. As ciências, em sua totalidade, são linguagens bem ordenadas. Assim, a linguagem de palavras e sons constitui a primeira ciência do existente, o primeiro impulso originário do conhecimento. E caminha entre o simples e o complexo, entre o particular e o universal. Maupertuis, em suas refle -

xões filosóficas sobre a origem das línguas, descobre o mesmo caminho. Em seu primitivo começo, há apenas alguns termos para designar representações sensíveis complexas. Entretanto, há um tesouro imenso de denominações, formas verbais. No trabalho constante de comparação e de diferenciação, alargam-se as representações. Frente a esta visão da linguagem, confinada à esfera da racionalidade abstrata, Herder propõe uma nova Razão Lingüística. Não há, na verdade, uma regra conceitual objetiva. Todavia, não se reduz à arbitrariedade. Tampouco, à intenção puramente subjetiva. Há uma compenetração para formar uma nova unidade. Liberdade e necessidade, individualidade e universalidade, subjetividade e objetividade, espontaneidade e sujeição devem primeiro experimentar uma determinação mais profunda e submeter-se a um esclarecimento de princípio. Posteriormente, se fixariam como categorias filosóficas fundantes da explicação da origem da linguagem.

As teorias sobre a Linguagem, apesar das antíteses internas que há entre elas, guardam certos princípios fundamentais: sua posição diante do conhecimento e sua relação na edificação do conhecimento. Obra direta da razão e órgão imprescindível, a meta da linguagem é expor a expressão do conhecimento. As palavras são signos das idéias, ou conteúdos cognoscitivos objetivos, ou representações subjetivas - a linguagem sempre se norteia para o saber teórico do conhecer. Além do apresentado, que enfatizou a subjetividade no quadro da moderna filosofia, há outro fator no rendimento da linguagem - a emoção. Ao se remontar ao primitivo começo, a



Linguagem parece identificar-se com o signo emocional do afeto e impulso sensíveis. A antiga teoria detém-se nesta origem. De acordo com Epicuro, para compreender a origem da Linguagem, deve-se remontar a esta causa primeira, comum aos homens e animais. Guarda, portanto, uma origem natural. A Linguagem não nasce de uma convenção, por decreto e acordo arbitrários. Emerge, ao contrário, de uma necessidade que se articula com o imediato da sensação. A expressão segue parelha a nossas sensações e sentimentos. Como as sensações dos homens se fazem diversas e se modificam de acordo com sua constituição física e suas diferenças étnico-espirituais, surgem sons variados que progressivamente se reduzem a tipos mais gerais de palavras e linguagens. E se dispõem à finalidade da significação e da mútua compreensão, sempre. Lucrécio liga o suposto milagre da criação da língua a leis universais e particulares da natureza humana. A Linguagem se desenrola como uma esfera particular a partir da propensão geral à expressão sensorial-mímica que é inata no homem e conatural a ele. Inconsciente e involuntária, não se objetiva como obra de reflexão.

A Filosofia dos tempos modernos não abandonou de todo este caráter emocional da Linguagem. Epicuro encontra partidários. Seu filão se orienta para a filosofia da natureza e do conhecimento. E, mais: para a filosofia da Linguagem. No século XVII, a teoria do Som Natural, especialmente em Vico, experimentou uma notável renovação em sua forma e fundamentação. Vico relaciona o problema da Linguagem com a metafísica geral do espírito. Partindo da metafísica poética, fundamento da poesia e do pensamento mítico, no termo médio

da lógica poética, em fundação, genética de tropos e metáforas, chega à questão da origem da Linguagem. Ela se torna equivalente à origem da literatura e das ciências. Rejeita a teoria dos estabelecimentos convencionais. Reclama, antes, uma conexão natural entre as palavras e suas significações. Se não guarda esta conexão, é porque se afastou de sua autêntica fonte originária. Mesmo quando obscurecida, o parentesco entre palavra e significação é patente. As palavras tomam-se de propriedades naturais das coisas ou das impressões sensíveis e dos sentimentos; não sendo de bom alvitre, a idéia de um dicionário universal. Vico mostra a ingenuidade arbitraria de uma Etmologia. Ela não porta nenhum escrúpulo, crítico e histórico. As palavras primitivas são de raízes monossilábicas. E reproduzem onomatopaicamente o som objetivo da natureza, ou expressam sons sensoriais puros da surpresa imediatamente afetiva. Em seu apoio, evoca a língua alemã que guarda sua originalidade. Fichte, mais tarde, desenvolve o mesmo raciocínio. A formação das interjeições sucede a formação dos pronomes e partículas que remontam ainda a raízes monossilábicas. Surgem os nomes. Afinal, os verbos.

Por mais bárbara e estranha que possa parecer esta teoria, contém na verdade o embrião de uma visada total da Linguagem. A Linguagem se refere à dinâmica da fala. E esta se envolve da dinâmica do sentimento. No século XVIII, quando a preocupação se refluí para o sentimento, como fuga ao que se reprimiu, a doutrina de Vico encontra respaldo em

Rousseau. Agora, seu desenvolvimento é mais detalhado. Entretanto é Georg Hamann que se encontra mais próximo de sua metafísica simbólica. Dele toma a poesia como língua materna do gênero humano. Embora pareça fazer mofa a todo sistema racionalista, seu sistema se estrutura num ponto de vista radical: a Linguagem. As partes se referem a este problema central. "A Linguagem é a mãe da razão e da revelação, seu *alpha* e *omega*." É este fundamento, tão arraigado, que dissolve a força do imediato da sensação de que se tornou um risco permanente. E lhe permitiu escapar das questões particulares e acidentais. A razão é, portanto, Linguagem, *logos* - insiste desabridamente. Entretanto, ela se acerca de mistérios. Mais : espera a revelação deste mistério. A razão se desdobra dialéticamente. Em Demóstenes, a ação; Engel, mímica; Batteux, imitação da natureza; para ele, a Linguagem é o órgão e critério da razão. Para Hamann, como para Heráclito, tudo é simultaneamente exteriorização e ocultação; descobrimento e velamento. A Linguagem espelha a vida divina que nos rodeia, visível e invisivelmente. Secreta e manifestamente. Esta unidade se reflete no dialeto de suas obras.

Herder faz descer à terra, em profundidade, o que permaneceu em mistério, para Hamann. A obra de Herder adquiriu um caráter decisivo na história geral do pensamento, no século XVIII. Nele há uma conciliação metodológica entre as antíteses que se desenvolvem na interpretação da atividade do espírito. Sua obra sobre o conhecimento guarda uma certa proximidade do espírito da filosofia de Leibniz. Contudo, como

harmonizar Hamann e Leibniz? A capacidade analítica do pensamento e a obscuridade do sentimento e sua inconsciente força poética criadora? Herder se propõe equacionar este problema e tentar uma nova solução para a questão da Linguagem. Estimular da Linguagem suas raízes no sentimento e nas manifestações instintivas é colocar-se à margem da forma espiritual da Linguagem. Esta forma está na base da distinção entre o homem e o animal. Na descrição desta forma específica, estreitamente reflexiva, e no seu papel, Herder se aproxima do conceito, de Leibniz, que estreita a Lógica à sua Psicologia. Segundo Leibniz, a unidade de consciência se apóia na unidade da atividade espiritual. É na unidade de ligação que o espírito se capta a si mesmo como Mônada universal e idêntica e se reconhece como unidade, e na qual o mesmo conteúdo, ainda que se encontre em diferentes referenciais significativos, conserva-se como essência una. Este reconhecimento, em Leibniz, se chamou de apercepção. Em Kant, de síntese de reconhecimento. Para Herder, o homem demonstra reflexão quando a energia de sua alma opera livremente no oceano de sensações e pode destacar uma franja, depositar nela sua atenção e tornar-se consciente do que faz. Concentrar-se nesse momento de vigília. Permanecer em sua imagem, examiná-la clara e calmamente. E extrair dela certos indícios de que este é o objeto e não outro. Assim, demonstra reflexão não só quando pode reconhecer um ou mais atributo distintivo. O primeiro ato deste reconhecimento proporciona um claro conceito. É o primeiro juízo da alma. Agora, como ocorre este reconhecimento, mediante uma característica,

que este ato consegue isolar e se faz como característica da reflexão? *Eureka!* Esta reflexão é uma palavra da alma. Com ela, nasce a linguagem humana. Não se trata de algo externo que se acrescenta à sensação. Mas um momento constitutivo da reflexão. Para Herder, a linguagem é uma criação da sensação e, ao mesmo tempo, obra da reflexão. Só a reflexão faz do efêmero estímulo sensível algo determinado e diferenciado. Autêntico conteúdo. A percepção não é, como em Maupertuis e Condillac, um ato psíquico realizado e encerrado em si mesmo. Uma expressão, no conceito e na palavra. É, antes, a determinação de impressões em representações. É a denominação das mesmas impressões. E se verifica em um e mesmo ato. Ao dado natural da percepção já não se contrapõe um sistema artificial de signos. A percepção mesma, em virtude de seu caráter espiritual, estranha um fator formal que se manifesta em força de palavra e de linguagem. A linguagem não é um puro fato. É um fator na estruturação sintética da consciência. É resultante da passagem do mundo das sensações para o mundo da intuição. Não é algo produzido, mas uma peculiaridade da criação e formação espirituais.

Com Herder, a linguagem experimenta uma transformação decisiva. O conceito geral de *forma* ganha outra dimensão. Representa mais uma transição entre o velho conceito racionalista de Forma Reflexiva, que domina entre a filosofia da Ilustração e o conceito romântico de Forma Orgânica. Friedrich Schlegel introduz definitivamente este novo conceito "sobre a língua e sabedoria dos indus". Se só se observasse a metáfora poética, a simples imagem, não se apreciariam com justi

ça os motivos profundos da Linguagem como organismo. Ela se a presentou como muito plástica. Concretamente, com o mesmo resultado, a Linguagem apresentou-se no conjunto do ser espiritual. O conceito de organismo, como quer a concepção Romântica, não designa um fato isolado da natureza, um campo particular e limitado de fenômenos objetivos. É, ao contrário, um princípio especulativo universal, centro sistemático da especulação romântica. Pra ele convergiram os diversos problemas. A teoria das metamorfoses de Goethe, a filosofia crítica de Kant e os primeiros esboços da filosofia da Natureza e do sistema do idealismo transcendental de Schelling confluíam para um mesmo centro. Na Crítica do Juízo de Kant se constitui a superação da antítese entre natureza e liberdade. Em Kant, pela via metodológica e em sentido crítico transcendental, os extremos se reclamam na interpretação da totalidade dos fenômenos. Em Schelling, o orgânico se converte no veículo de uma metafísica especulativa. Natureza e Liberdade se unificam na idéia do orgânico. Desaparece, portanto, o abismo entre Natureza e Espírito.

A idéia de organismo, na filosofia da Reflexão, dominante na Romântica, embora merecesse a crítica contundente de Hegel<sup>1</sup>, resultou frutífera para o tratamento da Linguagem. As grandes antíteses — consciente/inconsciente, subjetividade/objetividade, individualidade/universalidade —

---

<sup>1</sup> Trabalho de mestrado - Crítica de Hegel à Filosofia da Reflexão.

revelam-se em nova intermediação. O conceito de forma individual de Leibniz se vê em outra extensão, em Herder. Universaliza-se na atividade do espírito. Não se trata de entidade em si, abstrata, mas unidade que só se manifesta na totalidade de suas particularizações. Não se cuida mais, na filosofia da Linguagem, de descobrir a estrutura universal de uma língua; tampouco, a essência da Linguagem. Nessa vinculação entre orgânico e totalidade, Von Humboldt ensaia uma nova fundamentação da filosofia da Linguagem.

O estudo da Linguagem sempre ocupou o interesse de Von Humboldt. Em carta a Wolf, em 1805, confessava sua primordial ocupação com os estudos lingüísticos. E se acreditava a descoberta do emprego da Linguagem como veículo de entendimento dos povos. A exposição mais brilhante sobre este fato se encontra na introdução à obra *Kawi*. Como nem sempre se possa traduzir em fórmulas simples, em definição abstrata os conceitos, pode pairar uma certa obscuridade; entretanto, ela se anula no conjunto de sua concepção concreta sobre a Linguagem. Nesse sentido, sua obra transcende aos conceitos; sempre agudos, porém.

Seu pensamento se orienta para pontos centrais, determinados. Há, nele, a preocupação do Sistema, embora sua força não se encontre na sistematização. Estes pontos de fundamentação não visualizam tão abertamente a Totalidade. Seus conceitos não são puros. Tampouco, produtos do rigor da análise lógica. Há, nele, sobretudo uma vibração estética. Esta anima toda sua exposição. Na ordenação de seu pensamento, há o envolvimento de três antíteses de princípio.

Articulam-se dialeticamente. E, nas antíteses de princípio , espera encontrar um ajuste crítico e uma conciliação especulativa.

A primeira antítese de princípio recorta - se entre o espírito individual e o espírito objetivo, em articulação dialética. Cada indivíduo fala a sua língua, entretanto, na liberdade de que se serve dela, adquire uma compulsão espiritual interna. A Linguagem é uma mediação. Primeiro, entre a natureza infinita e finita. Segundo, entre um indivíduo e outro. É necessário se desembaraçar da idéia de que a linguagem possa se separar do que designa — assim, o nome de um homem não se separa de sua personalidade . Ao mesmo tempo, se desembaraçar da idéia de que a linguagem seja produto de reflexão, de convênio, ou obra de um homem. A Linguagem brota dos lábios de uma nação como um verdadeiro e inexplicável milagre. Brota dos lábios de suas crianças. O homem não se guarda em uma individualidade isolada. O *eu* e o *tu* não são conceitos complementares. Eles se encontram num ponto originário. Existem, portanto, limites à individualidade. Há uma continuidade entre o indivíduo isolado, misterioso e débil, e o clã primitivo da humanidade; do contrário, todo entendimento seria irremediavelmente impossível. A nação é uma forma espiritual da humanidade caracterizada por uma língua determinada e individualizada em relação à totalidade ideal. A individualidade se acha fragmentada, mas de modo tão maravilhoso, que suscita o sentimento de unidade precisamente através da divisão que aparece como meio de criar a unidade, ao menos idealmente. Lutando por criar a unidade e totalidade, o homem se dispõe



a vencer a barreira da individualidade, porque se sabe em força nesta universalidade. Portanto, empenha-se nesta luta. O homem progride sempre em se negando. A Linguagem acorre em seu socorro. Ela também se dispõe no mesmo campo de luta, entre a individualização e a universalidade. O indivíduo é um fragmento arrancado de sua raça. A Linguagem aponta este eterno vínculo. Mais; rege os destinos do indivíduo na história do mundo.

Os elementos kantianos e schellingianos estão presentes neste primeiro esboço da filosofia da Linguagem de Von Humboldt. Sobre a base crítica da faculdade cognoscitiva, trata de chegar ao ponto em que as antíteses de subjetividade e objetividade, individualidade e universalidade se articulam em sua supressão. O caminho que toma, porém, para mostrar esta unidade última não é o da intuição intelectual. A intuição intelectual objetiva superar imediatamente as barreiras que limitam o conceito finito-analítico-discursivo. Assim como Kant, na qualidade de crítico do conhecimento, se coloca do lado da experiência, Humboldt o faz, na qualidade de crítico da Linguagem. Sua reflexão, destinada a conduzir os segretos últimos da humanidade, para não se deixar envolver por quimeras, deve se orientar pela análise árida e mecânica de seu aspecto físico. A concordância entre o mundo e o homem em que se funda toda possibilidade do conhecimento, pressuposto universal, só se faz possível pela via do fenômeno. O objetivo não é o dado, pura e simplesmente. Ordena-se numa detecção. Humboldt extrai da doutrina crítica kantiana conse-

quências para a filosofia da Linguagem. Em lugar da antítese metafísica entre subjetividade e objetividade figura sua correlação transcendental pura. O objeto fenomênico, em face do conhecimento, não é algo externo e estranho a ele; é constituído pelas Categorias do Conhecimento. A subjetividade da Linguagem é o meio de conformação, da objetivação das impressões sensíveis. A Linguagem não provém como algo dado. É uma atividade espiritual. Nesse sentido, um fator decisivo em toda representação do objetivo. A concepção realista se movimenta entre objetos; a subjetividade se põe apenas em consideração. Ela não legitima, em face de sua própria estrutura interna, a validade universal. Na concepção realista, a diversidade das línguas se reduz apenas a uma diversidade de sons para reproduzir as coisas. Na verdade, ela obstrui a ampliação do conhecimento sobre o fato da linguagem. A idealidade da linguagem funda-se na subjetividade. Seria um esforço inútil substituir as palavras das diversas línguas por signos universais, como se dá na matemática. Este esforço se restringiria a uma pequena massa do pensável. Mais: só alguns conceitos se submeteriam a um processo de construção racional. O material da sensação e da percepção só se representam em conceitos pela faculdade individual de representação, inseparável de sua língua. A língua não se expressa apenas como meio; ela se lança no exprimir e não ainda exprimível. Sua diversidade se diz muito mais do modo de entender o mundo que reproduzir simplesmente signos e sons. Encontra-se aqui, para Humboldt, o fun

damento e o fim último da investigação sobre a Linguagem. A Linguagem não se prende à visão estreita da Lógica, mas reclama uma concepção mais profunda. Ela se encontra vinculada a uma concepção idealista-universal que se funda nos princípios da doutrina leibniziana. Para Leibniz, do ponto de vista individual, o universo se dá reflexamente nas mônadas. Cada uma oferece a totalidade dos fenômenos. A Totalidade constitui a objetividade fenomênica. Semelhantemente, para Humboldt, a língua se restringe a um mundo. A totalidade constitui o conceito de objetividade. A Linguagem, assim, frente ao cognoscível, se apresenta a modo de subjetiva. Frente ao homem, sujeito empírico-psicológico, apresenta-se a modo de objetiva. A Linguagem é um eco da natureza universal do homem: "a subjetividade de toda humanidade se reflete como algo intrinsecamente objetivo".

Esta concepção de objetividade não se refere ao simples dado, mas se submete ao processo de conformação espiritual. É o segundo momento de seu esboço sobre a Linguagem. A consideração da Linguagem deve proceder geneticamente. Não, certamente, para identificar sua origem e explicar seu devir. Trata-se, ao contrário, de reconhecer sua estrutura conclusa. E se acha dentro de um processo estrutural de derivação. Deve apontar para a existência de certos fatores. E, através destes, perceber sua orientação. A decomposição da Linguagem em palavras e regras é um produto morto da análise científica. A essência da Linguagem nunca reside nos elementos extraídos por via de abstração e análise.

Procede do labor iterativo do espírito para fazer com que o som articulado seja capaz de expressar o pensamento. Em cada língua, este labor se detém em certos pontos estruturais. E avança a partir deles. Estende-se em certas direções. A multiplicidade do processo criador não se funda na unidade objetiva de uma criação. Funda-se na unidade ideal de uma atividade sujeita a leis. A existência do espírito só pode pensar-se e pensar em atividade. Em cada existência particular ocorre o mesmo. A essência e a forma de uma língua não são outra coisa que o permanente e uniforme que se podem destacar, não na coisa, senão no labor do espírito para fazer do som a expressão de um pensamento. Os homens não se entendem pelo signo das coisas. Entendem-se pela correspondência entre suas representações. Elas se produzem por estímulos sensíveis que recebem a identificação do espírito. Elas perdem sua particularidade no momento da correspondência. A harmonia na criação infinitamente multiplicada da palavra e do conceito garante de si a objetividade. Ela, a objetividade, não espera pela existência reproduzida no conceito. A oração, e não a palavra isolada, é portadora do sentido lingüístico. Nela se encontra a síntese em que se apóia o falar. A Linguagem não é obra (*érgon*). É fundamente uma atividade (*enérgeia*). Portanto, orienta-se geneticamente.

No conceito de síntese se dá o terceiro momento de seu esboço sobre a Linguagem. Nesta antítese, torna-se possível diferenciar a matéria da forma. Suas raízes estão fincadas no círculo kantiano da Linguagem. Para Kant, a forma é uma expressão de relação. Entretanto, constitui o princípio fundante do conhecimento. O conhecimento dos fenô-

menos se prende a um saber de relações espaço-temporais. A unidade da forma, como a unidade da ligação, funda a unidade do objeto. A ligação do múltiplo não se respalda nos sentidos, mas na faculdade de representar. A presença do sujeito transcendental se tira da unidade do juízo e, indiretamente, da unidade da oração. O juízo é o modo de reduzir os conhecimentos à unidade objetiva da apercepção. Na Linguagem, porém, esta unidade se expressa na cópula, só mediante a cópula se estabelece a consistência do juízo. Inere-se sua pertinência. Em Humboldt, é extensivo à totalidade da Linguagem. E se constitui um novo ato da autoconsciência lingüística. A palavra joga-se em possibilidades de recursos, na Linguagem e no discurso. Matéria e Forma, Receptividade e Espontaneidade não são partes isoladas. Integram - se no processo lingüístico. Expressam-se, com mais clareza, nas línguas de flexão. Contudo, não exclusivamente. Humboldt restaura, no processo da linguagem, o caminho reversivo entre fenômeno e idéia. O conceito de "organismo lingüístico" injeta-se na nova ciência da lingüística comparada.

O conceito de Organismo, afastando-se da análise especulativa, resguarda-se apenas do empírico. E se alinha na preocupação do modismo filosófico, próprio do século XIX, positivista. O conceito histórico se dissolve no esquema científico-natural. E reflui diretamente na análise dos fenômenos lingüísticos. Augusto Schleider, em *Investigações sobre a Língua*, centraliza sua intenção nos conceitos de significação e de relação. Estes se fazem os únicos constitui -

vos. E orientam o domínio da classificação das línguas. A Linguagem é simplesmente um meio. Dela apenas se serve. Em *A Teoria de Darwin e a Lingüística*, na forma de carta a Haeckel, define-se de vez por uma redução a leis científicas. Desagua, no Monismo. E o aplica à Linguagem. O Positivismo, a que, nesse momento, se confia a solução do problema, ao negar a possibilidade da metafísica, se faz também uma filosofia. A multiplicidade de fatos particulares e leis dos fenômenos compeliu a garantir uma unidade que se guardou substancialmente, no conceito de *Lei*. O próprio caráter multiplicador das investigações de campo entranha uma autodeterminação metodológica, que reativa o problema da unidade. E preliba a exigência de uma estrutura lógica comum. A comunidade de leis acentua mais a metodologia da ordem legal. A sistematização importa-se numa objetivação de forma cognoscitiva geral. Esta preocupação não estranhou a Lingüística Moderna. A história geral da ciência e a epistemologia assistem a este desenvolvimento. E, mais, percebem a confluência de um campo sobre o outro. O conceito de Lei Natural permeabilizou o campo das leis lingüísticas. E se manifesta pela repercussão de determinadas tendências que presidem a toda uma época. A teoria dos princípios, das ciências naturais exatas, em meados do século XIX, se enriquece na exposição de Helmholtz. Sua tarefa primordial é demonstrar que a mudança obriga a uma redução de todo acontecer a leis imutáveis. A descoberta destas Leis se constitui a meta das ciências. Não se discute sobre a causalidade e liberdade, orienta-se porém para compreender a *Natureza*.

Du Bois-Reymonds, em conferência de 1872, tira suas ilações sobre o problema da *Linguagem*. Guardada a *Linguagem* dentro dessa modalidade de pensamento, só seria possível se tornasse patente a redução de complexos fenômenos a variações últimas. E estas variações se submetessem a regras universalmente válidas e necessárias. Esta concepção não faz coro com o modo de entender a idéia de organismo lingüístico. Incidentalmente, Bopp exprime uma certa incerteza. Está muito presente o conceito goetheano: "a linguagem se submete a regras, firme e eterna, mas viva". Na ciência natural, porém, o conceito de organismo se dissolvia no conceito de mecanismo. As mudanças fonéticas, caprichosas e fortuitas, afastam esta possibilidade. Entretanto, processam-se segundo leis. A inexceptionalidade das leis elementares ganham precisão em Brugmann-Osthoff. A direção "neogramaticista" dominou toda reflexão científico-lingüística na segunda metade do século XIX. O conceito de lei fonética, aos poucos, foi se definindo segundo os postulados do conceito geral de Lei Natural. O ideal positivista, em ciência, vai se corporificando. Osthoff, em 1878, formula o princípio da inexceptionalidade das leis fonéticas. Elas obram cegamente. E não se fazem exceções. Herman Paul determina o tipo de validade a que correspondem as leis fonéticas. Há uma uniformidade que preside ao movimento fonético dentro de um grupo de determinados fenômenos históricos. As operações psíquicas apenas se atribui a violação destas regras constantes. O conceito de Espírito, já agora, não é o mesmo. É emitentemente naturalista. Encontra-se

afetado pelo conceito mecanicista. E se determina por ele. As leis psicológicas regem o mecanismo das representações. E se formulam de acordo com a psicologia de Wundt. Em última instância, referem-se às leis da associação. A Linguagem se estrutura na alma do indivíduo em virtude da interação dos mecanismos distintos fisiológicos da fonetização e psicológico da associação. E se constitui um todo.

Desse modo, a Linguagem se imbrica no fato da natureza. E desagua na condição psicofísica do homem. A modalidade da interação só se torna compreensível quando repousa na organização psico-física unitária do homem. Não basta responder às leis fonéticas, mas pressupõe o concurso da associação que garante a explicação do processo de analogização. O próprio processo de associação, como todo processo psicológico, se converte pela repetição em atos automáticos. E se confunde com o campo físico. Não há, é certo, uma ausência de distinção. Manifesta-se uma intimidade profunda de entrelaçamento. O postulado idealista da totalidade — a linguagem como expressão do homem, ser espiritual e natural — reaparece com outra vestidura. Entretanto, a unidade psicofísica não guarda o mesmo vigor de fundamentação. O desenvolvimento que se processou no interior do exame da linguagem apenas enfecha um círculo. A Lingüística deveria remontar à ciência natural. Enfim, estruturar-se por leis exatas e necessárias. Constituir-se como estatuto científico. Contudo constitui-se uma unidade frágil. Dentro do conceito científico da natureza, abrigam-se fatores de significação e de pro-



cedência inteiramente diversos. Como não se encontram esclarecidos e inequivocamente determinados, os diferentes conceitos integrados na Linguística se acham imprecisos. E correm o risco de se transformarem em seus opostos. É exemplo típico o conceito de lei fonética, entre a necessidade e sua determinação. Entre a natureza e a sua modalidade.

Vossler critica esta última postura da Linguística. E demonstra seu afastamento do esquema positivista. Em suas obras — *Positivismo e Idealismo na Linguística* e *A Linguagem como Criação e Desenvolvimento* — filia-se a Hegel. Observa-se, igualmente, uma aproximação com Von Humboldt. A idéia de Humboldt é que a Linguagem não é uma obra, mas uma atividade. O fático da Linguagem se imantiza pelos atos espirituais. Deles se origina. E, deles, experimenta uma renovação. Este princípio da atividade, porém, não se adscrive ao caráter psicológico puro. Faz apelo, contudo, à forma constante, que opera sua estruturação. E, nela, está presente o caráter da espontaneidade espiritual, subsumida no tempo. Frente ao ambíguo conceito de desenvolvimento da Linguagem, Vossler reclama o conceito da Linguagem como criação. A fixação em regras, como legalidade dada, é indício de petrificação. A renovação espiritual alimenta seu devir. E, nela, descansa essencialmente a totalidade da Linguagem. A atitude positivista, dos elementos ao todo, experimenta aqui uma inversão. O primado do sentido se realça. E o ato universal da significação ilumina os fenômenos individuais da história da Linguagem. O espírito, presente no discurso humano, constitui a força do

todo da Linguagem. A Estilística se sobressai. E torna seu fundamento último, criação e formação viva. Os elementos gramaticais, na Estilística, sobrevivem no tempo.

Ao positivismo reconhece o espírito de investigação. Seu caráter metodológico. Os fatos da história da Linguagem se esclarecem nesta investigação. Recusa-se, todavia, sua metafísica. Reaviva-se uma metafísica idealista. Seu pólo central, a Estética. O desenvolvimento da Linguagem se elucidada pela história das *Formas* de expressão. Esta conclusão, que não se coloca longe do pensamento de Benedetto Croce, cria um novo problema para a consideração da Linguagem. E não elimina um certo perigo. Funde-se num Sistema. E, nele, ganha justificação. A gramática universal do racionalismo, fundada como Lógica, impõe-se a *Estética*, tornada ciência da expressão. Significação da ciência da expressão ou simples forma simbólica — não se caminhou muito. O problema sistemática fundamental não se elucidou. A Linguagem se encontra centrada no ser espiritual. Juntam-se a eles raios de diversa procedência. E partem dele lineamentos gerais para todos os campos do espírito. A Filosofia da Linguagem, em razão disso, só se identifica como um caso particular da Estética. A tarefa da Estética se amplia. Ne-la se compreende a Filosofia das Formas Simbólicas. É imperioso, observada a Linguagem como energia do espírito, descrever a totalidade destas Formas. Resguardar-se, todavia, dos Sistemas já elaborados. Entretanto, não se renuncia ao Sistema. Ele é a garantia da autonomia.



## CAPÍTULO II - FENOMENOLOGIA DAS FORMAS SIMBÓLICAS

### A - A LINGUAGEM NA FASE DA EXPRESSÃO SENSÍVEL

Cada forma da Linguagem representa uma originalidade de estruturação do mundo. Especifica-se por modelos próprios. E se validam nessa expressão. Qualquer procedimento, metafísico ou outro corpo de sistema, não pode se desembaraçar desse princípio formal próprio. A consideração da expressão lingüística pode se equivocar se abandona as leis individuais de sua formação. Mais: se descarta de sua forma originária. A expressão obedece aos seus princípios. E demarca nitidamente sua fronteira. Toda suposição que extravassa o limite de sua expressão e se enraíza no exterior, como dissolvendo as diferenças internas da espontaneidade espiritual, só pode resultar em dualismo. Este dualismo, em qualquer forma, é terminantemente recusado. O espírito se apreende a si mesmo e

capta a antítese que existe entre ele e o mundo objetivo transladando as diferenças inerentes a ele. Estas diferenças e separações, como ensina a crítica do conhecimento, não se tomam como inerentes às coisas. Mesmo, em nome de um conceito universal de *essência*.

A Linguagem permanece indiferente a qualquer divisão. Comporta-se como se lhe fosse essencial esta indiferença. O conteúdo anímico e a expressão sensível gozam-se em unidade. Tampouco se fazem independentes. Nem se reclamam como auto-suficientes. Só se realizam na unidade. E, como unidade, Conteúdo e expressão são em sua unidade interpretativa. A significação se instaura na co-relação. A Linguagem emerge como um *todo*. É, da mais elementar à expressão espiritual mais elevada, as partes se mantêm unidas. Não só a Linguagem fonética, formada e articulada, como a simples expressão mímica, mostra esta junção indissolúvel. Não está presente ainda uma Consciência cerrada.

A moderna psicologia da Linguagem associou, com o problema da Linguagem, o problema da psicologia dos movimentos expressivos. Do ponto de vista metodológico, reside aqui um contra-senso: o movimento e o sentimento do movimento e os instrumentos conceituais permanecem distanciados. E, fundamentalmente separados. Para a visão sensualista tradicional, o estado fixo e rígido da consciência já se encontra dado. Na verdade, o único que se encontra dado. E se reduz a uma somatória de estados. E estes se fazem acidentais. Alcançam-se pela abstração e análise. O movimento mímico se reduziria a um puro re

flexo. Não se experimentaria nele uma atividade espontânea do espírito. No entanto, manifesta um primeiro indício dessa atividade, a estruturação de uma nova forma de consciência concreta do eu e do objeto. Em Darwin, na obra *A expressão da emoção no Homem e nos Animais*, há uma fundamentação da teoria biológica dos movimentos expressivos. Aqui, a distância é maior. E se reduzem a simples resíduos. E não se realizam como propósitos.

A concepção do movimento expressivo excede a esses tratamentos. Na verdade, é um primeiro desenvolvimento espiritual na fronteira entre o imediato e o mediato. O impulso sensível, porém, sofre ainda uma inibição. Não repousa definitivamente em seu objeto. Não encontra nele sua satisfação. Tampouco, perde-se nele. Mesmo assim, promove uma consciência do impulso. Ao apartar-se da forma imediata da atividade, conquista uma esfera de ação e uma nova liberdade. Encontra-se, todavia, no trânsito do meramente pragmático ao teórico. Do físico ao ideal.

Na teoria psicológica da Linguagem, costumam-se distinguir duas formas: as indicativas e as imitativas. A primeira deriva biologicamente do movimento de apanhar. A segunda se acompanha de uma sinalização. A Linguagem da criança revela esta transmutação. E especifica a Linguagem do homem. Nos animais, o apanhar à distância, como se convencionou chamar ao movimento de sinalização, se reduz a impulsos imperfeitos e próximos do sensível. No homem, porém, implica uma ordem de significação espiritual. Configura uma Linguagem. E di

ta uma ordem de posse. O estranho se submete ao poder próprio. Materializa-se nessa posse. Platão, em *Teeteto*, retrata este predicado de apropriar-se. Da tomada do objeto. O uso da Linguagem confirma a conexão entre *falar e mostrar*.

A Linguagem mímica prende-se à classe das formas imitativas. Estas constituem a contrapartida da livre forma da atividade espiritual. Não só reproduz a impressão externa, como retrata sua natureza. E se garante da imitação. E se torna mais apurada na Linguagem dos povos primitivos, onde é patente a sujeição à impressão externa. Nas Linguagens dos "civilizados", imiscuem-se gestos simbólicos (Cistercienses). Quando se remonta ao conteúdo autêntico e independente das Linguagens mímicas, os signos de conceitos se esvaem. Dissipam-se. Perdem-se. Encontram-se apenas signos de coisas. O convencional não se acha em seu lugar. O puramente natural é a sua raiz. A reprodução só informa os fenômenos naturais. Entretanto, não parece perseguir o intento da Linguagem. Esta se manifesta sobrejamente como atividade livre e original do espírito. A imitação, como a indicação, não representa uma operação simples da Consciência. Tampouco, uniforme. Há uma co-penetração de elementos de distinta procedência e significação espirituais. Aristóteles percebia a imitação nas palavras da Linguagem. A voz humana se comporta como órgão humano da imitação. Entretanto, o caráter mímico da palavra não destitui seu caráter simbólico. Convertido em fonema, utiliza-se como símbolo. Desarticulado na pura sensação, guarda-se como gesto. Estas determinações se fundem. Somente, nesse sentido amplo, alcança o senti-

do amplo, alcança o sentido que está em Aristóteles. A *Mimesis* se encontra no campo da *Poiesis*. Pertence, portanto, à atividade criadora. É um projeto espiritual. Resulta como momento expressivo. E se abre à representação. A Linguagem mímica assiste ao trânsito do imitativo ao representativo.

A função da representação emerge com a *atualização* do som. E o som ganha valor de substrato. Este processo, porém, não se liberta de vez. Nas línguas dos povos primitivos, ainda hoje possível de reconhecimento, há uma coexistência da Linguagem Mímica e Fonética. Esta se deixa afetar pela Mímica. Trespasa-se por conceitos manuais e mímicos. O gesto se conecta com a palavra. As mãos se conjugam com o intelecto. A Linguagem infantil fornece esta amostragem. O som se separa gradativamente dos movimentos mímicos. Não raro, confundem-se. Verificada a separação, a Linguagem se rege por outros princípios. Estrutura-se diferentemente. Sua fugacidade, em contraste com a extrema concretude do gesto, confere uma plasticidade enorme. Articula-se em maior proporção. Alça-se em liberdade. E amplia-se em descobrir novas relações e suas determinações formais. A Linguagem mímica não possui a possibilidade de responder a esta dinâmica. Ela adere ao movimento do espaço, às suas formas discretas. Secciona, portanto. Na Linguagem fonética, o elemento discreto se funde com a criação fonética. Dissolve-se no ato de sua produção. E o ato de sua produção se estende em diferentes determinações particulares. E se submete ao processo do acento e do ritmo. A articulação do ritmo se observa concretamente nos cantos primitivos de trabalho. E, como tal, pre



ludia uma atividade superior. Ordena-se. Jakob Grimm vê, nessa articulação, a origem da Linguagem.

O desenho do material da Linguagem é bastante sugestivo. O estado senso-afetivo, ao se transformar diretamente em expressão mímica, nela se perde. Carrega-se nela. E objetiva o seu fim. Fixa seu conteúdo. Entretanto não suprime toda diferença interna. Perde-se ainda entre a inarticulação. O som articulado, ruído que redonda em tom, como exprime Goethe, alcança uma medida interior. Universaliza-se. E se ordena para a Linguagem e o Conhecimento. A arte primitiva e a consciência mítico-religiosa, da mesma forma, se orientaram na direção do Conhecimento e da Linguagem. A semelhança da teoria da Arte e da teoria do Conhecimento, a teoria da Linguagem se liberta progressivamente do conceito de imitação e da teoria reprodutora. A pergunta pela *similitude* se constituiu o eixo da antiga filosofia da Linguagem. Em torno da Similitude, a filosofia levantou suas grandes questões. A Linguagem tem sua morada na *phisei* ou no *nomos*? A linguagem se guarda na palavra ou no real? A Linguagem permanece no reino da representação, da opinião subjetiva ou no reino do ser real? Há uma verdade e uma exatidão objetivas das denomina - ções? As Escolas Filosóficas se dividiram. A *Sofística*, prontamente, nega. A *Estôica*, por sua vez, afirma a validade objetiva. Entretanto não se distinguem na razão do tratamento. Partem de um mesmo pressuposto: a tarefa do conhecimento seria refletir e reproduzir a essência das Coisas; a tarefa da Linguagem, refletir e reproduzir a essência do Conhecimento. A

Sofística reconhece que as tarefas absolutamente são impossíveis. E argumenta com Gorgias: Se existe um *ser*, é inapreensível e incognoscível para o Homem. Caso seja cognoscível, é, porém, inexprimível. E evoca, como prova, os sentidos. A visão e audição circunscrevem naturalmente a um determinado ângulo de qualidades. Assim, o discurso não transcende a si mesmo para apreender um *outro* que se opõe a ele. Para apreender o *ser* e a *verdade*. A Estóica, em vão, tentou escapar a esta consequência, afirmando uma conexão natural, além da imitação, entre palavra e sentido. Esta afirmação se calca na conexão natural entre Ser e Conhecer. Ao reconhecer que a palavra produz, total ou parcialmente, o Ser, formando seu verdadeiro étimo, perde-se inteiramente em seu desenvolvimento, subsequente. A relação de similitude convive com sua inversão, nas formas da Linguagem. E, nessas formas, predomina o subjetivo. As palavras não se concebem só como signo das coisas, mas refletem também os estados do sentimento. As palavras reproduzem não só a natureza dos objetos, mas as idéias de quem fala. O ceticismo sobre a Linguagem ronda o seu respaço. E abre caminho para sua formulação. A Linguagem pode pretender, em menor escala, a apreensão do imediato das coisas. E, consequentemente, o imediato da vida. O só intento de realizar esta imediateidade já a nadifica. — "uma vez que a alma fala; oh! a alma já não fala". A Linguagem se torna a contrapartida da multiplicidade e concreção do mundo das sensações e dos sentimentos. E escapa a pretensão de representar a realidade. Mais: de conhecer e compreender o dado objetivo.

A tensão entre realidade e símbolo deve ganhar uma nova projeção. E pôr em manifesto o rendimento da

expressão simbólica. E, ainda, o conteúdo de sua forma. Do contrário, é difícil escapar à crença de que a realidade existe, como dada e auto-suficiente e, portanto, se impõe a teoria da reprodução. A forma não diz ao que expressa, mas ao modo e espécie, à modalidade e legalidade interna da expressão. Nessa legalidade, o valor reside exatamente no afastamento progressivo do imediato puro. É aqui, precisamente aqui, que reside o valor e a peculiaridade da forma lingüística. Este afastamento do imediatamente existente e vivido é condição necessária para se ter consciência deles. A Linguagem se estrutura na medida em que realiza seu afastamento do imediato da expressão senso-afetiva. O som só se realiza como Linguagem no momento significativo. A simples repetição não é suficiente para criar a Linguagem. A meta da repetição é a identidade. A da designação lingüística, ao contrário, é a diferença. A *síntese presente na designação lingüística é a síntese do diverso*. O som que simplesmente aproxima é ainda o *outro*. Não se inclui nele a expressão. Refere-se somente ao mero reproduzir. No animal, encontra-se uma multidão de sons. E tende a se diferenciar. Guarda-se em hiato. A Linguagem humana, porém, se encontra no som significativo. Aristóteles prefigurava este momento. E ele se impõe aos derivados da afetividade e do estímulo. Ao resultante da pura emissão.

A Linguagem, em esquema abstrato, conheceu se guimentos. E, embora privando-se de um conteúdo concreto-lingüístico, se desenvolveu em fases. Ao tangenciar os albos da fase fonética, a linguagem surpreendeu-se com a esfera da

representação e designação mímicas. A Linguagem dos gestos ha via estruturado um material. O som se aproxima da impressão sensível. Ao mesmo tempo, reproduz com fidelidade e diversidade desta impressão. A observação da Linguagem infantil e dos povos primitivos constituem um acervo. A imagem sensível, estreita-se ao som. Em todas as línguas, percebem-se resíduos onomatopáicos que demonstram sua força pela frenagem à mudança. Busca-se a sua reabilitação. Sobretudo, entre os empíricos. A Filosofia da Linguagem, nos séculos XVI e XVII, se creditou a eles a chave da língua adâmica. Entretanto, os intentos são simplesmente ocasionais. O progresso crítico da Linguagem desacredita tal intenção. Há, nas línguas, um lineamento conservador. Grupos fonéticos se conservam fiéis a uma determinada idéia. Ou deixam se mediatizar uma correspondência com certa idéia. Não é casual. Acredita-se, entre som e idéia, numa estreita vinculação. Sem este propósito, a gênese da Linguagem torna-se inexplicável. A idéia vive na morada do som. Esta percepção de contigüidade e aderência seduziu aos filófos da Linguagem. Mesmo, aos próprios lingüistas. A Escola Estóica avançou nesse caminho. Leibniz não descurou desse exame, ao desenvolver o valor simbólico de determinados sons. Humboldt estuda a correspondência entre o som e significação.

A Linguagem luta por ampliar e, finalmente, por romper o círculo da expressão, mesmo da expressão imitativa à analógica. O signo fonético se articula em extrema ambigüidade. Não se perde no mero sinal individual. E compele o es

pírito a caminhar da formação concreta do designar à função universalmente válida da significação. Nessa função, a Linguagem perde seu envolvimento sensível. Penetra na força do símbolo. E, em virtude desse outro ser, converte-se em porta - dor de um novo conteúdo espiritual.

## B - A LINGUAGEM, NA FASE DA EXPRESSÃO INTUITIVA

### 1. A Expressão do Espaço e das Relações Espaciais

Uma linha divisória se estabelece entre o sensível e o inteligível. A crítica do conhecimento reconhece que a sensação não é um fato da experiência imediata. É, porém, um produto da abstração. A matéria da sensação não se dá em si e antes de toda conformação. Implica, necessariamente, em uma referência espaço-temporal. Desta primeira indeterminação funda-se o progresso do conhecimento. Justaposição e sucessão alinham-se na formação do todo espaço-temporal. Fazem-se presentes como ordenação concreta e, às vezes, universal. A Linguagem, como manifestação do espírito, não marginaliza este processo. Kant espelha esta realidade. Os conceitos, sem intuição, são vazios. As configurações da Linguagem revelam claramente esta conexão. Elas se guardam nas bases intuitivas de suas raízes. A esfera do sentido não se aparta da sensibilidade. A passagem do mundo da sensação ao mundo da intuição

pura — na crítica do conhecimento, momento necessário — tem sua contrapartida na Linguagem. É nas formas da intuição que se patentiza a síntese espiritual, expressada na Linguagem.

A intuição espacial é, na Linguagem, uma mora da privilegiada da expressão sensível e espiritual. As expressões mais universais ressaltam, com distinção, este papel decisivo. A reprodução metafórica de determinações espirituais, mesmo nas linguagens mais desenvolvidas, se envolve do espaço. Em alemão, nas expressões como *Vorstellen*, ou *begreifen*, está presente este envolvimento. O mesmo processo não se desconhece em idiomas estranhos à família indo-germânica. As línguas dos povos primitivos se distinguem pela exatidão, quase pictória e mímica, com que se expressam as determinações espaciais. A idéia de caminhar se transmite pelo movimento de descer e subir. A ação, expressa pelo verbo, se guarda dentro de expressões da originalidade local. E se manifesta como fato característico de seu processo de Linguagem. O anatomismo, como postura do corpo, é uma tônica. Leva-se em conta.

A evidência do processo concreto da Linguagem sublinha a importância da intuição espacial. Na verdade, garante-se epistemologicamente. A aplicação dos conceitos puros do *entendimento* às instituições sensíveis, Kant postula o *esquematismo*, em sua transcendentalidade. O esquema kantiano não se confunde com a imagem. A imagem pertence ao reino do empírico. É produto da imaginação reprodutiva. O esquema dos conceitos sensíveis, ao contrário, é produto da imaginação pura *a priori*. Para representar sensivelmente o conceito, a Lin

guagem recorre ao esquema. E ele se diz de conteúdos. De relações espaciais. São as relações *junto-de* e *um-ao-lado-de-outro* permitem representar as conexões, dependências e oposições qualitativas.

Esta relação se distingue e se esclarece na formação da Linguagem. Os termos encontram suas raízes na impressão sensível, imediatamente. Contém, entretanto, o germe das expressões puras de relação. Assim, presentificam-se o sensível e o inteligível. O processo formal da Linguagem, porém, só se dá no nível do conceito. Contudo, o primeiro elemento surge na configuração fonética dos termos espaciais. Não se contam, certamente, as meras interjeições. Estas não estranham nenhum sentido. Não se objetivam. Mas existe uma classe de palavras - aqui e lá; perto e longe - que têm um caráter marcadamente de sons naturais. Não saem, todavia, da esfera do gesto vocálico. E se encontram presentes nas diversas línguas. Excetam-se as que servem para graduar a expressão da distância espacial. Nelas residem tendências determinadas. Sobretudo, em certas consoantes ou grupos consonantais. A linguagem da criança é prova deste fato. E este fenômeno ocorre de maneira uniforme. E se encontra na origem das partículas demonstrativas e dos pronomes.

A estruturação da realidade objetiva e da determinação dos objetos não se torna indiferente à exata diferenciação das posições e distâncias espaciais. A diferenciação de lugares funda a diferenciação de conteúdos. De um lado, a posição do observador. De outro lado, a esfera dos objetos.



A crítica geral do conhecimento ensina que a posição espacial é condição prévia e necessária para a objetivação. Mais: condição do ato de representar o objeto. É a idéia medular a partir da qual Kant estruturou sua refutação ao idealismo, em sua feição empírico-psicológica. A forma de intuição espacial implica em uma referência necessária a algo real no espaço. A contraposição do interno e externo, sobre a qual descansa a representação do eu-empírico, só é possível postulando-se simultaneamente um objeto empírico. Ele só cobra consciência das permutas de seus próprios estados na referência a algo duradouro no espaço. Não se pode efetuar nenhuma determinação temporal senão mediante a mudança nas relações exteriores, ao movimento operado no espaço. É preciso contar com a intuição subsumida no conceito de uma substância. A consciência de mim mesmo, na representação do eu, não é nenhuma intuição. Tampouco, corresponde ao predicado da intuição, como correlativo da determinação temporal no sentido interno. O princípio fundamental desta demonstração kantiana consiste em provar que a função do espaço é um meio, um veículo necessário para a função universal da substância. Mesmo, de sua aplicação empírico-objetiva. A interpenetração recíproca destas funções é que permite a intuição de um todo objetivo. Realmente, se diferencia. E, com isso, ganha uma forma de ser. Na estruturação da Linguagem, o espaço serve também de meio para exprimir uma categoria de objeto. Isto se observa nas terminações do nominativo, de forma masculina e neutra, que resultam de determinadas partículas demonstrativas. Este recurso se converte em portador

da ação a que se acrescenta uma determinação espacial. Esta interação entre a categoria do espaço e a da substância é res - ponsável - e resultante de processo tardio - pela criação re - corrente do artigo definido. O artigo, recurso de definição representativa da substância, originariamente pertence ao campo da representação espacial. A substantividade se instaura pro - gressivamente. E, aos poucos, enfraquece a particularidade espacial.

O processo parece se confirmar quando se caminha pela Linguagem na procura de suas determinações espaciais. A diferenciação dos lugares no espaço tem como ponto de par - tida a pessoa que fala. E, a partir dela, avança na articulação do todo objetivo. As diferenças do lugar vinculam-se a determinadas diferenças materiais. Mormente, a do próprio corpo, como órgão mais objetivado. E se põe como referência última. Regressa-se a ele. Ou, a partir dele, progride. De fato , a expressão das relações espaciais se entranha em determina - das palavras materiais. Geralmente, as palavras que se isolam do corpo, contudo a ele se referenciando. O dentro e o fora , o ádiante e o atrás se associam a um determinado substrato. As línguas desenvolvidas utilizam-se de prefixos e sufixos. As dos primitivos, de expressões nominais. Não obstante, não se estranham. Há um anologado. E se guarda definitivamente a re - lação do espaço. As línguas declinativas, mesmo em seu desen - volvimento, não alteram este processo. Na intuição da circunstância, não se desliga da relação espacial. A teoria localis - ta dos casos, que se pauta no vital concreto, não é estranha

ao conceitual. Sempre se calca numa intuição espacial. E não germina uma consequência causal. A causalidade não se funda numa intuição sensível. Simplesmente, se submete a uma pura relação no espaço. O espaço é constitutivo do conteúdo da intuição. As outras relações se referem, em última análise, ao espaço. A Linguagem, sem dúvida, pode expressar relações puramente intelectuais, abstraindo-se do espaço. Todavia, não consegue esconder a função espacial. Este fato se confirma nas línguas não-declinativas, em sua estrutura acabada. Nessas, precisam-se as designações de situações, de movimentos. Sua configuração lingüística, de acentuada simplicidade, com a força da expressão direcional, entranha um novo fator espiritual. E não se prende somente a substantivos espaciais. Utiliza-se também de verbos espaciais. Com isto, denota um sentido lingüístico de muito recurso, porque mais livre. Torna-se fluida, sem a rigidez da expressão substantiva. A expressão da ação pura, inteiramente intuitiva, prepara a futura expressão abstrata. Os termos guardam uma conexão com o próprio corpo. A linguagem se apóia em sua atividade. E se põe em presença do espaço de quem fala ou de interlocutor. Ou a partir de um ponto no espaço. A intuição da atividade não se desprende de todo da existência espacial. De certa forma, prende-se a esta, mas se desenvolve como mera espécie de comportamento fático do sujeito. Os demonstrativos espaciais deram origem às desinências pessoais. A moderna investigação lingüística se inclina decisivamente para esta correlação. Surge do mesmo ato imitativo mímico e lingüístico de indicar.

O esquematismo do espaço, fundante da estruturação do mundo dos objetos, pode ocasionalmente se inverter, centrando-se na pessoa que fala. Entretanto, nesta dupla função, relativa ao sujeito e ao objeto, experimenta a representação do espaço, no todo da Linguagem.

## 2. A Representação do Tempo

Uma tarefa mais difícil e complexa se impõe à Linguagem. Esta tarefa se liga à exata distinção e designação das relações temporais. A simples coordenação da forma do espaço e do tempo, tornada substantiva na investigação epistemológica, não encontrou guarida na Linguagem. Nesta, evidencia-se um outro tipo de determinação. Obrigam-se pensamento e linguagem a uma outra forma de estruturação representativa do tempo. O aqui e o ali podem se reduzir a uma unidade intuitiva, simples e direta. Entretanto, o agora e o depois são simultâneos à consciência. O ser de uma determinação significa o não-ser da outra. Na verdade, não se contém na intuição imediata. Está mais presente o aspecto decisivo do pensamento analítico e sintético. É mais um momento da identidade. A Linguagem não pode alcançar, de imediato, este nível. Sujeita-se à sua lei interna de formação e a seu progresso. Força-se, sem muita liberdade criativa, a utilizar o dado a serviço de uma nova tarefa - a impressão espiritual.

Na formação dos termos espaciais, a Linguagem se serve de meios simples. A passagem do sensível ao ideal

se verifica de modo gradual, embora se trate de uma viragem decisiva. As designações se formam a partir de uma matéria bastante limitada, vogais ou qualidades fonéticas e afetivas de algumas consoante ou grupos consonantais. Sob um novo ângulo, o mesmo processo de desenvolvimento se observa relativamente às partículas temporais. No primeiro caso, o limite é fluido. O mesmo trânsito contínuo e inadvertido aparece entre as determinações espaciais e temporais. Nas línguas modernas, as esferas do espaço e do tempo integram-se indissolúvelmente. Perfazem uma unidade. Nas dos povos primitivos, não há recursos próprios para estabelecer a distinção. Os simples advérbios de lugar se empregam indistintamente no sentido temporal. A ocorrência, espacialmente distante, torna-se temporalmente passada.

O nível da consciência é relativamente indiferenciado. Não é ainda sensível às diferenças específicas da forma de espaço e do tempo. Por isso as relações temporais não ganharam autonomia. Somente as línguas desenvolvidas cunharam expressões apropriadas. Entretanto, a forma temporal não se manifesta com poder lingüístico tão puro. Percebe-se ainda uma coexistência. A direção do passado ao futuro, ou vice-versa, é algo distinto. Contudo, a consciência permanece dentro da intuição espacial. É analógica ao espaço. Somente o tempo imediato possui uma extensão determinada. Guarda-se na intuição. Jamais se faz um mediador com o tempo anterior ou posterior. Tampouco, uma continuidade.

A consciência completamente desenvolvida, particularmente a do conhecimento científico, não só percebe

a antítese entre o agora e o não-agora, mas também estrutura sua articulação. E se guarda na compreensão de graus temporais, unitariamente. Entretanto, cada um exprime uma posição determinada. A análise epistemológica assegura que não se trata de objeto da sensação. Tampouco, da intuição imediata. É, sim, uma obra do Entendimento. Particularmente, da dedução causal. Causa e Efeito é que transformam a mera intuição de sucessão na idéia de uma ordem temporal unitária do acontecer. A simples distinção de cada um dos momentos temporais transforma-se no conceito de uma interdependência dinâmica entre eles. O tempo, como forma pura da intuição, compenetra-se da função do juízo causal. A física moderna, sem superar seus paradoxos, percebe a amplidão que vai de um a outro. Kant vê nas analogias da experiência, nos princípios sintéticos, as condições e fundamentos para estabelecer as diferentes relações temporais. O progresso da física moderna, antes de fixar a teoria da relatividade, demonstra que este esquema, tomado da mecânica de Newton, deve caminhar para as relações mais complexas. Há etapas bem distintas para definir o progresso que vai do sentimento do tempo ao conceito do tempo. Este progresso é decisivo para o reflexo lingüístico da consciência temporal. Inicialmente, a consciência está dominada pela antítese, ainda indiferenciada, entre o agora e o não-agora. Posteriormente, determinadas formas impedem a diferenciação entre uma e outra, em se tratando de ações temporais. Finalmente, o conceito puro de relação temporal, como conceito ordenador abstrato, já porta a diferença dos níveis do tempo em sua condi-

cionalidade recíproca.

Nas relações espaciais e temporais, estas não chegam à consciência como relações definidas, mas vão se particularizando aos poucos. Entretanto, as determinações espaciais comportam-se diferentemente de outras qualidades sensíveis. O aqui e o ali não agregam o objeto de que predicam. Partem de designações materiais. Relativamente ao tempo, as diferenças de significação temporais aparecem como puras diferenças qualitativas. E aparecem no verbo e no nome. Nas línguas desenvolvidas, a determinação temporal se adere ao discurso, implicando numa atividade. Fixa-se no fenômeno de mudança. O verbo, expressão de estado e de transição, é o autêntico portador das determinações temporais. É, na verdade, a palavra temporal. É um atributo energético. Entretanto esta relação não se objetiva, de forma clara, em todas as línguas. O nome, nas variações do artigo, desempenha este papel. A relação temporal segue-se à do espaço. A Linguagem infantil mistura o tempo à coisa.

O argumento de Zenão aplica-se a esta forma de Linguagem, no curso do movimento. A flexa em vôo está em repouso, porque em todo movimento ocupa um lugar fixo. A consciência que conquistou um nível mais elevado escapa a esta dificuldade. O todo do tempo não integra um todo substancial em seus momentos individuais. É, ao contrário, um todo funcional e dinâmico. É uma unidade de relação e causalidade. A intuição da unidade temporal da ação procede, simultaneamente, do sujeito e da meta a que se dirige. Estes fatores, embora em

planos diferentes, se subsumem na capacidade sintética do conceito. E, em si, anulam a oposição. Nesse sentido, o processo do movimento não se fragmenta. O sujeito garante sua unidade conceitual. E procede sua unidade causal e teleológica. A linguagem, assim, não precisa se apoiar na intuição de todos os componentes. Basta se fixar no ponto de partida e na meta final.

A gramática das línguas primitivas parece contraditar esta tese do conceito puro do tempo. O tempo parece em formas temporais, distintas na qualidade e no modo. Na verdade, são inessenciais e acessórias. Entretanto, ela constrói um sistema de graus relativos do tempo, entre o sucesso e a ação. Repentino ou progressivo. Indivisível ou homogêneo. Contudo procedem da intuição. Qualitativamente, sem se perfazer no conceito. Há, todavia, um tempo para si. A tricotomia - passado, presente e futuro - na língua semita, se substitui pela dicotomia - perfeito e imperfeito. E transita livremente entre passado, presente e futuro. Às vezes, são puras categorias formais, para designar momentos relativos do tempo. Outras, aperfeiçoa-se um meio fonético para designar a ação momentânea da duradoura.

Assim, a designação precisa dos graus relativos do tempo é um produto posterior. A designação, porém, da forma temporal de um acontecimento ou ação pertence a um estágio anterior ao pensamento, e mesmo à fala.

Afastadas do nível primário da intuição temporal, encontram-se as expressões da Linguagem que pressupõem



o tempo como grandeza perfeitamente determinada - os numerais. Em rigor, eles se acham fora da esfera da Linguagem. Resultam de sistemas artificiais de signos; reflexivos, portanto. Não obstante a Linguagem reputa a si mesma sua preparação, no desenvolvimento dos numerais. Em fases distintas, estreitadas porém, a Linguagem desenvolve as intuições fundamentais do espaço, do tempo e do número. Com isso, permite a estruturação do fenômeno no conceito.

### 3. O Desenvolvimento Lingüístico do Conceito de Número

O círculo da intuição se completa com o número. Entretanto, paradoxalmente, a cada passo se projeta mais fora do círculo. Ao avançar, o mundo das forças tangíveis e perceptíveis escapa. Em seu lugar, estrutura-se a forma intelectual. Determina-se o *ser* do número. Os pitagóricos, envolvidos pela magia do número, constroem sua morada. A geometria ganha foros de ciência independente. A força dedutiva de seus princípios e a construção de teoremas teóricos comprovam esta realidade. Reforça-se, a partir daí, a tendência geral. E se comunica à moderna matemática. Platão, Descartes e Leibniz se estabelecem na fronteira da *construção*. Ao construir a Geometria e a Analítica a partir de um princípio, a concepção moderna remete-se ao conceito de número como seu núcleo central. A fundamentação racional da matemática concentra-se neste ponto.

No século XIX, generaliza-se a autonomia lógica do conceito de número. Por distintos caminhos, Dedekind e Russel, Frege e Hilbert perseguem este objetivo. Em Russel, a redução a puras constantes lógicas. Em Frege, o atributo de um conceito puro. Em Dedekind, a intromissão de grandezas mensuráveis de todo se relega. O reino do número não deve se edificar sobre a intuição do espaço e do tempo. Ao contrário, é emanção direta das leis puras do pensamento. Mais: é ele que permite precisar com exatidão os conceitos de espaço e tempo. Ainda, representar o espaço contínuo. A Lógica Matemática se empenha em considerar o número com legalidade pura do pensamento. Natorp vê o número em continuidade com a lei do pensamento: fundamento de relações.

Certamente bem fundado o pensamento científico, ao recusar a conexão com a intuição sensível ao afirmar a configuração do número em um signo verbal, abre caminho para a compreensão de sua pura natureza conceitual. Os signos numéricos que a Linguagem proporciona representam pressuposto indispensável para os produtos da matemática. Mais: entre os símbolos lingüísticos e os teóricos existe uma tensão inevitável e uma oposição que não se suprime de todo. Se a Linguagem prepara o caminho destes, ela não pode livremente progredir. A forma do pensamento relacional sobre que repousa a possibilidade dos conceitos numéricos constitui uma meta para a Linguagem de que se aproxima, sem, porém, alcançar integralmente em seu próprio campo. A total liberação das bases intuitivas e de sua representação é a condição do conceito.

A Linguagem se aforra à designação de objetos, Liga-se a acontecimentos. E a eles se sujeita. Confirma-se, assim, o princípio dialético do progresso: quanto mais se submerge na expressão do sensível, mais se converte no processo de liberação do sensível. A nova forma que se concentra no número se desprende do material enumerável.

A Linguagem, certamente, não pode acompanhar o processo de materialização do conceito puro, em antíteses sucessivas, mas pode acompanhar a organização de seus fatores isolados presentes na determinação, ainda que indiretamente, de seu conteúdo e limites. Talvez seja este o serviço que a Linguagem pode prestar à análise lógica.

A diferenciação das relações numéricas, como as relações espaciais, começa pelo corpo humano e seus membros. E, daí, se estende progressivamente à totalidade do mundo da intuição sensível. O corpo constitui o modelo das primeiras enumerações primitivas. O contar significa indicar determinadas diferenças que se encontram em qualquer objeto exterior. Antes de se transformar em conceito, os elementos numerais são meros elementos manuais mímicos ou corporais. O ato de contar funde-se na significação e na substância do próprio ato. Assim, os primitivos contam com as mãos estendidas e flexionam o dedo contado. A presença do objeto lhe é necessária. O caráter ativo dos numerais se alia a expressões que designam o modo de agrupar, colocar e ordenar os objetos. E se nomeiam as designações de acordo com as características dos objetos em ordem de contagem. Mais: devem se colocar em

série.

O valor desses métodos primitivos de contar hoje se menospreza. Jamais evoluiu para a representação abstrata. Antes, conservou-se fiel à intuição sensível, como se demonstra no seu ato de contar. Realmente, o primitivo não possui o número. Possui, sim, os membros do corpo. Não se conta com a livre criatividade. Entretanto torna-se necessário compreender, antes de qualquer crítica, este tipo de procedimento. É certo que não se possa falar de um sistema de conceitos numéricos. Tampouco, da ordenação dos mesmos numa conexão geral. Observa-se, contudo, uma sucessão perfeitamente determinada. Não se passa arbitrariamente de uma parte do corpo a outra, sem um esquema de sucessão, convencional embora. É, sem dúvida, uma condição prévia de um conteúdo objetivado. Sua deficiência resulta da prisão ao dado imediato. Agora, não simplesmente se põe em vinculação imediata com os objetos, mas os dispõe em ordem. E se aporta gradativamente, pela união e separação, a uma determinação mais mediata do número.

A capacidade de guardar a ordem progressiva, de um a outro objeto, é um fator isolado. Não se harmoniza com outros fatores que se requerem para a formação do conceito puro do número. Entre os objetos contados e as suas partes, certamente, há uma determinada coordenação. Entretanto, uma coordenação vaga. Torna-se uma coordenação global quando consegue dividir as séries comparadas, fracionando-as em unidades definidas. E torna-se-ia homogênea, se abstraísse da propriedade material sensível, orientando-se só pela posição no

ato de contar. O fenômeno da abstração, porém, se encontra ainda afastado. O objeto contado deve se encontrar presente em sua tangível concretude. Mais: as unidades se distinguem apenas por suas características sensíveis. São unidades coisificadas. A aritmética primitiva possui grupos naturais deste tipo. São padrões dados como coisas. Seus sistemas decorrem do modelo de contar e das partes que se incluem. Não obstante tais limitações não implicam em limitações na capacidade de compreender e diferenciar pluralidades concretas. Elas, realmente, se diferenciam. Entretanto, se requer a presença de alguma qualidade comum. Esta característica, marcadamente qualitativa, se percebe no pastor de um rebanho. A ovelha extraviada é identificada em sua individualidade. Não há, portanto, uma grandeza numérica. Apenas, uma forma numérica.

Esta concepção fundamental se reflete na Linguagem. Desconhece toda expressão numérica universal. Utiliza apenas uma designação numérica. É algo coisificado. A Linguagem, por isso, encontra dificuldade em distinguir o objeto numerado de outras propriedades. Na verdade, funde-se com a designação das coisas. Existem palavras que, simultaneamente, expressam uma classe particular de objetos e de grupos de objetos. Comportam-se à maneira de coletivo. Sempre se aliam a sua espécie. Aderem ao seu conteúdo intuitivo. Não se guardam em uma estruturação lógico-matemática. Estruturam-se como constitutivo individualizado.

Relativamente aos meios, observa-se a mesma atitude. Grande número de línguas carecem do plural. Não

dispõem de recursos que fixem a antítese entre singular e plural. A distinção se indica por certos meios lingüísticos . O singular merece a preferência. Predomina o substantivo de caráter intermediário. As famílias lingüísticas que desenvolveram a formação distinta entre singular e plural indicam que esta separação é ainda indiferenciada. A palavra apresenta a formação do plural, mas a construção gramatical se atém ao singular. Funciona como coletivo.

A Linguagem, na formação do plural, não contrapõe diretamente uma categoria abstrata da unidade. Entre ambas as formas, figuram graus e transições. São pluralidades com um caráter qualitativo determinado. Muitas línguas distinguem um duplo plural: uma forma para o objeto e outra para muitos objetos. O objeto genérico se encontra fora da categoria do número. Na verdade, não se põe a distinção que expressa a Linguagem mediante o singular e o plural. A contraposição quantitativa da unidade e pluralidade não se estabelece. A indistinção é ainda o fator decisivo. É uma totalidade sensível. Não se separa dos elementos individuais. Não se fixa em conceito.

O conceito de número se prende ao conceito do conjunto. A Linguagem se aproxima dele na envoltura sensível. Nas primitivas enumerações, a Linguagem retém o fator da ordem em sucessão. É esta forma de sucessão que permite a articulação entre os membros do corpo. A consciência de uma totalidade, se bem que indeterminada, guiou a Linguagem na formação de termos coletivos. O pensamento do número e sua expres-

são lingüística se ligam a formas fundamentais da intuição, à apreensão do ser espacial e temporal. A análise epistemológica mostra como as formas devem se operar conjuntamente para engendrar o conteúdo essencial do conceito de número. O número se baseia na intuição do espaço para apreender a coexistência coletiva. E requer a intuição do tempo para integrar o conceito de unidade e particularidade distributiva. A tarefa intelectual a concebe como unidade. A multiplicidade numericamente determinada se toma como unidade e, ao mesmo tempo, cada unidade ressalta a multiplicidade. Esta correlação de momentos opostos se dá no ato fundamental da consciência. E resultam como expressão e termo de um mesmo ato. Entretanto, diferentemente do conceito matemático, um momento pode predominar sobre o outro. No espaço, prevalece o momento da coexistência. No tempo, o momento da sucessão. Nenhuma forma espacial pode ser intuída sem o tempo, como um todo. Por sua vez, o instante temporal figura sempre como um momento em série, como membro de uma sucessão. A idéia concreta do número expressa na Linguagem se serve dos dois rendimentos - o da consciência espacial e da consciência temporal. E os utiliza para desenvolver os diferentes momentos do número. A Linguagem chega, partindo dos objetos no espaço, ao seu conceito e à expressão da multiplicidade coletiva. Chega da diferenciação dos atos temporais à sua expressão dissecadora. Estes tipos expressam-se, com clareza, na formação do plural. Esta formação situa, ao mesmo tempo, o complexo de coisas e a reiteração ritmo-periódica da ação temporal.

As Línguas que apresentam uma estrutura verbal desenvolvem também uma concepção distributiva, distinta da coletiva. A caracterização dos atos verbais se converte em veículo da concepção plural. Desenvolvem, pelo menos, uma diferença entre uma atividade que se esgota no ato único e uma atividade que abarca uma pluralidade de momentos. A idéia de pluralidade se submete mais à idéia de reiteração. A reduplicação distributiva ganha uma valoração, mas ressaltando sempre a unidade de ação. A repetição do som é meio primitivo para indicar a reiteração e a disposição rítmica de um ato, particularmente de uma atividade humana. Aqui, não se torna estranha a articulação entre a Linguagem e a Arte. A poesia primitiva se prendeu aos cantos de trabalho. Nele, exterioriza-se o ritmo da ação, particularmente, de movimentos coordenados nos grupos de trabalho. Apura-se a sensibilidade na captação do puro movimento e da harmonia rítmica. E se objetiva no som. A Linguagem, assim, alcançou a consciência da forma pura do tempo e a forma pura do número enlaçada a certas vivências rítmicas fundamentais. A diferenciação não partia simplesmente das coisas, mas também dos atos tornados conscientes da separação. O ato de contar põe presente também esta realidade. A intuição da pluralidade que atende à forma pura do ato tem, de fato, uma significação secundária se dele participam um ou mais sujeitos. No entanto, a divisão do ato em fases individuais possui uma importância decisiva.



Até agora, as formas de intuição pura do espaço e do tempo se puseram como ponto de partida da formação do número e da pluralidade. Não se adentrou no nível mais profundo e originário em que o ato de contar encontra suas raízes. A investigação se demorou no objeto e nas diferenças dentro da esfera objetiva espaço-temporal. É preciso conduzir a investigação para o terreno das antíteses fundamentais que surgem da pura subjetividade. Há indícios de que a Linguagem extraiu deste campo suas primeiras distinções numéricas. A consciência do número se desenvolveu primeiro, não na existência material dos objetos, mas na separação do *eu* e *tu*. Nesse campo, há uma sensibilidade maior da antítese entre o *um* e *muitos*. Muitas línguas não desenvolveram uma forma plural no número. Entretanto, conheceram esta forma nas desinências pessoais. Outras empregaram diferentes signos plurais dos quais um se utiliza exclusivamente para os pronomes pessoais. A pluralidade só se expressa no número quando se trata de seres racionais ou vivos. Em seres inanimados, tal fenômeno não acontece. Assim, as partes do corpo se empregam no singular. Os pertencentes de várias pessoas encontram-se no plural. A distinção do número está incisivamente desenvolvida conforme a intuição dos indivíduos e a mera intuição das coisas.

Nas designações numéricas que se originam da esfera pessoal manifesta-se a correlação entre o número e o enumerado. Em geral, as primeiras designações criadas pela Linguagem procedem de determinadas enumerações. Nesse caso, a determinação numérica não parte da diferenciação das coisas. Par

te, realmente, das pessoas. O número não aparece como um princípio racional, universalmente válido, mas como um processo contínuo. Seus limites, porém, se definem pela intuição objetiva e pela subjetividade pura do sentimento. Esta se radica na determinação distinta das três pessoas. E retrata uma multiplicidade mais ampla. Entretanto a multiplicidade não goza do caráter de distinção que se observa nas três pessoas. A pluralidade indeterminada, como coletivo, não pode ser fracionada. No desenvolvimento da Linguagem, a formação dos números se encontra, em princípio, sujeita a limitações. As Línguas de muitos povos primitivos mostram que a atividade de separação, na contraposição do *eu* e do *tu*, avança do um ao dois. Se se inclui o três, constitui um passo de maior importância. E a estes se limitam. Em geral, a concepção do número dos povos primitivos importa, para cada número, uma fisionomia individual. Possui, de fato, uma existência e peculiaridade mística. Principalmente, relativas ao número dois e três. Com a tonalidade espiritual, destacam-se da série numérica, uniforme e homogênea e implicam em certas determinações formais. Na língua semita, os numerais *um* e *dois* são adjetivos. Os outros, porém, são nomes abstratos e em oposição de gênero. Em outras línguas, os números de *um* a *quatro* são declináveis; na série seguinte, indeclináveis e formam-se com substantivos, no modo do genitivo. A origem etimológica dos primeiros numerais parece apontar uma relação com palavras mágicas. Formaram-se para diferenciar as três pessoas. E guardam uma contigüidade entre *tu* e *dois*. A raiz da dualidade se

remonta ao dualismo fundamental que torna possível a linguagem e o pensamento. E parece se condicionar a uma pessoa e à sua réplica. Funda-se em uma tensão e desdobramento que surge entre o *eu* e o *tu*.

Baseando-se nessa concepção especulativa da Linguagem, em seu tratado sobre o dual, Humboldt tentou explicar o emprego desta forma pela articulação subjetivo-objetiva. Não a considera como refinamento descabido. Ela goza, porém, de uma significação original, sensível e espiritual ao mesmo tempo. A Linguagem considera a dualidade como dada na natureza. Extrai-se do fato sensível. E resulta da pura intuição das coisas. Este uso se estendeu a quase todas as famílias lingüísticas. Para o sentido lingüístico, as coisas que existem duplicamente aparecem como um conjunto homogêneo. Exemplifica-se pela paridade dos membros do corpo, como os olhos e os ouvidos. Entretanto, como puro conceito nominal, entrou em desuso, ainda em passado remoto. A decadência do dual coincide com o trânsito para o número seriado. O *tu* não é equivalente ao *eu*. Ao contrário, representa sua oposição. É algo qualitativamente outro. Distingue-se da coletividade das coisas. O plural das coisas é uma soma de elementos similares. O plural das pessoas, porém, não se representa como soma de semelhantes. Nesse, preserva-se a especificidade. Este fato se observa no uso lingüístico do plural incluso e exclusivo. Geralmente, expressa-se pela forma fonética dos termos da pluralidade.

O processo da Linguagem na formação da representação numérica e dos numerais se organiza diferentemente do

método exato da matemática pura. O conceito lógico-matemático do número configura-se a partir de sua antítese e de seu oposto. Na matemática pura, vingam-se a necessidade e validade universais. Está presente sempre a unicidade. Presentifica-se a total equivalência. Gira-se em torno da infinitude. No primeiro momento da Linguagem, nenhuma desta ordem se faz evidente. Não se rege por um princípio necessário e validamente universal. Não há, tampouco, a unicidade da ordem numérica. Ao contrário, cada classe de objetos enumeráveis exige novos instrumentos de enumeração. Reclama um esforço contínuo. Não pode contar com a infinitude. Antes, a possibilidade de contar se vincula à representação intuitiva de objetos. O objeto contado não entra no ato de contar. Conserva o caráter de propriedade. As formas que expressam graus e ordenação seriada só se desenrolam aos poucos. Constituem apenas uma diferença genérica. Formam-se de raízes completamente distintas (*bonus, melior, optimus*). A formação qualitativa da Linguagem prevalece sobre sua formação quantitativa. Não se configura a abstração que integre um atributo unitário, diferenciado apenas em seu grau. Ao contrário, conserva em seu próprio ser, mantendo-se distinto e independente. Na maioria das línguas, falta a formação do comparativo e do superlativo. Expressa-se por circunlóquios e partículas adverbiais. Introduce-se uma intuição espacial. O pensamento lógico-abstrato, contudo, exige um conceito puro de relação.

De fato, os conceitos de espaço, tempo e número integram a estrutura fundamental da intuição objetiva. E ,

como tal, configuram-se na Linguagem. Estes conceitos, todavia, se articulam como um meio ideal. No sentido de se ajustar à forma da expressão sensível, envolvem progressivamente o sensível com o conteúdo espiritual. E, na verdade, fazem dele um símbolo espiritual.

#### 4. A Linguagem e a Esfera da Intuição Interna - As Fases do Conceito do *Eu*.

1. A Linguagem, em sua análise, se encaminhou para descrever as Categorias do mundo objetivo da intuição. Em sua exposição, resultou o revolver sobre o mundo do *eu*. Entre laçavam-se mutuamente. Cada configuração do objetivo - espaço, tempo e número - produzia uma imagem diferente da realidade subjetiva, revelando novos rasgos desse mundo puramente interior.

A Linguagem dispõe de meios próprios e independentes que servem especificamente para desvelar e configurar essa outra existência subjetiva. Esses meios não se encontram menos enraizados nela. Tampouco, menos originais. Não se fazem simplesmente como derivados e secundários. Nem, como se acreditou, se portam sem autonomia na expressão do conteúdo espiritual. E se desenvolvem, na formação da Linguagem, sem idéias próprias. Humboldt rejeita decisivamente essa concepção estreita da gramática. É um equívoco conceber o pronome como a parte mais recente na Linguagem. O primogênito, no ato do discurso, é a personalidade de quem fala. Qual pessoa poderia deixar de con-

trapor, na Linguagem, a expressão de seu *eu*?!! E, claramente, se estende a outras pessoas. A concepção especulativa entre os lingüistas empíricos demonstra que os pronomes pessoais são a pedra de toque da Linguagem. Antigos e obscuros componentes; entretanto firmes persistentes, são o alicerce de todas as línguas. Humboldt, dentro desse contexto, assinala que o sentimento originário do *eu* não pode ser inventado *a posteriori*. Universal e discursivo, não se encontra exclusivamente na designação explicativa do *eu* como pronome de uma pessoa. A Filosofia da Linguagem permaneceria dentro dessa concepção lógico-gramatical que combate, se quisesse medir a forma e a configuração do *eu* só pela evolução desta designação. Quando se ajuíza sobre a Linguagem infantil, se cai freqüentemente no erro de querer ver na primeira aparição do som *eu* o primeiro sentimento do Eu. Perde-se de vista o íntimo conteúdo anímico-espiritual e de sua forma de expressão. Elas coincidem. E não refletem forçosamente a simplicidade da expressão. A Linguagem, como resposta a uma intuição fundamental, dispõe de uma multidão de recursos. Somente o seu conjunto pode orientar em que direção determina algo. O conceito do *eu* não se liga tão somente ao pronome. Liga-se ao nome e ao verbo. Nesse último, expressa as mais sutis distinções e matizes do sentimento. Ao verbo ligam-se estreitamente o objetivo e o subjetivo de determinada ação. Os verbos são, de fato, palavras vivas.

A expressão do *eu* e da individualidade necessita se apoiar na esfera nominal. Mais: no campo da intuição objetiva. E dela não consegue se libertar. Nas diversas famílias

lingüísticas, encontram-se termos para designar o *eu* que se tomam por objetivos. A Linguagem, como sentimento concreto do próprio *eu*, se liga ordinariamente à intuição do corpo e de seus membros. E revive a mesma relação que se dá nas determinações do espaço, do tempo e do número. Estas determinações se norteiam para existência física do corpo. Este sistema de designação do *eu* se expressa, com especial claridade, nas línguas altaicas. Esta família lingüística apresenta uma tendência a iniciar com números acompanhados de sufixos possessivos. Geralmente, estes se expressam por pronomes pessoais. Ou ainda, a reflexão em palavras como alma, pessoa — já, aqui, no hebreu. A tradução da palavra *eu* vincula-se ao corpo, acompanhado de um sufixo possessivo. Mais: reunida numa palavra que exprima o sentido de espírito e corpo. A intuição do *eu* segue presa ao corpo. Por isso, as expressões nominais e pronominais seguem-se indiferenciadas.

O conteúdo representativo do *eu* se designa e se determina na expressão puramente nominal e verbal. Em quase todas as línguas que mantêm a divisão dos nomes em classes encontra-se o corte entre as expressões referentes às pessoas e às coisas. Não se trata de uma divisão biológica — animado e inanimado. Entretanto constitui uma forma de matizar a existência pessoal. Mais: distinguem-se graus de personalidade — função ou entidade independente e atuante. Nesse sentido, interpõe-se uma hierarquia de valoração no conceito de personalidade. E se guarda na esfera da subjetividade. A Linguagem, analogicamente, pode operar também distin-

ções na ação verbal — acontecimento natural ou provocado. O conceito de ser e atuar se desenvolve entre limites de distinção.

A riqueza exuberante dessas graduações patenteia-se na imensa possibilidade com que a Linguagem conta para diferenciar o gênero no verbo. Do ponto de vista da análise puramente lógica da atividade, parece haver apenas uma diferença — forma ativa e forma passiva. Já Aristóteles, na tábua de categorias, referia-se a essa diferença. Mas, de fato, encontrava-se preso à evolução da Língua Grega. Entretanto, a própria Língua Grega não se esgota, morfológica e semanticamente, nessa distinção. A passiva se desenrola gradativamente, parte, participando da ativa e parte, da voz média. As outras línguas, completamente distintas, não desenvolvem com nitidez esse corte. Essa simples distinção não goza de um papel determinante. Entrecruza-se com outras antíteses. Ou, desenvolve, uma diferença entre muitas. Ou, pertence a uma totalidade de graduações conceituais da expressão verbal. Em outras, pode faltar essa diferença, sem que se determine o uso passivo do verbo. A distinção exprime-se por formas verbais ativas, particularmente pela terceira pessoa plural do verbo ativo. Humboldt, relativamente às línguas malaias, mostra que a formação do passivo consiste tão somente na transposição da forma nominal. Não há uma verdadeira voz passiva. Permanece ligada a um caráter nominal. A rigor, a designação de um sucesso não se refere a um agente. Tampouco, sobre o que atua. Simplesmente, comprova o sucesso.



Esse fato não ressalta da ausência da intuição concreta da ação e de seus matizes. Ao contrário, desenvolve-se com surpreendente variedade. Os gêneros do verbo se percebem claramente determinados. E formam expressões complexas. Há um corte entre os tipos de ação perfeita ou imperfeita, momentânea e sucessiva. Mais: completamente acabada ou em processo, realizada em um só ato ou atos repetidos. Para expressar todas essas determinações usa-se uma forma genérica do verbo. Empregam-se formas estáticas, ou incoativas, ou conclusivas. Em outras línguas, com especial riqueza, distinguem os verbos momentâneos e frequentativos. Além dessas distinções, referentes ao caráter objetivo da ação, a forma verbal pode exprimir a atitude do *eu* diante da ação. E, de fato, a exprime, quer salientando a esfera da vontade, quer da esfera do juízo. No primeiro caso, a ação é inteiramente desejada. No segundo, afirmativa ou problemática. Desenrolam-se as distinções modais. O subjuntivo, com sua significação volitiva, deliberativa e prospectiva. O optativo, com o seu caráter de desejo, disposição e simples possibilidade. A forma volitiva desdobra-se em múltiplas graduações. Entre essas, o modo imperativo. As línguas indígenas americanas conhecem ainda os modos teóricos, convencionados pelos gramáticos como dubitativos. O modo dessa ação ou é simplesmente duvidoso, ou reclama o testemunho de outro. O sufixo permite distinguir semelhante modalidade.

A atitude do *eu* em face dessas múltiplas modalidades se aguça ao máximo se se refere à ação dele sobre o objeto e de suas formas possíveis. Muitas línguas, por desconhecer

a distribuição entre as vozes ativa e passiva, superam esse fato com requintes de distinções. O recurso fonético da duplicação da raiz, como na semita, ou de uma terceira raiz serve de modelo. Esses fenômenos lingüísticos refletem evidentemente a complexidade que experimenta a intuição da atividade do *eu*. Interpolam-se termos médios, como transporte da origem do ato à esfera do objetivo. Essa intuição da pluralidade de sujeitos que tomam parte em uma ação pode também se expressar de modo distinto, coparticipação ou formas diferentes de participação. Põe-se presente a forma cooperativa do verbo, ou da raiz cooperativa e social própria. Utilizam-se também de sufixos coletivos. Ou, ainda, a ação de reciprocidade. A reflexividade responde com rigor à presença de um só sujeito. Essa forma preenche o vazio da forma passiva. A voz média grega, daí seu rasgo filosófico, aponta com relevo essa consciência da subjetividade, ao fluir sobre o sujeito o mecanismo da ação. Os gramáticos hindus, para distinguir a voz ativa da média, criam uma expressão curiosa: voz ativa: uma palavra para o outro; voz média, uma palavra para si mesmo. A voz média sempre dissipa a imprecisão de que irremediavelmente se contém na voz ativa - transitividade ou intransitividade, reflexão ou irreflexão. Na verdade, a voz média se criou para indicar tudo o que passa na alma e no corpo do sujeito que fala. As Línguas, de fato, coincidem maravilhosamente ao incluir conteúdos como alegrar-se, entristecer-se ... Esses requintes de distinções no gênero do verbo podem ainda obter novas formas, ao se assimilarem em formas complexas, como causativo-passivo, reflexivo-causativo. Assim, a antítese subjetivo/objeti

vo não se prende a formas rígidas de esferas que se excluem. Ao contrário, lança-se num dinamismo de possibilidades. A Linguagem não exhibe simplesmente as formas. Percebe, antes, sua determinação recíproca. Cria o domínio da intermediação. E , com isso, persegue a unidade espiritual de significação.

2. Agora, trata-se de desenvolver o processo progressivo dos verdadeiros pronomes. Sua emergência na Linguagem, sem olvidar o componente originário e irredutível do sentimento do *eu* se atravessa de muitas dificuldades. A esência do *eu* , para Humboldt, consiste em ser sujeito. No pensamento e na fala, porém, todo conceito se converte em objeto em relação ao sujeito do pensamento e da palavra. Esta contração se resolve do mesmo modo como se resolveu na esfera nominal e verbal. Agora, entretanto, em nível superior. Dentro da esfera da expressão pronominal a designação do *eu* só se consegue contrapondo-a à designação do mundo objetivo. Mais: atravessando-a e indo além dela. Ainda nos casos em que a Linguagem conta com a idéia clara do *eu*, deve dar-lhe uma investidura objetiva. Justamente, na designação do mero objetivo.

Essa interferência de Humboldt encontra sua confirmação, quando se examina o modo pelo qual a Linguagem , a fim de expressar as relações pessoais, utiliza não os verdadeiros pronomes pessoais, mas os pronomes possessivos. A ideia de posse implícita nesses últimos ocupa de fato uma peculiar posição intermediária entre o campo do objetivo e do sub

jetivo. O que se possui é uma coisa ou um objeto. Algo que se dá a conhecer como mera coisa. Porque se revela como coisa, adquire um novo caráter, pois passa da esfera natural para a pessoal. O que aqui se põe manifesto é uma espécie de vivificação. É uma transformação de forma do ser no *eu*. O *eu* não se apreende a si mesmo espontaneamente. Intui-se na imagem do objeto de que se apropria. A expressão possessiva se revela clara na linguagem infantil. Ela se faz familiar. No entanto, na história da Linguagem, a indiferenciação entre o *eu* e o *meu* não é estranha. A diferenciação, realmente, só se põe, sem o rigor formal, contudo, na designação fonética. O infinitivo se vê incorporado do sufixo possessivo na Linguagem do primitivo — *eu caminho, meu caminhar* ... Essa peculiar expressão, entre outras, se funda na relação entre o *eu* e a realidade. Para Wundt, a persistência resulta da transitividade em que o sujeito e o objeto se dão imediatamente à Consciência. Todavia, psicologicamente, não se evidencia. Distinguem-se, certamente, o ato puro e o seu resultado. Entretanto, em relacionamento. O primeiro parte do centro à periferia. O segundo, da periferia ao centro.

Esta conexão entre o *eu* e o *não-eu*, expressa pelo possessivo, é particularmente estreita, quando o *não eu* não é simplesmente um objeto animado do mundo exterior. Mormente, quando pertence ao terreno onde interno e externo livremente se tocam e transitam. Os filósofos especulativos, nesse sentido, utilizam-se do corpo humano. Schopenhauer encontra-se entre estes. O *eu* e o *corpo* não se encontram em re-

lação de causa e efeito. A ação do Corpo não se distingue do ato objetivado da *vontade*. É a própria objetivação da *vontade*. A expressão da relação pessoal se funde com a denominação puramente objetiva. Realiza-se num todo indivisível. As línguas dos povos primitivos mostram esta particularidade. Na maioria das línguas dos índios americanos a parte do corpo nunca se designa com uma expressão geral. Determina-se mediante um possessivo. Não há expressões abstratas. Não se isolam de um corpo determinado. Precisam-se por determinações pessoais. Mais: utilizam-se de expressões distintas quando se referem a uma denominação geral ou particularizada. Esta fusão se estende sobre outros conteúdos, como seja a vinculação ao seu ser anímico-natural. Mesmo nas relações de parentesco. O pronome possessivo se faz presente. Se não há relação simples entre Sujeito e Objeto, há todavia graus distintos de objetividade, de acordo com a proximidade ou distância do *eu*.

Esta relação entre Sujeito e Objeto impõe ainda outra ordem. A característica principal do *eu puro* consiste em sua absoluta unidade. Nesse sentido, contrasta-se com o todo objetivo. Em sua forma pura, o *eu* não admite nenhuma possibilidade de diferenciação interna. Esta diferenciação pertence ao mundo dos conteúdos. Considera-se como pura identidade a Si mesmo. Schelling extrai daí toda consequência. Se o *eu* não é igual a si mesmo, se sua forma originária não é a da pura identidade — confundir-se-ia com a realidade objetiva. Conseqüentemente, ou se concebe o *eu* como forma originária da pura identidade, ou se torna inconcebível. A Linguagem,

porém, não pode chegar diretamente a esta intuição do *eu puro*. E, de forma transcendental e unitária. Nessa, a esfera pessoal surge da esfera positiva. A intuição da pessoa se liga à intuição da posse objetiva. E repercute na expressão do *eu*. De fato, meu braço me pertence de modo distinto. Não há uma relação direta. Tampouco, natural. Na esfera da posse, impõe-se também uma distinção. A Linguagem deve se ajustar a estas distinções. Estas distinções se dizem aos bens móveis e/ou imóveis do indivíduo. A Linguagem, assim, deve dispor de expressões diversas. O mesmo fenômeno está presente na emergência e desenvolvimento progressivo dos numerais. Números distintos se formaram para designar grupos distintos e grupos de objetos. Ao mesmo tempo, números que correspondam ao *meu* e ao *teu*. Empregam-se distintamente substantivos numerais e substantivos possessivos. O sufixo possessivo se impôs como recurso. A Linguagem, ao se utilizar do genitivo, encaminhou-se para a designação puramente formal das relações possessivas. E, com ela, para a apreensão imediata da uniformidade formal do *eu*. Esta expressão de posse, com suas raízes nas intuições concretas, converte-se em expressão de pertence. Muitas vezes, necessita de um sufixo especial para precisar a relação genitiva.

A Linguagem, não raro, se remete à origem da atividade. Nesse sentido, refere-se ao Sujeito ativo. Não se prende somente à atividade que se expressa na finalidade objetiva e em seu resultado. É o caso da determinação das pessoas encimando o verbo. O *Eu*, *Tu* e *Ele*, se desprendem na esfera do objetivo mais tangencialmente que o mero *Meu*, *Teu* e *Seu*. O

sujeito da atividade não figura como mera coisa entre coisas. É o núcleo vivo da energia da qual parte a ação. E, dela, recebe a direção. Têm-se habitualmente tentado distinguir, relativamente à ação verbal, os tipos de configuração lingüística. Se resulta da impressão, a expressão se converte em um simples "me parece". Se resulta de um fato, porém, a expressão se converte em domínio. Com a intensificação da expressão de atividade, a expressão do *Eu* adquire nova forma. A expressão dinâmica da representação do *Eu* se encontra mais próxima da concepção da pura unidade formal. E se afasta de sua expressão nominal e objetiva. De fato, o *Eu* se transforma em pura expressão de relação. O *Eu* se faz um ponto ideal. Na expressão de Kant, unidade sintética da representação. Nesse sentido, a representação do *Eu* é a mais precária. Vazia de conteúdo concreto, portanto. Entretanto, compensa-se por uma nova função e significação. E se faz a unidade transcendental da Apercepção. Indiretamente, retrata a sutil oposição entre o objetivo e o subjetivo. E, por vários caminhos e meios, determina sua conexão.

3. A ciência e a filosofia da Linguagem se inquietam sobre o seu momento originário. As palavras originam-se da expressão nominal, ou da designação verbal? As opiniões se contrapõem. E as alternativas ganham justificativas nos argumentos histórico-lingüísticos. E, mesmo, nos argumentos especulativo-gerais. Entretanto, se quietou nesta busca. A Lingüística Moderna abandonou o intento das origens. E, de fato,

desinteressou-se pelo segredo da criação da Linguagem. O conceito de raiz lingüística perdeu sua objetividade histórica. Converteu-se em produto da análise gramatical. As formas originárias se desativaram. Guardaram-se como formas do pensamento. Fizeram-se produtos da abstração. Reduziram-se a um número limitado de matrizes e tipos. E, a partir deles, para cada grupo lingüístico, fixaram-se as conformações lingüísticas. Max Muller, na trilha de Ludwig Noirés, intencionou realizar esta redução. Estes conceitos se ligavam a atividades humanas — tecer e trançar, coser e atar, cortar e partir ... Esta intenção, todavia, se perdeu. O conceito de raiz, tomado agora formalmente, envolveu-se do fático e do metodológico, para explicitar a ciência da Linguagem. Aqueles que, de todo, não dissolveram o conceito metodológico de raiz, obrigaram-se a abster da afirmação de sua verdadeira forma. As investigações empíricas da Linguagem impediram a retomada do processo da natureza e estrutura das raízes originárias. A tese da origem e do caráter verbal destas raízes toma, agora, novo impulso. O lingüista francês Raoul de la Grasserie, renovando a velha tese de Panini, guardado na história da Linguagem, se afasta das considerações metafísicas. A Linguagem, afirma, "emergiu da designação de conceitos verbais". E, fundada neles, avançou gradativamente para a designação de conceitos de coisas. As atividades e mudanças se percebem sensivelmente. E se dão como fenômenos. As coisas se encontram na base dessas mudanças e atividades. Elas só se apreendem, porque suportes, indiretamente. À semelhança do Pensamento, a Linguagem deve ir do conhecido ao desconhecido. Do percebido ao Pensado. Do fe-



nômeno ao *Noumenon*. Por isso, a designação do verbo e seus atributos precederam a designação das substâncias.

Esta surpreendente viragem do metafísico revela, claramente, uma debilidade metodológica. A demonstração se sustenta na quaternidade dos termos: o conceito de substância figura com duas significações diferentes, metafísica e empiricamente. Ao mesmo tempo, suporte e qualidade empírica, fenomênica. Epistemologicamente, o processo de demonstração perde sua força assertiva. Não há um ensinamento da epistemologia em que a idéia de atributo mutável seja anterior à idéia de "coisa-em-si", algo permanente. Ao contrário, o conceito de "coisa-em-si" e de seu atributo são condições igualmente legítimas e necessárias na estruturação do mundo da experiência. Distinguem-se, não como expressões de realidades dadas, e na ordem de sua sucessão, como formas e categorias que se condicionam, porém. Nesse sentido, o ponto de vista da permanência, o ponto de vista da "coisa-em-si", não se dá antes ou depois da mudança, mas justamente com ela. E vale inversamente. Recusa-se, portanto, a prioridade tanto dos conceitos verbais, como dos conceitos nominais. "É impossível pensar", afirma Wundt, "que o homem haja pensado meramente com conceitos verbais". Psicologicamente, é mais admissível acreditar que tenha pensado com conceitos nominais. A Linguagem da criança e dos povos primitivos, à primeira vista, parece sugerir tal empresa. Esta hipótese entranha a mesma deficiência da tese oposta. A questão só se resolve com tratamento crítico. E, de fato, instaura um dilema metodológico. No quadro da teoria,

reprodutora e da Linguagem, como designação superficial de determinadas distinções dadas na representação, é legítimo perguntar se o que a Linguagem destacou primeiro foram coisas ou atividades, estados ou atributos. Este tratamento, entretanto, oculta o fundamental. Esta distinção só tem lugar no espírito. E isto, na totalidade de suas funções. E aqui se coloca como algo substancialmente existente e permanente. O problema, na verdade, é outro: coisas e estados, atributos e atividades não são conteúdos dados na Consciência. São, antes, modalidades e direções de sua formação. Não se percebem e não se exprimem linguisticamente com esta percepção. As impressões sensíveis, indiferenciadas, se determinam na direção de uma ou outra forma de pensamento e da Linguagem. Essa determinação, objeto ou atividade, é que se expressa no labor espiritual da Linguagem. E não sua denominação de objeto e de atividade. É preciso, portanto, saber se o ato de denominação recai primeiro nas coisas ou nas atividades como determinantes em si da Linguagem. E se o ato encontra-se *sub specie nominis* ou *sub specie verbi*.

Em face dessa questão, não se pode tomar uma decisão apriorística. Ao não se conceber a Linguagem como uma reprodução unívoca de uma realidade univocamente dada, mas como um veículo do processo do Entendimento entre o *Eu* e o *Mundo*, no qual se definem os limites entre ambos, é evidente que esse problema admite uma multidão de possíveis soluções. O meio de comunicação entre o *Eu* e o *Mundo*, a princípio, não se determina perfeitamente. Existe e opera, configurando-se a si

mesmo. Por isso, não se pode falar de um sistema de categorias da Linguagem em termos rígidos. E, com a obrigação inelutável, de se recorrer a elas. Tampouco, de uma ordem e sucessão lógica e cronológica. Do mesmo modo, na reflexão epistemológica. Cada uma das categorias que se extrai e se contrasta com outras toma-se e se considera como um fator singular. E, de acordo com outras relações, revoluciona-se para outras configurações. Da compenetração desses fatores e das diferentes conexões, estabelecidas entre si, resulta a forma da Linguagem. E se concebe como forma de movimento, dinâmica. Por conseguinte, não existem antíteses absolutas. O interesse pode se voltar para um ou outro momento. Os acentos dinâmicos podem se dirigir para os conceitos de coisa e atributos, de estado e atividade, indiferentemente. Nesse movimento pendular, a criatividade da Linguagem transita livremente. Compreendendo esse processo, tal como ocorre em cada língua, se esclarece que, entre as classes de palavras que se distingue a análise gramatical não interagem em unidades rígidas e substancializadas. Delimitam-se, porém. A designação não se desprende do objeto. Ao contrário, do desenvolvimento progressivo do signo e da distinção dos conteúdos. E, daí, emergem perfis mais claros do Mundo, compreendido como totalidade de objetos e atributos, de mudanças e atividades, de relações espaciais e temporais.

Ao se considerar o caminho da Linguagem se orientando para a determinação, é de se crer que surge e

toma corpo a partir da relativa indeterminação. A história da Linguagem confirma esse fato. Quando mais se retrocede no desenvolvimento da Linguagem, percebe-se uma fase na qual as partes de um discurso, na forma e no conteúdo, não assumem uma diferenciação. Uma mesma palavra pode desempenhar funções distintas. Emprega-se como preposição ou como nome, de acordo com as condições particulares. A indiferenciação do nome e do verbo é a regra que determina a estrutura da maioria das línguas. As línguas das famílias indo-germânicas e semitas, na estrutura da oração, conseguiram distinguir as classes. Humboldt, relativamente à língua malaia, percebe que a fronteira é tão estreita que se tem a impressão estranha da ausência do verbo. A língua da Birmânia carece completamente de todas as designações formais para a função verbal. Por isso, não se sente sua força. O avanço progressivo da Linguística Comparada demonstrou que o que parece ser uma anomalia estrutural da Linguagem, é realmente um fenômeno geral e extensivo. Uma ou outra vez, encontra-se uma forma intermediária. Entretanto, não evidencia nitidamente uma separação. O seu manejo formaliza uma distinção. Conjugação e declinação confundem-se muito em sua configuração lingüística. Na conjugação passiva, há um paralelismo entre a expressão nominal e verbal. Análogas relações se fazem presentes nas designações de atividades e atributos. Um mesmo sistema de inflexão preside a um e a outro. Inclusive, as estruturas lingüísticas complexas e orações inteiras, ocasionalmente, se flexionam desse modo. Entretanto, comporta-se como indício do característico devenir em direção à forma. Nunca, como anomalia

lia ou amorfia. A indeterminação, assim, é um fator de sua essencial capacidade criadora interna. Contém a própria possibilidade de determinação. E, por assim dizer, liberta a língua, para se decidir por algumas dessas possibilidades.

Querer estabelecer um esquema geral desse desenvolvimento parece inócuo. A riqueza concreta, ao contrário, reside justamente na maneira particular de engendrar seu sistema de categorias. Não obstante, sem violentar essa pluralidade de formas, é possível reduzi-las a certos tipos fundamentais. Em algumas línguas ou grupo de línguas, desenvolve-se , com toda força, o tipo Nominal. A estrutura do Mundo intuitivo guiou-se pela intuição objetiva. Em outras, a construção gramatical e sintática se regeu pelo Verbo. Na estrutura estritamente nominal, há uma articulação rigorosa e universal , que permite uma expressão clara e auto-suficiente de uma pluralidade de determinações. No verbo japonês, por exemplo, é inesgotável a pluralidade de relações, sutilíssimas e minuciosas. E se expressam sinteticamente. Enquanto outras línguas utilizam-se de circunlóquios e cláusulas, o nome verbal sintetiza absolutamente. O japonês é uma língua informe por excelência. E, sem prejuízo da expressão e de seu matiz. O centro da designação se constitui pela existência da coisa. Toda expressão — atributos, relações e atividades — depende dela. Por conseguinte, de estrutura substancialista. Subtrai-se a presença do sujeito e do predicado, sua facticidade ou não - facticidade e interpõe apenas uma proposição de existência. A própria inexistência se concebe substancializada. Não exis-

te um não-vir, mas somente o não-ser e o não-estar presente do vir. A Linguagem, assim, acolhe exclusivamente termos de existência isolados, giros objetivos independentes. Mediante sua simples justaposição, expressa em forma direta, abre-se à grande quantidade de possíveis enlaces e de formas de enlace racionais.

A Linguagem, mesmo que não distinga originalmente o nome e o verbo, utiliza e acentua em sentido oposto a forma indiferenciada, acha-se em outra concepção espiritual. Nos casos examinados, toda determinação lingüística parte do objeto. Há, todavia, outras línguas que, com a mesma exatidão e nitidez, têm seu ponto de partida na designação e determinação do acontecer. Agora, não o nome, mas o Verbo é que aparece como verdadeiro centro da Linguagem. As relações, mesmo as do acontecer e da atividade, se convertiam em relações existenciais, agora se convertem em relações e expressões de acontecimento. No primeiro caso, a forma do devenir dinâmico arrasta para junto da forma da existência estática. No segundo caso, a existência também se concebe em conexão com o devenir. Essa forma do devenir, porém, não se perpassa pela forma pura do *Eu*. Em que pese seu dinamismo, possui uma configuração predominantemente objetiva e impessoal. Nessa medida, encontra-se na esfera da coisa. Entretanto, o centro da mesma se moveu de lugar. O acento da designação lingüística recai na mudança. O verbo, como expressão de mudança, ocupa o verdadeiro foco dinâmico. As relações se expressam agora na forma verbal do acontecer. A maioria das línguas dos índios americanos se ordena semelhante

mente. Entretanto, atendem mais à sua estrutura psicológica. Por isso, apresenta um método de configuração linguística muito próprio. Humboldt traça, com fidelidade, seu perfil. As relações, expressas em outras línguas na estrutura da oração, se expressam aqui pela complexidade da *palavra-oração*. A expressão verbal agrega as partes regentes e regidas da oração, sinteticamente. A oração, adverte Humboldt, se formaliza no verbo. Depois, prescinde-se dele. Na forma de representação dos mexicanos, o verbo não se concebe sem estas determinações complementares. Conseqüentemente, se não se inclui nenhum objeto determinado, a língua agrega um afixo indeterminado, ou para pessoas, ou para coisas. O método de incorporação condensa assim todo o conteúdo do enunciado, numa única expressão verbal. Quando não se torna possível, pela complexidade do enunciado, utiliza-se de recursos que sinalizam as partes isoladas da oração. Nesse sentido, o verbo contém o esquema geral da construção. A oração se elabora de uma só vez como forma unitária. A Linguagem elabora um todo que é formalmente completo e auto-suficiente. Mesmo relativo ao indeterminado, a Linguagem encontra meios de o determinar.

Posteriores investigações modificaram estes traços do processo de incorporação. Ele não se submete apenas a uma forma. Sofre de particularidades, em cada língua. Entretanto, não modificam sua peculiar forma de pensar. Compara-se à elaboração de uma fórmula, em imagem emprestada da matemática. Encontram-se indicadas as relações quantitativas universais. Os valores particulares, porém, permanecem indeter-

minados. A fórmula representa, como expressão unitária, as ligações universais, de magnitudes. A aplicação permite elucidar as relações particulares. Analogicamente, a palavra-oração se antecipa anteriormente. Entretanto só se completa com a incorporação dos indefinidos. O verbo, como designação do acontecer, se debate para reunir em si mesmo a totalidade viva do significado. Paradoxalmente, quanto mais alcança seu intento, vê-se no risco da dispersão do material sob seu controle. Em torno do núcleo verbal, tece-se uma rede de termos, como indicativos de modalidades e tipos de ação. A expressão da ação não aparece como genérica. Na verdade, são expressões individualmente determinadas, inseparavelmente unidas. A ação, contudo, se capta como um todo intuitivo concreto. A unidade do acontecer e a unidade do sujeito, dificilmente, se retêm com precisão lingüística. A Linguagem alcança apenas o conteúdo do acontecer. Aquele que participa da ação parece olvidado. A flexão do verbo se rege pelo objeto da ação. O verbo transitivo se flexiona em obediência ao objeto direto. Desse modo, o objeto gramatical da oração se converte em sujeito lógico. A estrutura da oração e o todo da Linguagem toma o verbo como ponto de partida. Entretanto o verbo permanece dentro da esfera da intuição objetiva. A Linguagem, assim, expressa o curso do acontecimento. A energia do sujeito se olvidada.

Esta intuição básica começa a se modificar nas línguas que desenvolverão uma configuração puramente pessoal. Essa configuração se liga estreitamente ao enlace sintético da



expressão verbal com os pronomes pessoais. Não se trata, porém, de uma mera fusão. Com o desenvolvimento dos pronomes pessoais, cindiram-se claramente as esferas do objetivo e o subjetivo. Não obstante, no processo da Linguagem se ajuntam em uma nova unidade. Ao se aceitar esta unidade na expressão do verbo, obriga-se a concluir que esta unidade decorre da vinculação do verbo com os pronomes pessoais. O ser atual, caracterizado pelo verbo na representação gramatical, não se exprime em si mesmo. Expressa-se como um ser com uma determinada modalidade, num tempo e pessoa determinados. E se concebe com certos atributos. Não corresponde esta ligação ao estado originário. Resulta, antes, do desenvolvimento da Linguagem. E, tardiamente. Isto se torna claro, quando se observa a distinção entre a transitividade e intransitividade. No segundo caso, onde se expressa puramente um estado e uma paixão, se faz presente por uma vocalização diferente. Este simbolismo fonético serve aqui para expressar o processo fundamental que se manifesta claramente na formação da Linguagem. Mostra como o *Eu* se apreende a si mesmo na contrafigura da ação verbal. Mais: como se diferencia com maior precisão. O *Eu* se encontra a si mesmo e compreende a posição especial que ocupa.

## C - A LINGUAGEM COMO EXPRESSÃO DO PENSAMENTO CONCEITUAL

1. A conceituação estabelece, mais de perto, o ponto de contato da Lógica com a Filosofia da Linguagem. Parece fundir-se numa unidade inseparável. A análise lógica do conceito, em última instância, se converte no exame de palavras e nomes. O nominalismo conseqüente reduz os dois a um único problema. O conteúdo do conceito se dissolve no conteúdo e forma da palavra. A verdade advém de uma determinação lingüística. A verdade tem sua consistência na palavra, e não na realidade. A concordância se tem de encontrar é na conexão dos signos. De modo especial, dos signos fonéticos. O pensamento completamente puro, mudo, não conheceria a oposição entre o falso e o verdadeiro. Ela se presentifica na Linguagem. Nesse sentido, a questão do valor e da origem do conceito se remete necessariamente à questão da origem da palavra. Investigar a gênese das significações e classes de palavras parece ser o único meio para entender o sentido imanente do conceito. Mais: para enten-

der sua função na estrutura do conhecimento.

A solução nominalista, entretanto, é uma falsa solução. Perde-se num círculo vicioso. Ainda que a Linguagem deva oferecer a explicação última da função conceitual, não pode se abster desta função. E o círculo vicioso não se interrompe. A doutrina lógica tradicional funda o conceito pela via da abstração. Emerge como uma nota comum dos objetos. E, porque possui determinadas notas, se divide em classes e famílias, espécies e gêneros. Sem dúvida, nessa aparente evidência reside precisamente o problema mais difícil da formação da Linguagem. Estas notas em que se dividem as coisas em classes se dão anteriormente na formação da Linguagem, ou se proporcionam só e a través da Linguagem? A teoria da abstração, aponta Sigwart, se esquece que, para reduzir um objeto representado em suas notas individuais, se necessita de juízos. E estes são representações gerais, conceitos. Esquece-se, outrossim, que estes conceitos, em última instância, devem ser conhecidos de outra maneira, visto que eles fazem possível este processo de abstração. Mais: que este processo da comparação e abstração tem o seu campo limitado; E, tacitamente, dispõe de um critério de unificação. E o critério é o da semelhança. Ou porque tem um determinado conteúdo comum, ou porque já existe uma idéia geral. Toda teoria da formação dos conceitos pela comparação e abstração só tem sentido se apresenta o problema de indicar o que há de comum entre as coisas designadas com a mesma palavra do uso linguístico. Nesse sentido, aclara assim o verdadeiro significado da palavra. Ao dar o conceito de animal, tem-se a pretensão de

incluir a todos. Já se dispõe do conceito. Se é praticável e frutífera, é uma outra questão! De fato, a teoria da abstração resolve a questão da forma conceitual, recorrendo, consciente ou tacitamente, à forma lingüística. E se socorre de outro campo. O processo de abstração trabalha sobre os conceitos já determinados e designados, classificados lingüística e mentalmente. Agora, como se chega a esta classificação? Quais são as condições desta formação primária que se opera na Linguagem e que constitui a síntese do pensamento lógico? Por que via a Linguagem consegue escapar do fluxo heracliteano? Aqui reside o autêntico segredo da predicação lógico-lingüística. O começo do pensamento e da Linguagem não se encontra na captação e denominação de qualquer diferença dada na sensação ou na intuição. Encontra-se, porém, no traçar limites. No efetivar de certas separações. No ordenar enlaces, em virtudes dos quais surgem do fluxo sempre idêntico da consciência formas individuais claramente definidas. A Lógica encontra o lugar de nascimento do conceito na clara delimitação do conteúdo significativo da palavra. Na fixação unívoca do mesmo por determinadas operações intelectuais, como a definição que cobre o gênero e a diferença específica. Entretanto, para buscar sua origem, deve retroceder a um estrato mais profundo. Deve prescrutar os critérios de enlace e separação que operam no processo de formação das palavras. Estes são decisivos para agrupar todo o material da representação nas classificações lingüísticas.

A tarefa primeira da conceitualização não é, como crê a Lógica, generalizar cada vez mais a representação. Ao

contrário, é progressivamente particularizá-la. Do conceito se exige a universalidade. A universalidade, entretanto, não é um fim em si mesma. Serve apenas como veículo para alcançar a verdadeira meta do conceito. E dele se requer a precisão. Antes que os conteúdos possam se comparar entre si e ordenados em classes, de conformidade com sua semelhança, devem ser determinados como conteúdos. Torna-se, portanto, necessário o ato lógico da afirmação e diferenciação. As incisões, pelo ato lógico, surgem no fluxo contínuo da consciência. E se detêm no repouso. O rendimento ordinário e decisivo do conceito não é a comparação das representações. Tampouco, sua classificação. É sobremaneira a conformação das impressões em representações. Entre os lógicos modernos, mormente em Lotze, é visível esta conexão. Entretanto este não conseguiu libertar-se da tradição lógica. Sua teoria do conceito parte do princípio de que o ato do pensamento não consiste no enlace das representações. É necessário primeiro submeter-se a um processo de conformação para se converter em material lógico. Este primeiro momento se efetua na formação da Linguagem. Em razão disso, não se constitui uma tarefa própria do pensamento. É antes um dos pressupostos evidentes. Na verdade, se se faz omissão das interjeições e expressões de excitação, a criação das palavras da Linguagem implica a forma fundamental do pensamento, a forma da objetivação. Trata-se apenas de fixar o conteúdo para o conhecimento e caracterizá-lo como algo idêntico a si mesmo e repetitivo em meio à mudança de impressões. Conseqüentemente, através da objetivação lógica que se opera na criação do nome,

o conteúdo denominado não ganha uma realidade exterior. É somente o mundo do pensável. Atribui-se a ele a primeira instância de algo propriamente existente e de uma legalidade interna que é a mesma para todos os pensantes. Independente deles, porém.

Outras denominações se acrescentam. Cada qualidade individual não só possui em si mesma um *quid* idêntico, uma composição específica, mas se relaciona com outras qualidades. Essa relação não é arbitrária. Apresenta uma forma peculiar, objetiva. Contudo, sobre ser objetiva, não se pode contrapor-la a conteúdos individuais como algo independente e separável. Ao contrário, só se pode encontrá-la através desses. Ao se estabelecer, porém, a fixação e denominações desses como conteúdos, agrupando-os em série, parece que se extrai deles algo comum que se especifica nos membros da série e se manifesta em todos eles, ainda que cada um ofereça uma diferença peculiar. Não obstante, como observa Lotze, esse primeiro universal é distinto essencialmente dos conceitos genéricos da Lógica. Comunica-se ao outro o conceito geral de animal, obrigando-se efetuar uma série precisa de operações mentais de enlace, separação ou relação, sobre um número de representações isoladas que se supõem conhecidas. No final dessas operações, estará presente na consciência o mesmo conteúdo que se quis comunicar. Não é possível esclarecer, por esse caminho, em que consiste o azul genérico que se implica nas representações de azul claro e de azul escuro. Pelo que se sabe, nossa sensação sempre capta um matiz determinado,

com determinada intensidade. Quem se dirige a apreender o geral da cor sempre se deterá no que oferece a si a intuição que é sempre determinada. Palavras como cores e tons, na verdade, são designações de problemas lógicos que não se cerram numa representação. Através das intuições, a consciência se dá o trabalho de representá-las e compará-las, mas contidas nelas. O primeiro universal de Lotze pode ser chave para esclarecer a forma originária da conceituação que se encontra na Linguagem. A tradição lógica, como mostra a exposição de Lotze, se encontra diante de um dilema. A Lógica tradicional acredita firmemente que o conceito deve se orientar para o universal. O seu rendimento se acha nas representações universais. Entretanto esse esforço não se efetiva de forma igual. Impõe-se uma distinção que se obrigue a reconhecer uma dupla forma do universal. Uma, na qual só aparece na forma de uma relação; outra, na qual emerge explicitamente na forma de uma representação intuitiva independente. A partir desse momento, se requer somente um passo para se inverter a relação: considerar a relação constante como verdadeiro conteúdo e fundamento lógico do conceito e se deter na representação do universal como acidente psicológico do conceito. Lotze não deu esse passo. Mas, em lugar de fazer uma distinção clara e de princípio entre a exigência de determinação e a exigência da universalidade, se detém em universalidades primárias que se orientam para o conceito. Duas formas do universal: um primeiro e um segundo universais. De sua exposição, só tem de comum o nome, distinto, porém, em sua estrutura lógica. A relação de

subsunção, considerada pela lógica tradicional como veículo que permite a conexão do universal com o particular, o gênero com as espécies e os indivíduos, não se aplica aos primeiros universais de Lotze. O azul e o amarelo não se comportam como particulares a respeito da cor, ainda que a cor se exprima através deles, e de seus outros matizes, e só se concebe nessa totalidade. Desse modo, a respeito da Lógica Geral, se faz presente uma distinção, que se encontra também presente ao longo de toda formação dos conceitos lingüísticos. Antes de passar à generalização e à subsunção do conceito, a Linguagem necessita de outro tipo de conceituação, puramente qualitativa. Nela, a denominação não se faz a partir do gênero. Refere-se, entretanto, a qualquer propriedade apreendida em um conteúdo intuitivo. A tarefa do espírito não consiste em subordinar o conteúdo a outro conteúdo. Consiste em destacá-lo como um todo concreto e indiferenciado, até que seja particularizado. Ressalta um de seus elementos constitutivos e o submete a exame. A possibilidade da denominação descansa nessa concentração da perspectiva espiritual: a nova marca que o pensamento imprime no conteúdo é a condição necessária de sua designação lingüística.

Para essas questões, a filosofia da Linguagem criou um conceito característico -- a forma interna -- de uso ambíguo, que em lugar de oferecer uma determinada solução parece antes constituir-se em um de seus mais difíceis e controvertidos problemas. Humboldt recorre ao conceito de forma interna. E, de fato, passou a ser uma recorrência habitu-



al. A forma interna é uma lei específica de cada língua que a faz distinta das demais, no nível da conceitualização. É um conceito permanente e uniforme do labor do espírito para fazer do som articulado uma expressão de idéias. E, nesse sentido, se acredita ter captado, em seu contexto, a expressão toda. Ao mesmo tempo, tê-la exposta sistematicamente. Em Humboldt, essa determinação não é unívoca. A forma, às vezes, se representa e se expressa nas leis da concatenação linguísticas. Outras, na formação das palavras primitivas. Conseqüentemente, como argumenta Humboldt, em sentido morfológico ou semântico. Ou se predica da relação que guardam na formação da Linguagem as categorias gramaticais, como o verbo e o nome, ou remete à origem mesma dos significados das palavras. Inequivocamente, para Humboldt, o ponto de vista da semântica é preponderante e decisivo. O fato de cada língua dispor de uma forma interna particular significa que, ao eleger suas designações, a Língua não simplesmente expressa os objetos percebidos mas se determina também pela atitude espiritual, pela visão subjetiva dos objetos. A palavra não é a simples cópia dos objetos, mas denuncia a imagem dos mesmos criada no espírito. Nesse sentido, palavras de línguas diferentes não são sinônimas. Seu significado, rigorosamente, não se encerra numa definição que guarda a objetividade. Sem dúvida, é um modo específico de significação que se expressa na síntese em que se funda a formação dos conceitos linguísticos. Assim, a lua (*Mēv*) em grego, guarda a significação de mensuradora; em latim (*luna*), a significação de cintilante. No entanto, trata-se da mesma intuição sensível. A

maneira como se efetua essa determinação em cada língua, porque se trata de processo complexo do espírito, parece não ser susceptível de uma descrição geral. Não sobra, portanto, outra alternativa que se colocar em face da intuição imediata das línguas. E, por sua vez, abandonar a descrição abstrata e generalizada. Sem embargo, a análise filosófica jamais pode pretender captar a especificidade subjetiva que se guarda na expressão. Esta se mantém como problema. Assim como as línguas se distinguem entre si pela cosmovisão que as caracteriza, existe também uma cosmovisão da Linguagem que se distingue de toda outra forma espiritual. Esta se aproxima da forma de conhecimento e, ao mesmo tempo, dele se afasta.

A conceitualização lingüística se distingue principalmente da forma estritamente lógica. Na primeira, a consideração e comparação dos conteúdos não goza um papel decisivo; nela, se fazem presentes motivos dinâmicos que se geram na reflexão. Os conceitos lingüísticos estão na fronteira entre ação e reflexão, entre atividade e contemplação. Sempre se põe presente um interesse ativo pelo mundo e sua configuração. A Linguagem, para Herder, é íntima da natureza. É um panteon. Um reino de seres viventes e animados. De fato, é um reflexo da própria vida e da atividade. E não uma presa do mundo circundante. E, nisso, guarda uma correlação com a primitiva imagem mítica. Quando a vontade e a atividade do homem se dirigem a um ponto e a consciência se solta e nele se concentra, o homem está maduro para o processo da designação. Na corrente da consciência, que parecia fluir uniformemente, sur

gem repentinamente ondulações. Formam-se conteúdos dinâmicos. Abrem-se coordenações que tornam possível a obtenção de características lógico-lingüísticas e a reunião de determinados grupos. E estes servem de base para a estruturação lingüística qualitativa.

Essa direção geral já se processa nos sons sensíveis da excitação, o grito. O grito de modo e dor pode se colocar na linha direta das interjeições. Entretanto, significa um passe adiante. Ele não só exterioriza uma impressão sensível, mas já exprime uma intencionalidade da vontade determinada e consciente. A consciência não se encontra sob o signo da mera reprodução, mas da antecipação. Não permanece no dado e momentâneo, mas avança para a representação do futuro. O som não se acompanha simplesmente de um estado interno da excitação; opera antes como um fator que intervém no acontecer. A mudança desse acontecer é provocada. Opera como órgão da vontade. E se desembaraça da imitação. No desenvolvimento da criança pode-se observar esse fato. Na época em que se processa esse desenvolvimento em sua linguagem, o grito importa em uma diferenciação. Inarticulada, mas como emergência de desejo. O som se dirige para determinados conteúdos que se distinguem de outros. E prepara assim uma primeira forma de objetivação. Praticamente, toda humanidade percorreu o mesmo caminho em sua evolução progressiva rumo à Linguagem, se se aceita a teoria de Geiger e Noiré. Segundo eles, os sons originais da linguagem não partiram da intuição objetiva do ser, mas da intuição subjetiva da atividade. De acordo com essa teoria, o fonema só

se plenificou para expressar o mundo das coisas na medida em que esse mesmo mundo foi se configurando gradualmente, partindo da esfera do trabalho e da criação humana. Para Noiré, a forma social do trabalho é que fez possível a função social da Linguagem, como meio de entendimento. Se o fonema fosse apenas a expressão de uma representação individual formada na consciência de cada um, permaneceria nos limites dessa consciência. E dela não se libertaria. Não haveria nenhuma ponte possível entre o mundo representativo e fonético de um sujeito para outro sujeito. Como a Linguagem não se origina da atividade isolada, mas da atividade comunal do homem, tem portanto um sentido verdadeiramente comunitário. Como comunidade dos sentidos, a Linguagem só pode surgir da simpatia na atividade. A Linguagem e a vida racional brotaram da atividade comunal orientada para uma finalidade comum. Brotaram do trabalho remoto de nossos antepassados. Em suas origens, o fonema acompanha a atividade comum como expressão do sentimento da comunidade. Não haveria nenhuma outra possibilidade de captar comumente, nem de designar tudo - sol, lua, árvore, animal ... - senão a atividade comunitária. Todas as coisas ingressam na perspectiva humana, convertem-se em coisas, na medida em que se envolvem da humana atividade, recebendo os seus nomes, suas designações.

A demonstração empírica, em que se apóia a tese de Noiré, pode ser facilmente refutada. A forma original das raízes da Linguagem, como das primeiras palavras humanas, é tão hipotética e duvidosa, como a suposição de um pe -

ríodo radical originário da Linguagem. Ainda que partindo desse ponto se renuncie a penetrar no segredo metafísico da Linguagem, o exame da forma empírica das línguas mostra como suas raízes fundem-se na esfera do trabalho e da atividade, como em sua verdadeira terra natal e nutritiva. Essa conexão ressalta claramente nas línguas dos povos primitivos e nas línguas cultas, quando se sai do círculo dos conceitos gerais, para se deter no desenvolvimento das línguas de ofício em diversos campos da atividade humana. Usener afirma que a estrutura peculiar dessas linguagens de ofício têm um fator comum que é o característico próprio da linguagem mítico-religiosa. O círculo de "deuses especiais, como os dos "nomes especiais", individuais e particularizados, é abandonado gradualmente à medida que o homem progride a atividades mais gerais. Com a crescente generalidade de sua atividade, uma consciência mais geral da mesma adquire. E se eleva a conceitos lingüísticos e religiosos verdadeiramente universais.

O conteúdo desses conceitos e o princípio que determina a sua estruturação se fazem mais inteligíveis quando se capta seu sentido teleológico. As palavras da Linguagem não são a reprodução de determinados modelos fixos da natureza e do mundo das representações, mas indicam direções e lineamentos do próprio determinar. Aqui a consciência não goza passivamente das impressões sensíveis. Ela adentra essas impressões. E as plenifica com sua vida interior. Mais: o que se torna significativo, dizendo a ela, recebe uma significação. E goza de uma linguagem. O princípio de sua formação, por

tanto, se caracteriza por uma seleção. A abstração não ocupa o primeiro termo da formação lingüística conceitual. Na Linguagem, as distinções presentes à consciência, dadas na sensação ou na representação, não se fixam como se fosse uma marca na virtude do signo fonético. Em primeiro lugar, põem-se presentes as linhas de sua delimitação. É de sua atividade que surgem as tônicas e as dominantes da expressão lingüística. A luz não jorra da esfera do objeto para a do espírito. Antes, ela se estende progressivamente do foco da atividade. O mundo da percepção, assim, se vê iluminado pela atividade. E se converte em o mundo intuitivo e lingüisticamente formado. Nesse processo, a formação da Linguagem se estreita com o pensamento e a representação míticas. E, ao mesmo tempo, conserva uma orientação independente, uma tendência espiritual que lhe é própria. À semelhança do Mito, a Linguagem parte da experiência e da forma da atividade pessoal. Entretanto, diferente dele, dá à realidade uma nova forma que se contrapõe à mera subjetividade da sensação. Na Linguagem, o processo de vivificação e o de determinação se fundem para formar uma unidade espiritual. Nessa dupla direção, interna e externa, engendra uma forma e se delimita.

Não basta porém se prender a esse esquema teórico da conceituação lingüística. É preciso, portanto, salientar os seus detalhes. Nesse sentido, é preciso acompanhar o itinerário de uma atividade puramente qualificativa para uma atitude generalizadora. E perceber a passagem do sensível-concreto ao genérico-geral. A comparação da configura-

ção lingüística dos conceitos entre as línguas desenvolvidas e as dos povos primitivos ressalta uma diferenciação das intuições básicas. As dos povos primitivos procuram ater à intuição das coisas e se esforçam para expressar as propriedades distintivas das coisas. E, ao mesmo tempo, as particularidades do acontecimento. Nesse sentido, possuem uma riqueza de expressão inusitada. As relações espaciais ganham mais evidência. E essa evidência não é estranha a outros pontos de vista, influenciando na escolha da expressão. As atividades ganham diferenciação vocabular conforme o modo em que se perfaz, como o lavar (as mãos, o rosto e os hábitos) e o alimentar (de animal ou de vegetal). Esse fenômeno não é estranho nas línguas mais desenvolvidas, como no árabe, onde há uma riqueza de termos para cada uma das variadas plantas e animais (camelo: macho e fêmea, idades, formato físico).

Evidentemente, não se trata de uma proliferação accidental. Resulta, porém, de uma tendência básica da conceituação lingüística, em suas repercussões características. Esse fenômeno recebeu um tratamento especial de Hermann Osthoff. Ele o qualificou de fenômeno supletivo. No sistema morfológico e de flexão das línguas indo-germânicas, encontra-se um fenômeno que consiste em que determinadas palavras e formas de palavras não se formam de uma mesma raiz lingüística. Junto à formação regular da conjugação e a comparação do adjetivo, encontram-se casos de exceção, à primeira vista de transgressões arbitrárias (Latim: *foro*, *tuli*, *latum*, *ferre*), que resultam de raízes diferentes. Osthoff conse -

guiu descobrir a lei que rege essas exceções. Ele atribui a um estrato anterior na formação da linguagem, na qual a atitude individualizadora se impôs sobre a atitude agregadora. Esse predomínio subsistiu quanto mais próxima do círculo natural de representação do homem e de suas atividades interessadas. De fato, esses conceitos, mais próximos da sensibilidade e mais imediatos do interesse, para os quais as línguas dos povos primitivos oferecem a máxima multiplicidade e variedade, são aqueles em que se desenrolam, na língua mais evoluída, os fenômenos supletivos. *Ir, vir, caminhar, correr* e os verbos *comer, golpear, falar* dispõem de variada particularização. A rigor, pode-se falar de uma direção geral da conceituação linguística. Mesmo de uma tendência individualizadora original na linguagem. A denominação, por certo, se estende sobre a captação puramente individual. E, em certo sentido, a ela se opõe. A generalidade que se expressa nos conceitos linguísticos possui distintas dimensões. Ao se representar a totalidade do mundo intuitivo como um plano uniforme do qual se extraem determinadas figuras em virtude do ato de denominação, separando-as daquilo que está ao redor, esse processo de determinação só afeta uma parte estreitamente limitada desse plano. Não obstante, o plano se corre progressivamente por uma rede de denominações cada vez mais espessa. Cada palavra tem o seu raio de ação relativamente limitado. Sua força se extingue nesse limite. Não conta com a possibilidade de voltar a reunir uma pluralidade e diversidade de esferas de significação em um novo todo linguístico.



E este se designa por uma forma unitária. O poder de configuração e de diferenciação que se contém em cada palavra começa a operar. Efemeramente, todavia, chega ao seu termo. Com novo e independente impulso, põe-se a descoberto uma nova esfera da intuição. Somando os diferentes impulsos isolados, dos quais cada um opera por si mesmo e independentemente, se chega invariavelmente a unidades coletivas. Entretanto não se tornam genéricas. A totalidade da expressão lingüística, alcançada aqui, constitui um só agregado. Não tem, porém, a força de um sistema articulado. O poder de articulação se esgota nas denominações isoladas. E não ganha uma maior extensão.

A Linguagem, porém, dá um passo a mais para a universalidade genérica quando, em lugar de conformar-se a determinadas esferas da intuição, liga essas denominações. E a homogeneidade resultante se traduz claramente na forma lingüística. O afã de estabelecer a conexão entre o som e a significação, coordenando os conceitos com seus correspondentes, indica o passo da conceitualização qualitativa à classificatória. Esta última se dá em sua forma mais simples. Indica apenas que grupos de palavras distintas formam uma unidade, mediante um sufixo ou prefixo comum. A significação particular que corresponde a cada palavra se completa ao se agregar a um elemento comum. Com isso, revela sua relação com outras palavras da Linguagem. O sufixo-classificatório permite essa relação, como se observa nos nomes indo-germânicos que designam parentesco, por exemplo, a terminação comum *tar* (*ter*, do latim): pitar, matar ... E os une em uma série cerrada. E os

identifica como palavras de um mesmo conceito, que não ganha unidade independente fora da série. Mais; sua significação se esgota nessa mesma função. Seria errôneo, contudo, desconhecer que essa operação da Linguagem é puramente mental, lógica no sentido estrito. A teoria lógica do conceito indica claramente que o conceito serial não é inferior ao conceito genérico, em força e importância. Aliás, constitui um fator essencial e um elemento integrante do conceito genérico. O princípio que rege essas configurações da Linguagem ressaltava imediatamente essa realidade. Não se faz justiça ao conteúdo espiritual desse princípio se se atém somente à lei psicológica de mera associação analógica. O curso casual das associações, sempre variável de caso a caso, de indivíduo a indivíduo, não basta para explicar o fundamento e origem das categorias lingüísticas, nem o fundamento da lógica. A única maneira de conceber psicologicamente o processo de formação dos nome indo-germânicos para o parentesco, como observa Wundt, consiste em supor, entre um e outro, uma associação de representações e sentimentos. Desta originou uma assimilação dos elementos fonéticos da palavra que não serviam para expressar o conteúdo particular da representação. Assim, por via da assimilação associativa, surgiu o signo fonético comum. Por isso, o conceito de afinidade dos objetos não é anterior à formação dos elementos determinativos. É inteiramente simultâneo a ele. Na expressão da afinidade, fundem-se certos sentimentos concorrentes. Não se estabelece pela comparação. Qualquer que seja o motivo psicológico original, a reu-

nião representa um ato lógico independente, com sua forma lógica peculiar. Uma determinação que permanece na esfera do sentimento não pode por si criar uma determinação objetiva. Certamente pode haver uma associação entre conteúdos da consciência, mesmo entre os heterogêneos, mas não induz a uma espécie de homogeneidade criada ou postulada pelos conceitos lógicos e lingüísticos. Mais: o sentimento pode entrelaçá-lo. Entretanto não explica suficientemente o fato de que determinados conteúdos se agrupem em determinadas unidades. Para isso se requer, de um ponto de vista racional da comparação, que se identifique nas séries lingüísticas, ainda que se expresse na forma de sufixo classificatório, e não na forma de conceito ou substantivo independente. A Linguagem, quando expressa a circunstância de que determinados conteúdos se relacionam genericamente, serve como veículo do progresso intelectual, independentemente de que consiga ou não captar e designar em que consiste esta relação. Aqui se antecipa um problema que só encontra sua solução no conhecimento científico: converte-se, por assim dizer, em uma presunção do conceito lógico. Este último não se conforma em estabelecer uma coordenação e uma afinidade de conteúdos, mas pergunta pelo *por quê* da coordenação. E trata, na verdade, de apreender sua lei e seu fundamento. A análise das relações entre conceitos conduz à sua definição genética, ao estabelecimento de um princípio do qual se originam como casos particulares. A Linguagem, porém, não se eleva a este nível de consideração, nem em seus conceitos classificatórios, nem nos qualificativos, tampouco nos genéricos. Entretanto, prepara o terreno criando o primei

ro esquema geral de coordenação. Este esquema abarca bem pouco da afinidade objetiva dos conteúdos. Entretanto, fixa o aspecto subjetivo do conceito. E o apresenta como problema. De fato, a descoberta do problema do conceito consistiu historicamente em guindá-lo como problema lógico. A expressão sócrática do conceito *tí esti* origina-se do seguinte: a indução, em virtude da qual Sócrates conduz-se ao conceito, consiste em partir da unidade provisória e presuntiva da palavra, para alcançar a partir dela a forma determinada e definitiva do conceito lógico. Nesse sentido, as coordenações e classificações da Linguagem, pelo seu caráter de subjetividade, entra-nha uma certa idealidade, uma orientação para a unidade objetiva da idéia.

2. A tarefa de descobrir as distintas formas de conceituação e classificação que operam em cada língua, e em seus motivos espirituais, escapa ao campo e à possibilidade metódica da filosofia da Linguagem. Uma vez realizada, só pode ser empreendida pela Linguística geral e pelas ciências especiais da Linguagem. Os caminhos da classificação linguística são tão intrincados que só pela minuciosa submersão e introjeção nos detalhes de cada língua é possível chegar ao seu esclarecimento. A classificação constitui um momento essencial do desvelamento da forma interna, peculiar de cada língua. Um esquema rígido e abstrato não pode oferecer, em meio

a uma rica e variada conformação espiritual, um empreendimento definitivo. Pode, sem dúvida, ressaltar certos pontos de vista gerais do procedimento lingüístico em suas classificações e coordenações. O princípio condutor poderia ser o trânsito progressivo do concreto ao abstrato, determinante da evolução da Linguagem. Entretanto, não se olvida que se trata de uma estratificação metodológica. Numa forma histórica dada da Linguagem, os estratos obedecem a um corte, mentalmente separado, que não exclui uma justaposição, superposição ou entrelaçamento.

A comparação e a coordenação, partindo da semelhança da impressão sensível, se encontram no nível mais baixo da escala espiritual. As línguas dos povos primitivos oferecem muitos exemplos desse procedimento de coordenação. As coisas mais diferentes, em seu conteúdo, podem ser agrupadas em uma classe pela simples analogia em sua forma sensivelmente perceptível (os prefixos espaciais para objetos que se caracterizam pelo seu formato redondo, na língua indígena americana). De acordo com essa tendência, as expressões para sol e lua se incluem no mesmo grupo lingüístico das expressões que designam a orelha humana, por exemplo. Em outro estrato completamente distinto, em lugar de partir da mera semelhança perceptível, incluem-se objetos de acordo com seu tamanho, número, posição e situação (o banto, por exemplo, utiliza um prefixo particular para designar coisas enormes). Distingue ainda entre objetos que normalmente aparecem como membros de uma pluralidade coletiva, e mesmo os que se encontram entre pares, como duplamente presentes. Mais: o curioso prefixo intermediário de divisão, para coordenar as partes com a totalidade, por exemplo :

corpo humano. Em algumas línguas, a divisão das partes do corpo é utilizada como esquema permanente, ajustando a visão total do mundo e sua estrutura. Nos sistemas de classificação mais desenvolvidos, como o banto, a intuição global alcançou um grau de evolução que não se encerra nas distinções sensíveis. A linguagem, por isso, demonstra uma força para apreender a totalidade de ser, tomada como totalidade espacial, na qualidade de um complexo de relações. O sistema graduado de prefixos locativos dos quais se serve a língua banto se designa a distância variável do objeto relativamente a quem fala. As múltiplas relações espaciais, como interpenetração, justaposição e separação, começam a tomar uma configuração sistemática. A Linguagem parece construir formalmente o espaço como multiplicidade determinada de diversas maneiras. Já se manifesta uma propensão e impulso para a organização. É verdade que o objeto permanece na esfera do ser intuitivo, mas o princípio o supera e aponta para novas e peculiares formas da síntese do múltiplo.

Baseia-se na essência da Linguagem o fato de que cada uma dessas síntese não se esclarece por pontos de vista teóricos. Está sempre presente o imaginativo. A conceituação lingüística não aparece tanto como um produto da comparação e do enlace lógicos dos conteúdos percebidos, mas como um produto da fantasia da Linguagem. A forma de agrupamento nunca se determina pela similitude objetiva dos conteúdos isolados; segue também à imaginação subjetiva. Os motivos que guiam a Linguagem em suas classificações se relacionam estreitamente com as formas conceituais e classificações mitológicas -

cas primitivas. A Linguagem, como forma espiritual geral, se encontra no limite entre o Mito e o Logos, na intermediação entre a visão teórica e a estética do mundo. A forma de classificação lingüística mais próxima e usual, a divisão dos nomes em três gêneros (masculino, feminino, neutro) se carrega de motivos semimitológicos e semi-estéticos. Por acreditar que a força e agudeza da análise lógico-gramatical ganhavam maior sutileza da intuição artística, os lingüistas se detiveram nos gêneros como princípio da conceituação lingüística. Jakob Grimm deriva as diferenças de gênero das línguas indo-germânicas de uma transposição do gênero natural que se operou no estado mais primitivo da Linguagem. Atribui a origem do masculino e feminino a esta *origem natural*. O neutro, cuja verdadeira origem se encontra no conceito de "feto ou prole de criaturas vivas", também provém daí. A lingüística moderna só em parte segue Grimm: justamente, na parte em que atribui ao masculino propriedades de firmeza, de dureza, de atividade ... e ao feminino propriedades de suavidade, receptividade, quietude ... ao neutro as propriedades de gerado, material, geral, coletivo. A teoria estética de Grimm, na lingüística indo-germânica, se superou pela teoria mais sóbria de Brugmann. O fato de que as distinções de gênero se estenderam à totalidade de nomes não se deve a nenhuma orientação inerente à fantasia lingüística. Deve-se a determinadas analogias formais. Ao desenvolver e precisar estas distinções, a Linguagem não se guiou por uma intuição animista das coisas. Guiou-se por similitudes na forma fonética que ,

em si mesmas, carecem de significação, por exemplo: a terminação em a para o feminino, pela via puramente associativa. Ensaçou também a elaboração de teorias intermediárias que atribuíram ao desenvolvimento do gênero gramatical a fatores intuitivos, em parte, e fatores formais. Delimitou a participação ativa de ambos. O problema básico, porém, só se evidenciou com a extensão da pesquisa para outras famílias lingüísticas. Evidenciou que este tipo de diferenciação é própria do indo-germânico. As línguas banto não se prendem à diferenciação de conformidade com o sexo. Ocupam de fato um sítio muito reduzido. Não se impõe, portanto, como princípio universal e constante. De fato, um grande número de línguas desconhece a divisão dos nomes segundo o gênero natural ou segundo qualquer outra analogia do mesmo. Tratando-se de seres inanimados não se distingue entre gênero masculino e feminino. Tratando-se de animais se expressa mediante palavras especiais, ou se agrega ao nome geral uma palavra que contém a designação do gênero correspondente. No âmbito humano, figura também essa designação; por exemplo, uma expressão geral, a criança, se transforma em uma expressão que significa filho ou filha.

Humboldt, à semelhança de Grimm, calcando a origem das classificações lingüísticas na função da faculdade imaginativa da Linguagem, concebe, porém, esta faculdade em sentido mais amplo. Não parte da distinção do gênero natural. Parte da distinção geral do animado e do inanimado. Fundamenta suas observações nas línguas dos índios americanos.



Estas não indicam a distinção do gênero natural. Ou, só ocasionalmente. Em seu lugar, provam sua sensibilidade na oposição entre objetos animados ou inanimados. Esta distinção, praticamente, rege toda estrutura da Linguagem. Um sufixo especial ( a ) designa um objeto que resume as propriedades da vida e do movimento autônomo. Outro (i), os objetos que carecem deste atributo. Os verbos e os nomes se enquadram na distinção. Entretanto não se induzem empiricamente. Determinam-se pela fantasia mitológica. E incorporam o animismo da natureza. As plantas, trigo e tabaco, ganham animação. Os astros se colocam entre os animados, por ser autoventes e se configurar como personalização, atuando sobre os destinos dos homens. Nesse sentido, a classificação entranha-se intimamente no pensamento e na representação mitológicos. Entretanto, já se eleva sobre o primeiro estrado primitivo. Nesse, impera um pan-animismo, que ressalva somente a distinção entre pessoa e coisa. Aos poucos, o ente pessoal autoconsciente emerge da esfera da vida. A divisão ganha novas propriedades, já distinta do simples e indistinto animismo mítico. E se amplia, como a utilização do prefixo especial para espíritos, na medida em que sobrevivem ao homem. E se compreendem como forças naturais - fogo, enfermidades, lua ... A concepção da existência e da atividade espiritual pessoal cria uma expressão linguística própria. E se distingue da representação do animismo universal mais indiferenciado.

Na classificação, não se impõem critérios objetivos. A estrutura lógico-conceitual da realidade, como se

manifesta na Linguagem, está inteiramente carregada de distinções subjetivas, que se captam na sensibilidade imediata. Não se determinam por atos de percepção e juízo. Envolvem-se da internalidade, que se exprimem por atos emotivos e de vontade. Conseqüentemente, constitui um fenômeno freqüente o fato de que o nome de uma coisa, a qual pertence em si à classe das coisas, se incorpore à classe de pessoas, para ressaltar o valor e a importância do objeto em questão e indicar que se trata de um objeto particular significativo. Nas línguas que se orientam pelo gênero natural, no uso que fazem dessa distinção, transparece a recorrência a uma anterior diferenciação da classe de pessoas e das coisas, tomada como diferenciação valorativa. Por peculiares que sejam patenteia-se o princípio fundamental da conceituação lingüística. A Linguagem nunca segue inteiramente impressões e representações. Interpõe uma ação própria. Posiciona-se, elegendo e distinguindo, dirigindo e criando. Essa penetração que o mundo das impressões sensíveis sofre por parte dos padrões internos do juízo traz como conseqüência a confusão de matizes. Entretanto, a lógica da Linguagem manifesta evidentemente que as distinções que cria possuem uma tendência à permanência, uma conseqüência e necessidades lógicas. E, não raro, se estende à totalidade. Nor-teia-se pela regra da congruência, que rege a estrutura gramatical da Linguagem. E aparece mais desenvolvida nas línguas de prefixo e classes. As distinções conceituais se transferem a todas as formas lingüísticas. Na língua banto, toda palavra que guarda com um substantivo uma relação atributiva ou predicativa deve adotar o prefixo de classe característico da pala

vra. Similarmente, o verbo se conecta com o seu nominativo - sujeito e com a palavra que se encontra com ele em uma relação acusativo-objeto. Assim , o princípio de classificação , se estende a toda estrutura sintática da linguagem. E se converte na autêntica expressão de sua relação, de sua articulação espiritual. O produto da fantasia da Linguagem aparece estreitamente vinculada a uma determinada metodologia do pensamento lingüístico. A Linguagem, com seu apego e ligação ao mundo do sensível e do imaginativo, revela uma forte tendência para o lógico-universal. E, mediante ele, se liberta progressivamente em direção a uma espiritualidade de forma, pura e independente.

## D - A LINGUAGEM COMO EXPRESSÃO DAS FORMAS PURAS DE RELAÇÃO

Epistemologicamente, há um caminho, de forma contínua, que não dispersa as fases diversas - sensação, intuição, conceituação ao encontro do juízo lógico. As fases isoladas, sobre ser isoladas na reflexão, não se consideram como dados da consciência entre si independentes e existentes isoladamente. Ao contrário, não só o fator complexo engloba o mais simples, e o momento posterior encerra o anterior, mas também se acha preparado e traçado nos primeiros. Os componentes do conhecimento se orientam para sua meta, para o seu objetivo. E se encontram, descobrem-se, em referências. A forma da sensação e a da percepção se enlaça com a função do conceituar, julgar e concluir. Mais: implicitamente contém o que emerge com uma conformação consciente e uma configuração independente, nas outras funções. É de se esperar que, na Lin -

guagem, se manifeste essa mesma correlação indissolúvel dos instrumentos espirituais, com os quais constrói seu mundo. É de se esperar que cada um de seus motivos particulares contenha a universalidade e a totalidade específica de sua forma. De fato, o elemento originário da configuração linguística se coroa pela oração. E, desde Humboldt, se estabeleceu como uma tese fundamental, na filosofia da Linguagem. "É impossível pensar que o surgimento da Linguagem começaria com a designação de objetos pelas palavras. E, daí, começaria a criar os laços. Na realidade, o discurso é que faz desprender as palavras". Da tese de Humboldt, conceito especulativo de seu sistema de filosofia da linguagem, se desprende a síntese como origem de todo pensamento e da fala. A análise psicológico-empírica se detém no mesmo princípio - o primado da oração. A história da Linguagem conduz ao mesmo resultado. A separação da palavra do conjunto da oração só se processou recentemente. O mesmo se processa relativamente à diferenciação das partes individuais do discurso. A Linguagem não estranha a definição de Aristóteles: "o todo é anterior às partes". A Linguagem se apresenta como unidade formada. Suas manifestações não se concebem como mera justaposição de sons materiais. Nelas, encontram-se termos de pura relação. E, em variadas disposições.

A expectativa, em análise, parece escapar nas "línguas isolantes". Elas se querem absolutamente informes. A relação entre a oração e a palavra caminha na direção inversa. A palavra ganha uma independência. Consubstancializa-se.

Na oração, as palavras simplesmente se justapõem. Portam uma materialidade significativa. A relação gramatical se explicita de modo individual. No chinês, exemplo típico, uma palavra pode ser usada indiferentemente (adjetivo, substantivo, verbo ...), sem que se identifique a categoria gramatical com a palavra. A categoria não se encontra expressa na forma fonética da palavra. Em virtude dessa particularidade, a filosofia da Linguagem acreditou poder aproximar essa forma ao período primitivo da linguagem, ainda enraizado nos monossílabos. Entretanto, não se confirmou pela investigação histórica. O rígido isolamento de que priva a Língua não se refere à origem. É, antes, um produto mediato e derivado. A hipótese de que as palavras do chinês nunca experimentaram uma transformação e de que a língua não possui uma morfologia, é insustentável, quando se detém em comparação com as línguas aparentadas. Resaltaria, de imediato, a presença de formas aglutinantes mais antigas e formas autenticamente flexionais. Acredita-se hoje que se possa comparar a evolução do chinês com o inglês moderno, em trânsito a um estado de relativa ausência de flexão. É muito mais significativo que esse trânsito histórico é a circunstância de que, apesar do isolamento se ter imposto, não signifique um amorfismo. Aparentemente refratário, manifesta sobremaneira o poder da forma. O isolamento das palavras entre si não anula o conceito e o sentido ideal da forma da oração. As conexões lógico-gramaticais das palavras se encontram indicadas em determinada ordem, ainda que não se utilizem sons especiais. O instrumento da ordem das palavras, leva

do ao grau de consequência e agudeza, se faz o meio adequado das conexões gramaticais. As conexões, que não possuem um substrato representativo próprio, se indicam através da mera relação de palavras que se expressa em sua colocação. Nesse sentido, Humboldt, embora considere as línguas de flexão como expressão da forma perfeita da Linguagem, acredita que a vantagem do chinês consiste precisamente na congruência com que põe em prática o princípio da ausência de flexão. A aparente ausência total da gramática, reafirma, aguçou no espírito do povo o sentido para reconhecer a coerência formal do discurso. E se dirige por uma gramática interior. De fato, o rigor da estrutura é tão grande que pôde desenvolver logicamente um pequeno número de leis essenciais, das quais derivam as aplicações particulares. Se a essa articulação se opõem outras línguas, também isolantes, percebe-se imediatamente, como dentro de um mesmo tipo lingüístico, que se possa falar em graduações e contrastes de formação. O intento de Schleicher, ao determinar a essência da Língua na conexão entre significado e relação, em série dialética, peca por não reconhecer a diversa configuração que, dentro do mesmo tipo, possa adotar a conexão entre significação e relação. A rígida delimitação dos tipos flexionais e aglutinantes se desvanecem à luz da investigação histórico-empírica. Confirma-se a conexão que guardam ciência e forma, expressa na sentença escolástica: *Forma dat esse rei*. A epistemologia não logra separar a matéria do conhecimento de sua forma, pensados e definidos em sua interação. A Linguagem segue o mesmo

processo. A matéria pura é uma abstração. Um conceito metodológico-límite que não tem realidade imediata, nem existência, real e fática.

Nas línguas de flexão, onde se põe claramente a antítese entre a expressão material de significação e a expressão formal de relação, o equilíbrio entre os fatores é bastante instável. Os conceitos categoriais se distinguem dos conceitos materiais e, entre ambos, há um constante trânsito. E são estes que servem de base para a expressão de relações. Essa circunstância se clareia ao se remontar à origem etimológica dos sufixos. As línguas de flexão se servem deles para expressar qualidade e atributo. Em grande número, o significado material deles se descobriu e se precisou pela investigação histórico-lingüística. Aparecem como base de uma expressão concreta, sensível e objetiva. Não obstante, perdem seu caráter inicial e se transformam em uma expressão universal de relação. Através desse uso, prepara-se o terreno para a designação lingüística dos conceitos puros de relação. Inicialmente, serviam como designação especial de coisas. Agora, transformam-se em terminação categorial, em expressão do conceito de atributo. Psicologicamente, quando o trânsito tem um sinal negativo, nessa mesma negação se expressa um ato de criação lingüística, eminentemente positivo. À primeira vista, a evolução do sufixo se baseou essencialmente em que o significado básico substancial da palavra se relega a um segundo plano. E se olvida totalmente. Esse olvido, com frequência, vai tão longe que pode fazer surgir novos sufixos, inteiri-



ramente afastados de uma intuição concreta. Devem-se mais a um impulso desviado da analogização lingüística. No alemão, o sufixo - *keit* funde-se com a raiz final *ewie* e dá nascimento a um novo sufixo. Não se trata, certamente, de um extravio da Linguagem, mas representa o progresso para uma nova visão formal. O eclipsamento psicológico da primeira se converte em instrumento lógico e veículo para o progressivo desenvolvimento da Linguagem.

Para adquirir consciência desse progresso, não se pode ancorar nos simples fenômenos da formação de palavras. A direção fundamental e a sua lei se captam nas relações que aparecem na construção da oração. A oração, com um todo, é o verdadeiro portador do sentido lingüístico. É nela que se ressaltam os matizes lógicos do sentido. Toda oração, inclusive de um membro, oferece em sua forma a possibilidade de articulação interna. E mais, exige essa articulação. Entretanto, pode efetuar-se de muitos modos e em graus distintos. A síntese pode predominar sobre a análise. Ou, ao contrário, o poder analítico de separação pode alcançar um desenvolvimento relativamente alto, sem que exista um poder de síntese correspondente. Na interação dinâmica e na oposição das forças, origina-se uma forma de cada língua determinada. Nas línguas polissintéticas, o impulso para o enlace parece predominar. Esse impulso se manifesta no esforço para representar a unidade funcional do sentido, em uma construção fonética complexa. O sentido se concentra em uma palavra oração. E se alcança apenas em sua universalidade lógica. Re

cebendo termos modificativos, através de incorporações de palavras ou partículas, serve melhor para designar uma determinada situação concreta. Nesse sentido, pode esgotá-la com todos os detalhes, mas não pode conectá-la com outras situações similares. Nas línguas de flexão, manifesta-se uma conexão inteiramente distinta das forças de análise e síntese, separação e unificação. A unidade mesma da palavra contém uma tensão interna, bem como sua conciliação e superação. A palavra se integra entre fatores separados, mas articulada em sua inter-relação. Um componente, que serve para a designação objetiva do conceito, se encontra frente a outro componente que cumpre a função de unir a palavra em uma determinada categoria do pensamento. E se caracteriza como substantivo ou adjetivo, sujeito ou objeto. O índice de relação, da palavra isolada no conjunto da oração, não acompanha exteriormente a palavra. Encontra-se fundida. Converte-se em um elemento de sua constituição. A diferenciação em palavras e a integração em oração constituem métodos correlativos. E se percebem em uma operação unitária. Por essa circunstância, Humboldt e os antigos filósofos da Linguagem elegem a língua de flexão como autêntica criação lingüística. Nela se plasma, com perfeição ideal, a forma da Linguagem. Mesmo que se esconda numa atitude cética, não se pode deixar de reconhecer que, nas línguas de flexão, se criou um órgão para o desenvolvimento do pensamento puramente relacional. Quanto mais progride esse pensamento, mais se opera a articulação da Linguagem no ajustamento a si mesma. E repercute decisiva

mente sobre a forma do pensamento. A mesma observação impera quando se deixa de lado a palavra e se examinam as orações, individuais em sua forma sistemática. Nas primeiras etapas da oração lingüística, permitido psicologicamente o retrocesso, a parataxe constitui a regra fundamental para a construção da oração. A Linguagem infantil se vê dominada por esse princípio. Cada parte da oração segue coordenada à outra. E, reunidas em orações, observa-se uma conexão de justaposição. As orações isoladas se sucedem como enlaçadas por um cordão. Entretanto, não encontra nenhum meio lingüístico para indicar e diferenciar claramente a subordinação das orações. Decantado pelos gregos - como pedras de um arco - o período por subordinação é o último e o supremo produto da Linguagem. Os povos primitivos o desconheciam. As línguas civilizadas só gradativamente a ele chegaram. A coordenação ainda explicitava a mais complexa relação intelectual de causa e efeito, de meio e fim, de condição e condicionado. Frequentemente, uma construção absoluta - o ablativo absoluto latino e o genitivo absoluto grego - serve para indicar relações complexas. As idéias que constituem o discurso se encontram num mesmo plano. Nenhuma distinção o preside. A Linguagem demonstra uma capacidade de diferenciação e articulação na reunião das partes da oração. Não reduz, porém, essa relação puramente estática a uma relação dinâmica, de interdependência lógica. Em lugar da estratificação e hierarquização em cláusulas dependentes servia-se de gerúndio. Não se abandonava a lei geral da parataxe.

Essa forma de pensamento e Linguagem encontra sua expressão negativa na ausência dessa classe de palavras (subordinação). Na verdade, essa classe se faz um dos meios fundamentais do pensamento relacional e da expressão lingüística da relação. Na evolução da Linguagem, o pronome relativo é uma criação tardia. E, na totalidade das línguas, rara. Empregava-se, por substituição, perifrasticamente por construções complexas. A pura justaposição ou o interrogativo, mais tarde este evolui para o relativo, são os recursos usados. Por isso, a Linguagem capta vacilantemente a categoria de relação. E, exequível racionalmente, por meios de rodeio entre outras categorias. É válido também para as línguas em que sua estrutura global chegaram a desenvolver um verdadeiro estilo do discurso, a arte da construção hipotética. Inclusive, as línguas indo-germânicas. Delas se diz que, graças à sua surpreendente capacidade de diferenciação da expressão relacional, constituem as autênticas línguas do idealismo filosófico. Uma comparação entre a estrutura do grego e do sânscrito mostra como se encontram em níveis diferentes e distintos da força e liberdade do pensamento e da expressão puramente relacionais. No período primitivo parece predominar a forma de cláusula principal sobre a forma de cláusula subordinada. A forma de conexão paratética sobre a hipotética. Esse período primitivo possui já cláusulas do relativo. Carece, porém, segundo o testemunho da lingüística, comparada, de um conjunto fixo de conjunções, diferenciadas entre si - causa, efeito, sucessão, fim, oposição, etc... No

antigo hindu, quase não existem as conjunções, como classe distinta das palavras. O grego e o latim conheceram as conjunções subordinantes. O sânscrito expressava a subordinação pelo uso ilimitado do princípio da composição nominal. E pela ampliação da oração principal mediante participios e gerúndios. Entretanto, no grego, foi gradativo o progresso da estrutura paratática da língua homérica à estrutura hipostática da prosa ática. O ato de postulação espontânea e sintética das línguas, referido por Humboldt, se confirma inteiramente como um dos últimos objetivos ideais da criação linguística. Especialmente, no uso das conjunções e do pronome relativo. E conheceu muitas etapas intermediárias.

Finalmente, com particular precisão e clareza, se torna manifesto na configuração da forma de Linguagem que se aparta da expressão coisificada para se servir da expressão de síntese. Unicamente, no uso da cópula, alcança sua designação e determinação linguística adequada à síntese lógica que se opera no juízo. Na Crítica da Razão Pura, na análise da função do juízo, se conduziu para essa relação. Para Kant, o juízo significa a unidade da ação. No juízo, o predicado refere-se ao sujeito. E, com ele, se enlaça em um significado global. Encontram-se na unidade de uma relação objetivamente existente e fundada. Essa unidade intelectual de ação encontra sua representação no uso linguístico da cópula. Se se investiga detidamente a relação de conhecimentos dados em cada juízo, afirma Kant na dedução transcendental dos conceitos puros do Entendimeno, e nos *distingo*, como pertencem

tes ao entendimento da conexão segundo as leis da imaginação reprodutora, de validade subjetiva, o juízo não é senão o modo de reduzir conhecimentos dados à unidade objetiva da apercepção. É esse o objetivo da cópula: distinguir a unidade objetiva das representações dadas da subjetiva. A cópula indica a referência das representações com a apercepção originária e com a unidade necessária das mesmas. Ao dizer: *O Corpo é Pesado*, quer-se referir que a corporidade e a qualidade do pesado se enlaçam no objeto, e não meramente que coexistem na percepção subjetiva. Para Kant, lógico puro, é estrita a relação que existe entre o sentido objetivo do juízo e a forma lingüística do enunciado predicativo. Na evolução da Linguagem, resulta claro que só gradativamente pôde se chegar à abstração do ser puro que se expressa na cópula. A Linguagem se perdeu inicialmente na intuição da existência substancial e segue ligada a ela. A expressão do ser como pura forma de relação transcendental é um produto tardio. Há línguas que não conhecem uma cópula no sentido lógico-gramatical. E não necessitam dela. Não só as línguas dos povos primitivos carecem da expressão unitária e geral que se expressa no conetivo ē, mas também em outras línguas desenvolvidas. Nessas, quando se distingue a relação predicativa da mera atributiva, aquela não necessita de um sinal lingüístico especial. A união do predicado com o sujeito se efetua pela simples justaposição (eu homem). Outras, perdem-se em giros que, à primeira vista, parecem coincidir com o uso que se faz da cópula. Na verdade, encontram-se longe de sua fun-

ção de universalidade. O *ē* da cópula não tem aqui o sentido de uma expressão universal. Possui apenas um significado particular e concreto, geralmente espaço-temporal. Em lugar de ser puramente relacional, figura uma expressão que designa a existência neste ou naquele sítio, um ser-aqui ou um ser acolá, ou uma existência neste ou naquele momento. Conseqüentemente, entra aqui uma distinção no uso da aparente cópula, de acordo com a diferente situação espacial do sujeito ou outras modificações intuitivas. Em lugar do ser, e do sentido formais da relação aparecem expressões que conservam a nuance de uma realidade sensivelmente dada.

No caso em que a Linguagem progrediu na direção de unir essas determinações particulares de existência em uma expressão universal do ser, percebe-se ainda a diferença que existe entre a expressão mais compreensiva da mera existência e a do ser como expressão da síntese puramente predicativa. A evolução da Linguagem reflete um problema que se estende além de seu terreno próprio e que desempenhou um papel decisivo na história do pensamento lógico e filosófico. Pode se perceber como este pensamento se revolucionou com a Linguagem e, ao mesmo tempo, contrário a ela. Com os eleatas, o idealismo filosófico abriu uma luta contra a linguagem e seu ambíguo conceito de ser. Este problema se definiu por Parmênides. E, com ele, a solução do ser ganha inteligibilidade na pura razão. O Ser dos eleatas se funda no juízo lógico? Corresponde ao *estí* da cópula como forma fundamental de toda proposição válida? ou corres

ponde a outra significação primogênita mais concreta? Parmênides pretendeu se livrar do sensualismo comum e se livrar das cadeias da Linguagem. Para ele, é um mero nome tudo. Ao enunciar seu princípio supremo, sucumbiu ao poder da Linguagem e à multivocidade de seu conceito de ser. Na fórmula e - leática fundamental, na proposição *estí to eívaí*, o signi - ficado do ser, verbal ou nominal, o predicativo como o abso - luto se fundem entre si. Platão, depois de largas lutas in - telectuais, pôde distingui-los. O diálogo Parmênides eviden - cia, com clareza, essa distinção. No *Sofista*, que prolonga o debate, pela primeira vez na história da filosofia se estabe - lece a natureza lógica dos conceitos puros de relação. Ao mesmo tempo, se estabelece o ser peculiar e específico que os corresponde a eles. Platão pôde arguir toda filosofia ante - rior. Esta buscou o princípio do ser, mas, em lugar de desco - brir a verdadeira e radical origem do ser, só mostrou e to - mou como base algumas de suas modalidades, somente certas formas do que é. Entretanto, com essa brilhante formulação , não dissipou a antítese que entranha o conceito do ser. Ape - nas a definiu. Essa antítese subsiste ao longo de toda his - tória do pensamento medieval. O problema de distinguir e, ao mesmo tempo, de unificar as duas modalidades fundamentais do ser como essência e existência, converte-se no problema cen - tral da filosofia medieval. Ele se torna agudo na prova on - tológica de Deus, o qual se constitui o eixo especulativo da teologia e metafísica medievais. A forma moderna do idealis - mo crítico, que renuncia ao orgulhoso nome de ontologia, e se



conforma com o modesto de analítica do Entendimento puro, se envolve da ambigüidade do conceito de ser. Ainda depois da crítica kantiana da prova ontológica, Fichte sustém que é necessário referir-se expressamente à diferença entre o ser predicativo e o absoluto. Nos Fundamentos de toda Teoria da Ciência estabelece a proposição  $A \text{ é } A$ , como o primeiro princípio incondicionado de toda filosofia. Entretanto, reconhece que, nessa proposição, tem somente o significado de cópula lógica. Nada se enuncia sobre a existência ou não-existência de  $A$ . Segundo Fichte, o ser sem predicado expressa algo totalmente distinto. A proposição  $A \text{ é } A$  só afirma que se  $A$  é, então é  $A$ . Nela, porém, não está em questão se  $A$  é ou não verdadeiramente.

O pensamento filosófico se debate com a distinção de dois conceitos do ser. O pensamento lingüístico, porém, os vê unidos e entrelaçados. Só aos poucos, consegue extrair desse entrelaçamento o sentido puro da cópula. O fato de que a Linguagem use uma mesma palavra para designar o conceito de existência e o conceito do vínculo predicativo, constitui um fenômeno amplamente extenso de que não se circunscribe somente a umas quantas famílias lingüísticas. As línguas indo-germânicas, por exemplo, utilizam-se de muitos termos para expressar o ser predicativo. Eles derivam da significação primitiva de existência. Ou se toma em sentido particular e concreto, como o da vida ou respiração; ou se toma em sentido geral. A cópula, afirma Brugmann, foi originalmente um verbo com significação intuitiva (é meu); o senti-

do mais antigo demonstrável foi ou existe; o substantivo ou o adjetivo em oposição com o sujeito estavam em íntima relação com o verbo predicativo ( A terra é uma esfera; a terra existe como esfera). A degeneração do verbo na cópula aconteceu quando se transferiu para o nome predicativo. O conteúdo da representação deixou de ter importância e desapareceu. O verbo se converteu em uma mera forma. No período primitivo indo-germânico, *é* - ser seguramente se apresentou como cópula, outras formas apareceram (*bheu* - crescer, torna-se), mas guardavam uma relação supletiva com *é*. A diferenciação, no uso de ambas as raízes ocorreu assim: *é*, como expressão da existência continuada e constante; *bheu*, como expressão do devir, indicativa de ação realizada ou acabada, com o aoristo e o perfeito. No germânico, além da raiz *bheu*, aparece a raiz auxiliar *ues* (gótico: *wisan* ), com o significado de viver e habitar, permanecer e perdurar (Alemão: *wahren*; antigo alto alemão: *weren*). A evolução nas línguas romances tomou também outra forma; a expressão do conceito de ser parece vinculado ao significado intuitivo de estar parado. E assim como aqui a expressão de ser se baseia na representação de permanência e repouso espaciais, a expressão do devir se baseia na representação do movimento: a intuição do devir se desenvolve a partir do ato de voltar-se, volver-se. O significado geral de devir também pode originar-se a partir do significado concreto de ir e vir. Evidencia-se ainda que, em algumas línguas o sentido lógico da cópula está muito desenvolvido; em outras, a designação da cópula se distingue escas

samente de outras línguas, ou porque carecem desse sentido, ou porque não chegaram a uma expressão universalmente válida do verbo substantivo. Nelas, também, a forma espiritual da expressão relacional só pode oferecer-se em determinada envoltura material que, não obstante, chega a ser penetrada e sobrepassada tanto, que já não aparece como mera barreira senão como suporte sensível de um conteúdo significativo puramente ideal.

Assim, pois, na expressão relacional universal representada pela cópula se põe manifesta a mesma orientação fundamental da Linguagem de que se falou em todas as configurações lingüísticas de cada um dos conceitos relacionais particulares. Encontra-se aqui a mesma interdeterminação do sensível pelo espiritual e do espiritual pelo sensível, encontrada na expressão lingüística das relações espaciais e temporais, numéricas e do *eu*. É natural que se interprete num sentido sensualista a íntima compenetração que existe entre ambos os fatores da Linguagem. Locke, na base de uma interpretação semelhante, recorreu à Linguagem como principal demonstração de sua visão empirista do conhecimento. Pode-se ainda invocar, a respeito do pensamento lingüístico, a distinção de Kant na crítica do conhecimento entre começar e originar-se. No surgimento da Linguagem, o sensível e o inteligível parecem estar entrelaçados indissolivelmente. Essa correlação, como correlação, não estabelece entre ambos uma relação de dependência meramente unilateral. A expressão espiritual não poderia desenrolar-se em e a partir do sensível,

se não tivesse já originariamente contida nele. A designação sensível não entranha um ato de reflexão, um ato de tomada de consciência (Herder). A antítese entre os extremos, o sensível e o inteligível, não esgota o conteúdo peculiar da Linguagem. Este conteúdo, em seus produtos e em cada fase de sua evolução, se manifesta como uma forma de expressão, ao mesmo tempo sensível e inteligível.



Toda esta trajetória, na esteira de Cassirer, pôde oferecer um primeiro sentido de reflexão. E, de fato, desenhou uma compreensão do fato da Linguagem.

A Linguagem é uma forma de apreensão de *mundo*. E, como tal, revela uma mediação da espontaneidade do Espírito. O Espírito está presente a tudo. Recolhe em si o dado da experiência. Exprime, em seu interior, a multidão de sua experiência. Desdobra-se sobre ela e a representa. E a revela em seu *Signo*. A Palavra da Linguagem denuncia uma atividade do Espírito. E realiza sua atividade enformadora. Objetiva, em sua forma significativa, a imediateidade. Dá-lhe uma Ordem. Estabelece um Sentido. Instaura um *mundo*. Este *mundo* se presentifica à Consciência. A Consciência se articula numa significação. Dialeticamente, como força da negatividade, joga-se em objetivações. O *mundo* vai iterando seu contorno. E engendrando seu significado. A Palavra é o seu sinal. E, como tal, é a encarna

ção de sentidos. É o corpo da significação. Esta instrumenta-  
lização da Palavra não se oferece no limite da singularidade,  
no aqui e agora. Goza, ao contrário, de uma situação origi-  
nal, porque se dirige ao homem, que pensa *o mundo*. No homem,  
entretanto, a Consciência não é interioridade absoluta. Ao  
se dar a si mesmo um corpo de significação, e sempre em reno-  
vação, faz-se presente na Palavra. A prolação abre-se às  
Consciências. Mais; ela não se oferece ao objeto, e sim, ao  
universo de Sujeitos. E aí joga o seu destino. *O mundo* se  
torna o mediador entre as Consciências. E anuncia, na força  
do sinal, um apelo ao reconhecimento. Abre-se à aventura da  
comunicação.

A Linguagem, ainda, estrutura uma ordem de  
conhecimento. A Palavra de Parmênides se inscreve nos um-  
brais do reino do conhecimento. A Palavra de Heráclito, en-  
tre a tese e a antítese, radica-se no ato do conhecimento. Em  
cada uma dessas formas e funções realiza-se determinada obje-  
tivação. A simbolização marca definitivamente a característi-  
ca fundante de ser significante que revela o homem. De forma  
alguma pode prescindir do processo da Linguagem. Às vezes, o  
próprio esquema lingüístico, como na lógica das Categorias  
de Aristóteles, serve de suporte para que se processe a for-  
ma de objetivação. Ou, às vezes, recorre-se a puras relações,  
em caráter funcional.

A Linguagem, analisada nas Formas Simbólicas,  
permite a descrição dos modos de objetivação da atividade  
enformadora do homem. Estas formas, sobre ser independentes,

encontram sua expressão unificante no ato judicativo. A cópula instaura seu momento decisivo. Entretanto, a análise das Formas Simbólicas afasta o risco de um dogmatismo teórico. Ao mesmo tempo, orienta-se para captar a atividade espiritual do homem, como ser significante, ao longo de seu processo enformador de mundos. E oferece, verdadeiramente, uma teoria de símbolos. A teleologia do signo e do significado prefigura a teleologia ou a intencionalidade da razão humana. A *Krisis*, de Husserl, defende esta tese. Este caminho orientou a Cassirer para perceber a Linguagem como Ciência do Espírito.

A Linguagem, assim, determina relações. É um ato de conformação. Nesse sentido, permeia o Sujeito, na sua virtude de conhecer. Aqui, há uma relação real. Tudo tem lugar no Sujeito Cognoscente. É um Outro. Entretanto, é consecutiva ao Objeto. Nele reside precisamente a informação. É dele que dá notícia. A simbolização é uma operação constitutiva do Espírito. A Palavra, na verdade, possui uma estrutura material, uma morfologia. Não é, porém, o bastante para desprender o sentido. É necessário decifrar o Signo. O Signo reenvia ao Significado. E este preexiste à sua materialidade, em seu papel de instrumento. É preciso se estender sobre a palavra - signo. A Linguagem é um sinal.





## BIBLIOGRAFIA

ALVES, L. G. Idealismo alemão: das antinomias da razão pura à praticidade da razão, da filosofia da reflexão à filosofia da vida. Curso do Mestrado, 1975. Datilografado.

ARISTÓTELES. *Obras*. Madrid, Aguilar, 1973.

BERKELEY, G. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. São Paulo, Abril, 1973. ( Os Pensadores ).

BREHIER, E. *Histoire de la philosophie. Le XIX<sup>e</sup> Siècle*. Paris, Presses Universitaires de France, 1957.

CASSIRER, E. *Filosofia de las formas simbólicas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1971. t.1. El Lenguaje.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Lisboa, Portugalia Editora, 1968.

HEIDEGGER, M. *Sobre o humanismo*. *Tempo Brasileiro*, 1(5), Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Brasileiro, 1967.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo, Abril, 1974. (Os Pensadores).

LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo, Abril, 1973. (Os Pensadores).

MARIAS, J. *Biografia da Filosofia*. São Paulo, Duas Cidades, 1966.

PLATÃO. *Fedro*. Madrid, Aguilar, 1972. (Obras Completas).

\_\_\_\_\_. *Teeteto*. Madrid, Aguilar, 1972. (Obras Completas).